



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Embrapa Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Dérick Lima Gomes

Os limites da inclusão social: agricultores integrados às agroindústrias de dendê no Pará.

Belém

2018

Dérick Lima Gomes

Os limites da inclusão social: agricultores integrados às agroindústrias de dendê no Pará.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Embrapa Amazônia Oriental como requisito para obtenção do título de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Heribert Schmitz.

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Dalva Maria da Mota.

Belém

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- G633l Gomes, Dérick Lima
 Os Limites da inclusão social: agricultores integrados às agroindústrias de dendê no Pará / Dérick Lima
 Gomes. — 2018
 135 f.: il. color
- Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA), Núcleo de
Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
 Orientação: Prof. Dr. Heribert Schmitz Coori-
 entação: Prof. Dr. Dalva Maria da Mota.
1. Dendeicultura. 2. Inclusão Social. 3. Agricultores familiares. 4. Integração produtiva. 5. Garrafão do
Norte. I. Schmitz, Heribert, *orient.* II. Título
-

Dérick Lima Gomes

Os limites da inclusão social: agricultores integrados às agroindústrias de dendê no Pará.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Embrapa Amazônia Oriental como requisito para obtenção do título de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Heribert Schmitz.

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Dalva Maria da Mota.

Data da aprovação. Belém - PA: ____/____/____

Banca examinadora:

Dr. Heribert Schmitz
(Orientador e presidente da banca)
(IFCH/UFPA)

Dr^a. Dalva Maria da Mota
(Coorientadora)
(Embrapa Amazônia Oriental)

Dr. Benedito Ely Valente da Cruz
(Examinador Externo)
(UEPA)

Dr^a. Edna Maria Ramos de Castro
(Examinadora Externa)
(NAEA/UFPA)

Dr. Carlos Valério Aguiar Gomes
(Suplente)
(INEAF/UFPA)

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente com o presente trabalho. Gostaria de agradecer a algumas delas neste espaço.

Aos agricultores de Garrafão do Norte, pelo acolhedor recebimento durante os trabalhos de campo e por proporcionarem ricas conversas sobre suas formas de viver.

Aos funcionários da empresa Marborges, por aceitarem gentilmente conversar sobre a produção de dendê no município.

Ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Garrafão do Norte, pelo importante e inestimável suporte durante o trabalho. Agradeço em especial à Taiara Reis, pelas informações adicionais após a pesquisa de campo.

À Thyane Ferreira (Tatá) e Cristiano Reis, companheiros de um valor incalculável nos trabalhos de campo e para a pesquisa como um todo. A este último, a minha gratidão também pelo auxílio nas confecções cartográficas. Agradeço ainda a Elly Cristian, pelo apoio na reta final do trabalho de campo.

Ao Sr. Ananias, não só pelo qualificado e imprescindível auxílio nos trabalhos de campo, mas por nos oferecer a oportunidade de conhecer a pessoa admirável que é.

À Prof^a. Cátia Macedo, ao Prof. Valério Gomes, à Prof^a. Lívia Navegantes e à Prof^a. Angela Steward por contribuírem, em diferentes momentos, com sugestões para a construção deste trabalho.

À Prof^a. Edna Castro e ao Prof. Benedito Cruz, por aceitarem participar da banca avaliadora da dissertação e oferecem importantes sugestões à versão final do trabalho.

Aos meus orientadores Heribert Schmitz e Dalva Mota, pelas conversas sérias, pelas descontraídas e, sobretudo, pelos importantes ensinamentos durante o trajeto da pesquisa, que com certeza me servirão para toda a vida. Muitíssimo obrigado.

Aos integrantes do Projeto AFInS, como Mauro André, Gizele Silva, Socorro Ferreira e Paulo Vieira, que, de diferentes formas, contribuíram para a realização desta e de outras pesquisas no âmbito do projeto. Agradeço em especial a Raimundo Parente, pelo auxílio nos procedimentos estatísticos.

À Evillys Martins, por todo companheirismo, amor e carinho que me proporciona no dia a dia e por alegrar a minha vida como um todo.

À minha amiga Evellin Figueiredo, pela amizade e pelo auxílio nas correções de português neste e em tantos trabalhos desde a graduação. Aos meus amigos Arthur Brito e Evandro Neves, pela amizade que se iniciou no curso de Geografia na Uepa e que continuou pro-

porcionando ótimos momentos no mestrado. Estendo estes agradecimentos para todos os colegas da turma Mafds 2016.

Aos meus pais Roni Ferreira e Rosangela Lima, por toda compreensão e amor.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de mestrado que me auxiliou durante a realização da presente pesquisa.

Agradeço a todos.

“Cada promessa é uma ameaça; cada perda, um encontro. Dos medos nascem as coragens; e das dúvidas, as certezas. Os sonhos anunciam outra realidade possível, e os delírios, outra razão. Somos, enfim, o que fazemos para transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas a sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia. Nessa fé, fugitiva, eu creio. Para mim é única fé digna de confiança, porque é parecida com o bicho humano, fodido, mas sagrado, e à louca aventura de viver no mundo.”

Eduardo Galeano.

RESUMO

A expansão do cultivo de dendê no estado do Pará é um fenômeno que tem recebido grande destaque, noticiário e acadêmico. Com o apoio de políticas públicas e devido à sua aptidão agroclimática, o Nordeste paraense tornou-se o maior produtor da oleaginosa no Brasil. A justificativa para a instalação de empresas na mesorregião baseou-se na promulgação do desenvolvimento regional, da geração de empregos e da inclusão social dos agricultores familiares locais por meio da integração às agroindústrias que produzem dendê. Objetivamos analisar, nesse contexto, como a “inclusão social” evidencia-se para os agricultores integrados, tendo como *locus* empírico o município de Garrafão do Norte (PA). A metodologia utilizada apoiou-se, sobretudo, em entrevistas com uso de questionários semiestruturados e em entrevistas abertas, baseadas em um roteiro, com agricultores locais. Os dados foram sistematizados no programa Microsoft Office Excel e depois analisados segundo o Teste “t” de Student pareado. Também realizamos revisão de literatura e de documentos pertinentes sobre a temática. Constatamos, ao final da pesquisa, que os limites da inclusão social, título do presente trabalho, residem tanto na forma marginal com que essa ainda acontece para os agricultores, pois desconsidera suas culturas tradicionais e segue prioritariamente a lógica da cadeia produtiva do dendê; quanto nos efeitos práticos que limitam o acesso a créditos, assistência técnica e cursos ao atendimento das demandas da produção da oleaginosa, sem considerar o estabelecimento todo como um sistema de produção. Diante de processos anteriores e atuais de exclusão, a inclusão marginal atual é percebida pelos agricultores como uma oportunidade que lhes foi historicamente negada, daí visualizarem na integração à agroindústria local não só a oportunidade de adquirirem melhorias, mas de manter o modo de vida de suas famílias enquanto agricultoras.

Palavras-chave: Dendeicultura. Inclusão social. Agricultores familiares. Integração produtiva. Garrafão do Norte.

ABSTRACT

Expansion of oil palm plantation in the Brazilian state of Pará is a phenomenon that has received great news and academic prominence. The Northeastern Pará, because its agroclimatic aptitude, became the greatest producer of the oil palm at Brazil with the support of public policy. The justification for the establishment of companies in the mesoregion was based on the speech of a regional development, job creation and social inclusion of local peasants through the integration of palm oil-producing agro-industries. In this context, we aim to analyze how “social inclusion” occurs by the integrated peasants. The research was carried out in Garrafão do Norte (Brazilian state of Pará), and involved interviews using semi-structured questionnaires and open interviews, based on an guide, with the local peasants. We also review the literature and relevant documents about the subject. The data was systematized in the Microsoft Office Excel program and then analyzed according to the paired Student t-Test. We found that the limits of social inclusion, which names this dissertation, remain in a marginal way as it still happens to the peasants because it disregards their traditional crops and follows primarily the logic of the oil palm production chain; as well as it remain in practical effects that limit access to credits, technical assistance and courses to attend the demands of palma oil production, without considering the entire agricultural establishment as a production system. In the presence of previous and current exclusion processes, the current marginal inclusion is noticed by the peasants as an opportunity that has been historically denied to them, hence to see in the integration to the local agroindustry not only an opportunity of improvement, but also as a form to keep their way of life as peasants.

Key-words: Oil palm production. Social inclusion. Peasants. Productive integration. Garrafão do Norte.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização do município de Garrafão do Norte (PA)	42
Gráfico 1: Percentual do número e da área dos estabelecimentos agropecuários de Garrafão do Norte	43
Quadro 1: Indicadores sistematizados a partir da oficina de Garrafão do Norte	46
Gráfico 2: Distribuição das idades dos entrevistados	59
Gráfico 3: Percentual de entrevistados associados a organizações coletivas	60
Figura 2: Localização das localidades estudadas – Garrafão do Norte (PA).	62
Gráfico 4: Disponibilidade de serviços nas localidades estudadas.....	64
Gráfico 5: Percentual de acesso aos meios de comunicação	65
Figura 3: Cachos de dendê transportados com uma carroça de burro até à beira do ramal	67
Figura 4: Consórcio de dendê com feijão.....	78
Gráfico 6: Percentual de entrevistados com acesso a políticas públicas.	79
Gráfico 7: Percentual de entrevistado com acesso a cursos	83
Gráfico 8: Percentual de entrevistados que utilizam produtos químicos.....	87
Gráfico 9: Entrevistados que participaram das oficinas sobre uso de agroquímicos	88
Gráfico 10: Percentual de entrevistados com acesso a diferentes tipos de eletrodomésticos..	94
Gráfico 11: Percentual de entrevistados com acesso a diferentes tipos de móveis.	94
Gráfico 12: Percentual de entrevistados com acesso aos meios de transportes.....	95
Figura 5: Cachos de dendê transportados com uma carroça de burro até à beira do ramal. ...	95
Gráfico 13: Percentual de entrevistados com acesso a serviços na residência	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ranking das notas médias atribuídas pelos agricultores	55
Tabela 2: Condições de ida até às escolas	65
Tabela 3: Qualidade do serviço nos postos de saúde	65
Tabela 4: Condições de trafegabilidade das vias de transportes do município	66
Tabela 5: Trabalho dos técnicos da empresa nos lotes	71
Tabela 6: Financiamento do Basa à agricultura familiar de Garrafão do Norte.....	80
Tabela 7: Acesso ao apoio de instituições	82
Tabela 8: Percepção dos agricultores sobre existência de áreas de floresta e copeira	84
Tabela 9: Percepção dos agricultores sobre o grau de desmatamento local	84
Tabela 10: Percepção dos agricultores quanto à disponibilidade de recursos naturais	85
Tabela 11: Percepção dos agricultores sobre a qualidade da água	87
Tabela 12: Conhecimento sobre os riscos no uso de produtos químicos	88
Tabela 13: Uso da renda advinda do dendê.	93
Tabela 14: Conservação dos patrimônios das localidades.....	98
Tabela 15: Volume e penosidade do trabalho nos lotes	102
Tabela 16: Liberdade no uso do tempo para realizar atividades cotidianas	103
Tabela 17: Procedência dos alimentos consumidos pelos agricultores em seus lotes.....	105
Tabela 18: Frequência semanal de consumo de produtos dos estabelecimentos.....	105
Tabela 19: Frequência semanal de consumo de alimentos	106
Tabela 20: Sentimentos quanto à produção de dedê.....	108
Tabela 21: Sentimento dos agricultores quanto alguns aspectos das localidades.	110
Tabela 22: Percepção dos agricultores sobre a disponibilidade de vagas de trabalho.....	110
Tabela 23: Quantidade média da contratação de diárias e o valor gasto anualmente.....	112
Tabela 24: Percepção sobre os valores pagos para se trabalhar nos lotes.....	113

LISTA DE SIGLAS

Abrapalma	Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma
Adepará	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
ADM	Archer Daniels Midland Company
AF	Amarelecimento Fatal
AFInS	Projeto Agricultura Familiar e Inclusão Social
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural
Banpará	Banco do Estado do Pará
Basa	Banco da Amazônia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR	Cadastro Ambiental Rural
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPI	Equipamento de Proteção Individual
Faepa	Federação da Agricultura e Pecuária do Pará
Fapespa	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa
GPS	Global Position System
IAN	Instituto Agrônômico do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IRHO	Institut de Recherches Pour Les Huiles et Les Oleagineux
ISO	International Organization for Standardization
Iterpa	Instituto de Terras do Pará
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PMV	Programa Municípios Verdes
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar

Pnate	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSOP	Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma
Reasa	Reflorestadora da Amazônia Sociedade Anônima
RL	Reserva Legal
SCS	Selo Combustível Social
Sagri	Secretaria de Estado de Agricultura
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sedip	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção
Semas	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
Spvea	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Uepa	Universidade do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará

Sumário

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 O TEMA	15
1.2 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	17
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	22
2.1 O DENDÊ NO PARÁ	22
2.2 A INTEGRAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL	25
2.3 A INTEGRAÇÃO À CADEIA PRODUTIVA DO DENDÊ.....	28
2.4 A HERANÇA CONCEITUAL DA EXCLUSÃO	31
2.5 INCLUSÃO SOCIAL: UM CONCEITO, MÚLTIPLAS INTERPRETAÇÕES.....	34
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
3.1 ÁREA DE ESTUDO	41
3.2 A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE INCLUSÃO SOCIAL.....	44
3.3 CONCEITUANDO INCLUSÃO SOCIAL.....	48
3.4 OUTRAS ETAPAS DA PESQUISA	53
4 A PRODUÇÃO DE DENDÊ EM GARRAFO DO NORTE.....	57
4.1 A INSTALAÇÃO DA EMPRESA MARBORGES NO MUNICÍPIO.....	57
4.2 OS AGRICULTORES E A RELAÇÃO VILAS-COLÔNIAS	59
4.2.1 Breve caracterização dos colonos e das suas localidades	59
4.2.2 Serviços e meios de comunicação	63
4.2.3 Educação e saúde	64
4.2.4 As estradas	66
4.3 A RELAÇÃO DOS AGRICULTORES COM A EMPRESA	66
4.3.1 O frete	66
4.3.2 A assistência técnica	70
4.3.4 O financiamento	72
4.3.5 Os insumos	73
4.3.6 O pagamento da produção.....	75
4.3.7 As reuniões	76
4.3.8 A proibição do consorciamento.....	77
4.4 O ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS E CURSOS	79
4.5 MEIO AMBIENTE E SAÚDE	83

5 PRODUIR DENDÊ: O QUE MUDA, O QUE PERMANECE, O QUE SE ESPERA?	90
5.1 OBTENÇÕES.....	90
5.2 “O DENDÊ É PROMESSA”.....	98
5.3 A GERAÇÃO DE EMPREGOS	109
5.4 PERCEPÇÕES SOBRE INCLUSÃO SOCIAL.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICE I – Identificação dos participantes das oficinas do AFInS	131
APÊNDICE II – Indicadores de Inclusão social resultantes das oficinas do AFInS	132
ANEXO I – Escalas de satisfação (E), esforço (A) e intensidade (D)	135

1 INTRODUÇÃO

1.1 O TEMA

A crise do petróleo da década de 1970 estimulou a corrida por novas fontes de energia que suprissem a demanda energética no mundo industrializado e que reduzissem os impactos ambientais na escala internacional (no Brasil, as experiências do Proálcool são representativas desse contexto). Nos anos de 1990, a produção de óleos de origem vegetal para a fabricação do agrocombustível tornou-se uma das principais ambições do governo brasileiro. Diferente dos combustíveis fósseis, o agrocombustível constitui-se, segundo políticas oficiais, em uma alternativa biodegradável e de grande potencial econômico devido à sua obtenção a partir de fontes renováveis de biomassa, sendo considerado um combustível “ecologicamente correto” (BRASIL, 2011; 2012).

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), criado em 2004 pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), visou estimular a produção dos agrocombustíveis no país, objetivando apresentar ao mundo o compromisso do Brasil com o desenvolvimento sustentável e a busca por fontes renováveis de energia. A sua criação baseou-se ainda numa perspectiva de inclusão social da agricultura familiar, a partir do Selo Combustível Social (SCS), e na redução das disparidades regionais (BRASIL, 2011).

Possuindo o SCS, as empresas produtoras do biodiesel podem obter subsídios como melhores condições de financiamento no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições financeiras, direito à desoneração de tributos e acesso à reserva de 80% do mercado cativo de biodiesel. Para isso, devem promover a inclusão social, cumprindo obrigações com os agricultores integrados à cadeia produtiva. Dentre as principais, destaca-se a assinatura de contrato e a oferta de assistência e capacitação técnica, bem como a garantia de compra da matéria prima¹, proporcionando segurança e regularidade na comercialização.

Em 2010, entrou em vigor o Plano Palma Verde, lançado pelo então Presidente Lula em Tomé-Açu (PA), com o objetivo de estimular o plantio de dendê no estado do Pará. No mesmo ano, criou-se o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP) para oferecer mais estrutura ao macro projeto da produção da oleaginosa, com peculiaridades como o zoneamento agroecológico realizado para delimitação de terras aptas ao cultivo. Em parte, esta preocupação baseou-se nos problemas socioambientais que ocorreram em países como

¹ Para obter e manter o Selo Combustível Social é necessário um percentual mínimo de aquisição de matéria prima proveniente da agricultura familiar pelas empresas certificadas. Este percentual está estabelecido em 15% para as regiões Norte e Centro-Oeste, em 30% para as regiões Sudeste, Nordeste e Semiárido, e 40% para as aquisições da região Sul (BRASIL, 2014).

Indonésia e Malásia, que resultaram em altas taxas de desmatamento, poluição hídrica e redução da fauna e flora nas áreas destinadas ao monocultivo (BUTLER; LAURANCE, 2009; WILCOVE; KOH, 2010).

Com o apoio dessas políticas públicas e devido à sua aptidão agroclimática, o Nordeste paraense tornou-se o principal produtor de dendê do Brasil. Nesse contexto, a expansão de empresas estatais e multinacionais² tem reconfigurado territorialmente a mesorregião por meio de compras, arrendamentos e parcerias para uso da terra de agricultores familiares, com previsão de plantio de 350.000 hectares (HOMMA; VIEIRA, 2012). Até 2014, 1.124 agricultores estavam integrados à cadeia produtiva da oleaginosa, somando 30.461 ha (15%) de área plantada no Pará, de um total de 208.534 ha (ABRAPALMA, 2014).

Desde então, diversas mudanças têm ocorrido. Estudos apontam problemas de cunho socioambientais na produção de dendê (REPÓRTER BRASIL, 2013; VILMAR et al., 2014), bem como a relação entre a expansão da oleaginosa e a redução de culturas alimentares, como a mandioca, nos estabelecimentos familiares e na escala estadual (HOMMA; VIEIRA, 2012; SILVA, 2016). Outros visualizam o cultivo como alternativa de desenvolvimento regional, com potencial para a recuperação de áreas degradadas, geração de renda, empregos e à transição energética sustentável (ALVES, 2011; BECKER, 2010).

A presente pesquisa procura compreender um aspecto que consideramos não ter recebido ainda a devida atenção: a “inclusão social” dos agricultores familiares integrados³ às agroindústrias de dendê. A utilização das aspas possui como objetivo enfatizar a temática da inclusão social e, sobretudo, evidenciar cautela em seu uso conceitual para referir-se à produção familiar de dendê por contrato. Isso porque, ao contrário das avaliações usuais, não consideramos os sujeitos estudados como previamente excluídos, tampouco entendemos inclusão social como sinônimo de inserção à determinada política pública.

Analisar, portanto, como a “inclusão social” evidencia-se para os agricultores integrados às agroindústrias de dendê no Nordeste paraense, objetivo da dissertação, demandou uma problematização desse conceito, oriundo de um contexto europeu, urbano e salarial. O próximo tópico, referente à problemática da pesquisa, propõe iniciar esse debate, além de apresentar de forma mais detalhada os objetivos específicos do trabalho.

² As empresas presentes no estado do Pará são: ADM, Agropalma, BBB/Petrobras, Biopalma, Denpasa, Dentauá, Guanfeng Group, Marborges, Palmasa, Yossan.

³ Ao longo do texto, utilizamos, de forma operacional, os termos “agricultores familiares”, “agricultores integrados”, “agricultores” e “colonos” para denominar os sujeitos da pesquisa. Este último termo baseia-se na autodenominação dos agricultores locais para referirem-se a si próprios, e é utilizado em especial nos dois últimos capítulos.

1.2 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

O sistema de integração produtiva é utilizado no Brasil por grandes agroindústrias na produção de tabaco, flores, frutas, suínos, madeiras e aves desde a década de 1960 (AQUINO, 2013). Esse sistema baseia-se em acordos contratuais, que integram agricultores familiares à determinada agroindústria. Tecnicamente, os primeiros devem garantir a matéria prima para a produção das mercadorias pelas empresas, e estas devem assegurar a compra dos produtos dos integrados (NOGUEIRA; JESUS, 2013).

Para determinados autores, essa é uma forma do agricultor modernizar sua produção, aumentar efetivamente sua renda e contribuir com o desenvolvimento do país, seja na exportação de commodities como na alimentação da população (GRAZIANO; NAVARRO, 2015). Outros avaliam a integração para além do aspecto econômico, ressaltando as mudanças negativas nas formas de trabalho, na autonomia e no uso do tempo pelo agricultor, que estaria subordinado à lógica de produtividade da empresa (PICANÇO FILHO; MARIN, 2012; NOGUEIRA; JESUS, 2013).

Abramovay e Magalhães (2007, p. 3) argumentam que a integração produtiva supervisionada pelo PNPB, em específico, apresenta-se como uma política inédita no plano internacional, pois é incentivada pelo Estado, operacionalizada pelas empresas privadas e possui os sindicatos como legitimadores contratuais do processo. No caso brasileiro, segundo os autores, o interessante é que “[...] o Estado intervém no formato organizacional e nos incentivos a partir dos quais se constitui um determinado mercado, mas não o faz a partir de uma injeção própria de recursos”.

Como vimos, um dos pressupostos do PNPB é gerar a inclusão social no campo brasileiro⁴. Para promovê-la, a agroindústria deve adquirir matéria prima do agricultor, celebrar contratos especificando as condições comerciais que garantam renda e prazos compatíveis com a atividade, além de assegurar assistência e capacitação técnica compatibilizada com a segurança alimentar da família (BRASIL, 2004; 2011).

Para Alves (2011), a integração às agroindústrias de dendê alterou a qualidade de vida dos agricultores por meio do aumento da renda proporcionada pelo cultivo. O autor também visualiza o dendê como oportunidade de desenvolvimento para a Amazônia, devido à alta produtividade do plantio por hectare, servindo de fonte de renda complementar aos agricultores, ajudando na recuperação de áreas degradadas e fixando o homem no campo devido ao seu

⁴ Segundo a cartilha oficial do programa: “[o] cultivo da matéria prima cria oportunidades de trabalho e geração de renda na agricultura familiar, estimulando a inclusão social em todas as regiões do país” (BRASIL, 2011, p. 5).

ciclo produtivo que é, em média, de 25 anos – o vínculo contratual com as empresas dura usualmente pelo mesmo período.

Sampaio (2014), por sua vez, identificou concorrência entre agroindústrias de dendê e agricultores pela contratação da mão de obra temporária local⁵, o que tem gerado diminuição do trabalho familiar disponível nos estabelecimentos⁶. Além disso, observou a possibilidade de quebra do ciclo de sociabilização das crianças devido à proibição laboral na área do dendezal junto à família. Já Silva (2016) constatou a diminuição de culturas anuais, influenciada pela diminuição de espaço e tempo para a roça⁷, bem como pela ausência de assistência técnica e cadeias estruturadas à comercialização de feijão, arroz e farinha.

Ao se integrarem às agroindústrias, estes agricultores apresentam processos de rupturas com o modo de vida anterior, mas também de continuidades (WANDERLEY, 1996; 2003). Nas oficinas do projeto AFInS⁸, algumas situações por eles relatadas ilustram esses aspectos, como a aversão de pais à obrigatoriedade de empregar formalmente os filhos que os ajudam no cultivo da oleaginosa, ou a permanência do mutirão entre vizinhos que possuem dendê. Essas questões transcendem explicações que se baseiam unicamente na lógica quantitativa-empresarial para tratar da promulgada “modernização da agricultura”, além de demonstrar singularidades comumente desconsideradas na formulação das políticas públicas.

Daí a necessidade de reflexão da inclusão social enquanto conceito, pois sua operacionalização é realizada, sobretudo, a partir de indicadores urbanos que dificilmente abrangem as especificidades das populações rurais, como o cálculo produtivo diferenciado dos seus estabelecimentos (GARCIA JÚNIOR; HEREDIA, 2009), as motivações morais-afetivas que norteiam suas ações (WOORTMANN, 1990) e a especificidade de infraestruturas e serviços indispensáveis ao espaço rural.

⁵ Influenciada, sobretudo, pela elevada migração da força de trabalho a ser assalariada nos polos de produção de dendê de Tomé-Açu, segundo Sampaio (2014).

⁶ Podendo, por isso, a demanda por mão de obra temporária superar o trabalho familiar nos lotes, o que em tese, os descaracterizaria como componentes da agricultura familiar (SAMPAIO, 2014).

⁷ “Roça é uma área preparada para o cultivo de culturas anuais por meio da derrubada da vegetação original (em geral, floresta primária ou secundária), queimada do material orgânico e plantio no solo. A palavra é derivada de “roçar” e descreve uma prática tradicional dos agricultores no mundo inteiro que, no momento, chega a seus limites, quando não há mais área suficiente para praticar o pousio. Roça é frequentemente usada também para determinar uma pequena lavoura de cultura alimentar independentemente da sua preparação no âmbito da agricultura familiar, especialmente na Amazônia” (MOTA, 2014, p. 298). Para uma análise mais detalhada sobre o tema ver Schmitz (2007). São plantios comuns na região a mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), o arroz (*Oryza sativa* L.), o feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) e o milho (*Zea mays* L.).

⁸ Agricultura Familiar e Inclusão Social é a sigla de um projeto de pesquisa sob o título “Integração da Agricultura Familiar na Produção do dendê no Pará: Possibilidade de Inclusão Social?”, que funciona a partir da parceria entre a Embrapa e o Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (UFPA), envolvendo pesquisadores, professores e alunos destas instituições. O funcionamento das oficinas do AFInS será detalhado mais à frente.

Com origem na França, em meados de 1970, e depois adotado pela União Europeia, hoje a inclusão social é um tema chave nas políticas públicas de diversos países. Seu entendimento, porém, é comumente relacionado a outro conceito: a exclusão social (O'REILLY, 2005). Este, por tentar abranger uma variedade multidimensional de privações⁹, divide opiniões entre autores que questionam sua capacidade explicativa e substitutiva das noções de pobreza e desigualdade (RAWAL, 2008).

Para Silver (1994; 2015), há a necessidade de primeiro situarmos o conceito em seu contexto histórico e empírico, pois o significado da exclusão, e a forma de combatê-la, mudam de acordo com as ideologias predominantes em cada nação. Rawal (2008) também propôs que se problematizem as especificidades da exclusão/inclusão estudada, ou seja, as estruturas políticas, econômicas e culturais da sociedade em questão, para evitar que modelos de ação dos países do Norte sejam simplesmente transplantados às realidades dos do Sul. A sua conclusão surgiu diante do desafio de pensar a inclusão social no complexo sistema de castas do Nepal.

Ainda nesse sentido, Sposati (1998, p. 4) afirma que “[...] trazer o tema da exclusão social para o Brasil significa demarcar que a análise se dará em uma sociedade colonizada, que já partiu do conceito discriminador entre colonizador e colonizado”. Assim, não podemos visualizar em nosso país a concepção de exclusão social como “perda de uma conquista”, como ocorreu na crise da sociedade salarial francesa (CASTEL, 2013; LEAL, 2009; PAUGAM, 2013), pois no caso brasileiro não houve um patamar anterior de “universalidade” da cidadania na sociedade e nem no Estado (SPOSATI, 1998).

A questão agrária, em particular, é produto e produtora dos processos de desigualdade e injustiça no Brasil (WANDERLEY, 2013), pois resulta de uma histórica concentração fundiária, da violência às populações rurais e da precariedade de serviços a elas oferecidas, em especial na Amazônia¹⁰. Assim, se o que Sposati (1998) denomina de “mínimos sociais” à sociedade brasileira é de difícil acesso a todos aqueles que residem nas grandes cidades, no campo a situação é historicamente alarmante¹¹. Isso não significa, porém, que devemos analisar a inclusão social em contraponto ao espaço urbano.

⁹ “O conceito multidimensional de exclusão vai além da noção de pobreza material para incluir várias condições, tais como privações de saúde e educação, desvantagens geográficas e desvantagens particulares, tais como discriminação étnica e deficiências físicas ou mentais” (O'REILLY, 2005, p. 81).

¹⁰ Aliás, “[...] a questão agrária não está apenas, em sua causa, na concentração fundiária; ela está também em suas consequências sociais urbanas” (MARTINS, 1997, p. 74), como a formação das periferias das grandes cidades: sem infraestruturas, serviços e direitos mínimos à população que participou do processo de êxodo rural do país.

¹¹ Em 2009, “[...] aproximadamente 54% da população rural [brasileira] total era enquadrada como pobre. Destas, 8.1 milhões de pessoas foram classificadas como extremamente pobres” (MALUF et al., 2011, p. 19). As

Embora a integração às agroindústrias de dendê provoque mudanças na forma que os agricultores administram seu tempo, seu trabalho e seus recursos monetários, eles se organizam diferente de uma empresa, conforme veremos no decorrer do trabalho. Nesse sentido, a reflexão da inclusão/exclusão no espaço rural pode oferecer subsídios para pensarmos sistemas de “emprego-autônomo” e “provisão-autônoma” que são comumente negligenciados nos estudos sobre os conceitos, já que priorizam privações ligadas ao assalariamento (SILVER, 1994). Aliás, se considerarmos que a relação “terra, trabalho e família” norteia a moral e a ação desses sujeitos (WOORTMANN, 1990), e que há sistemas de reciprocidade no nível comunitário e de vizinhança nas sociedades rurais (HÉBETTE; ALVES; QUINTELA, 2002; SABOURIN, 2009), outra diferença pode ser a análise da inclusão social para além das limitações ou potencialidades individuais – crítica recorrente às abordagens que tratam o problema de maneira “atomística” (BONETI, 2006; O'REILLY, 2005).

Como a divulgada sustentabilidade ambiental do projeto, a inclusão social prometida aos agricultores integrados figura como justificativa central para os elevados recursos destinados à produção de dendê. Nossa análise parte da premissa de que as políticas públicas constituem-se na tradução dos propósitos de um governo em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças na sociedade (SOUZA, 2006). Por isso o seu acompanhamento crítico torna-se essencial, oferecendo subsídios à sociedade civil, que é diretamente influenciada por tais ações e pode reivindicar mudanças (SILVA, 2010).

A ênfase aqui atribuída às múltiplas interpretações sobre o cultivo do dendê, da integração produtiva e da inclusão social, justifica-se então diante das afirmativas oficiais do PNPB, que se pautam, sobretudo, na geração de renda e emprego como elementos motrizes da inclusão social, bem como na assinatura de contratos, garantia da compra da matéria prima, e no oferecimento de créditos, assistência e capacitação técnica aos agricultores. Salientamos a necessidade de problematizar a inclusão para além dessas variáveis e considerar a soberania alimentar, a qualidade hídrica local e outros aspectos dialogados com os agricultores nas oficinas do projeto AFInS, reconhecendo, simultaneamente, a importância de verificar o cumprimento dos itens definidos pelo PNPB.

Diante do exposto, nosso problema de pesquisa pode ser resumido na seguinte pergunta: Como a “inclusão social”, pela integração às agroindústrias de dendê, evidencia-se para os agricultores integrados no Nordeste paraense? De maneira paralela e complementar, outras

afirmações de Maluf et al. (2011) baseiam-se na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios do IBGE, que define como pobre os domicílios com renda familiar per capita mensal de até ½ salário mínimo; e como extremamente pobre aqueles com renda familiar per capita de até ¼ salário mínimo.

questões mais específicas nortearão nossa reflexão: Como as políticas de promoção do cultivo de dendê concebem a “inclusão social” para os agricultores integrados? Como a noção de inclusão social pode ser caracterizada no contexto rural do Nordeste paraense? Como os agricultores integrados percebem e vivenciam a “inclusão social”? Que mudanças ou permanências a integração às agroindústrias de dendê proporciona aos agricultores? E como elas podem ser lidas a partir da noção de inclusão social?

Assim, nosso objetivo geral reside em analisar como a “inclusão social” evidencia-se para os agricultores integrados às agroindústrias de dendê no Nordeste paraense. Como objetivos específicos, optamos por identificar as políticas públicas de promoção do cultivo do dendê e da inclusão social a ele associada; discutir a noção de inclusão social a partir do contexto rural do Nordeste paraense; e analisar, à luz da noção de inclusão social e dos indicadores construídos em diálogo com os agricultores, as mudanças e permanências proporcionadas pela integração às agroindústrias de dendê.

Além desta introdução, dividimos o trabalho em mais quatro capítulos. No primeiro, realizamos a revisão de literatura acerca de estudos sobre a produção de dendê no Pará, o sistema de integração produtiva e o debate sobre inclusão social. No segundo, apresentamos os procedimentos metodológicos, abrangendo a descrição das oficinas do AFInS, o motivo da escolha do município de Garrafão do Norte como *lócus* empírico desta pesquisa e uma proposta de conceituação sobre inclusão social. Nos dois últimos, analisamos, respectivamente, as mudanças e inalterabilidades após a produção de dendê para os agricultores integrados, e suas satisfações, seus descontentamentos e suas expectativas relativas ao cultivo. Por fim, sistematizamos as considerações finais.

Durante o texto, procuramos demonstrar como a análise da inclusão social contraposta aos sistemas de integração produtiva, ou a outras formas de políticas direcionadas à agricultura familiar, pode oferecer elementos que permitam visualizar os reais efeitos aos sujeitos a quem se pretende incluir, sem perder de vista, de forma relacional, os interesses daqueles que formulam a inclusão que será realizada. Essa forma de compreensão procura transcender as que concebem os sujeitos como previamente excluídos ou as que consideram a noção como sinônimo de inserção à política pública, uma vez que a inclusão social, apesar de voltada para grupos específicos, normalmente também beneficia a outros, além de ser um dos conceitos que norteia as tomadas de decisões do poder público.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, buscamos contextualizar a origem da produção de dendê no estado do Pará e apresentar uma revisão sobre pesquisas já realizadas sobre a temática. Analisamos, também, a origem do sistema de integração produtiva no Brasil e o debate sobre inclusão social, que hoje norteia os princípios do PNPB. Em conjunto, a discussão auxiliará a compreensão da realidade empírica aqui estudada.

2.1 O DENDÊ NO PARÁ

A introdução do dendê no Brasil iniciou com a vinda de sementes em navios negreiros oriundos da Angola, Moçambique e Benin, sendo formados os primeiros dendezaís no estado da Bahia. Na Amazônia paraense, o cultivo se estabeleceu na década de 1950 por meio do Instituto Agrônomo do Norte (IAN), depois transformado na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Amazônia Oriental). Posteriormente, houve o direcionamento de políticas com o objetivo de tornar o monocultivo uma alternativa para o desenvolvimento rural regional (SANTOS et al., 1998).

Devido às promissoras perspectivas com a oleaginosa, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), antiga Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea), consolidou em 1967 uma parceria com a firma francesa Institut de Recherches Pour Les Huiles et Les Oleagineux (IRHO), cujo objetivo foi estabelecer o cultivo do dendê em escala comercial (SANTOS et al., 1998). Assim, na década de 1970, a iniciativa privada dinamizou a produção do monocultivo abrindo espaço para empresas como a Agropalma, a Marborges, a Palmasa e, posteriormente, a Biopalma, que encontraram no Pará um *locus* para a expansão dos seus negócios.

Sem repetir as características do PNPB, vale ratificar sua grande influência para o avanço da oleaginosa, tal qual a do PSOP. Além disso, conforme as projeções do MDA, com a Lei 13.263 de março de 2016, consolida-se o aumento da mistura obrigatória do agrocombustível ao diesel mineral no Brasil. Por consequência, afirma-se que “[...] haverá uma elevação na produção de biodiesel, com consequente crescimento da demanda por matéria prima, tanto da agricultura familiar como de outros fornecedores” (MDA, 2016, p. 1). Aliás, a expectativa é que até 2020 os atuais 7% de mistura obrigatória cheguem a 15%.

Nesse contexto, um número significativo de agricultores tem sido integrado às agroindústrias de dendê, buscando segurança de mercado e alternativas às perdas de lavouras ocasi-

onadas pela podridão radicular¹² das raízes de mandioca nos últimos anos (SILVA, 2016). Outro aspecto diferenciado é a facilidade de acesso a créditos como o Pronaf Eco Dendê, um subsídio exclusivo a essa atividade para o plantio de no máximo 10 hectares. Com ele é possível adquirir, por beneficiário, R\$ 80.000,00 (R\$ 8.000,00 por hectare). O financiamento é destinado à implementação e manutenção da cultura até o quarto ano, com um prazo de reembolso de até quatorze anos, incluídos seis anos de carência, com juros de 2% ao ano (BRASIL, 2012a).

Em contrapartida, Pires (2015) demonstra um cenário não tão positivo como o promulgado oficialmente. Ao delimitar sua pesquisa à região Nordeste brasileiro, a autora analisou os impactos das alterações no modelo tributário e do Selo Combustível Social na inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel. No entanto, limitou-se a uma avaliação segundo os critérios próprios da política¹³, ou seja, ao número de agricultores integrados às agroindústrias. Por fim, constatou que a “inclusão social” ficou aquém dos níveis pré-estabelecidos pelo governo federal, e atribuiu às “deficiências estruturais”¹⁴ da agricultura da região parte do fracasso do projeto.

Uma vez que os instrumentos (SCS e modelo tributário) que deveriam promover a inclusão social à cadeia produtiva não se apresentaram eficientes, para a autora é o próprio PNPB que pode auxiliar no rompimento da deficiência estrutural citada, acoplando-se a outras políticas públicas “[...] de modo a oferecer apoio mais abrangente à agricultura familiar nordestina, a começar pela melhoria na assistência técnica e no vínculo ao cooperativismo, este pouco atuante na região” (PIRES, 2015, p. 111-112).

Segundo Backhouse (2013), o objetivo oficial da produção de dendê no Pará é, por meio da prática de um cultivo ecologicamente correto, alcançar um “triplo ganho”, sendo a proteção do meio ambiente, o desenvolvimento rural e o setor de óleo da palma beneficiados igualmente. Apesar do direcionamento “ecológico” dessas políticas, a utilização da oleaginosa no Brasil tem variado segundo o preço oferecido pelo mercado. Assim, ao invés de ser direci-

¹² “A podridão radicular é um dos fatores limitantes da produção de mandioca nas principais áreas produtoras da região Norte, em especial para os estados do Pará, Amazonas e Amapá. Estima-se que, na região amazônica, as perdas chegam a mais de 50% na várzea, podendo atingir acima de 30% em plantios de terra firme. Em alguns casos, tem-se observado prejuízo total, principalmente em plantios conduzidos em solos com má drenagem da água da chuva, sujeitos a constantes encharcamentos.” (TREMACOLDI, 2016, p. 162).

¹³ Análise especificamente quantitativa do número de agricultores inseridos na cadeia produtiva do biodiesel.

¹⁴ “[...] a agricultura nordestina apresenta uma deficiência estrutural, decorrente de fatores variados: características culturais; baixos níveis de educação; falta de assistência técnica, de preparo do agricultor, de tradição cooperativista e de investimentos em tecnologias agronômicas voltadas ao desenvolvimento de oleaginosas alternativas e passíveis de cultivo no Nordeste” (PIRES, 2015, p. 111).

onado à produção do agrocombustível, o uso do dendê é predominantemente empregado no setor alimentício, cosmético e farmacêutico¹⁵ (BRASIL, 2018).

Em 2014, o governo estadual, a Abrapalma e outras instituições¹⁶ assinaram um protocolo de intenções socioambientais para a produção da palma no Pará (PARÁ, 2014). O intuito foi estabelecer funções diversas aos diferentes segmentos acordantes, para assim alcançarem objetivos como:

Contribuir para a geração de empregos diretos e indiretos envolvidos na produção rural e beneficiamento industrial, gerando renda no campo e nas sedes dos municípios, e contribuindo para a fixação do homem na produção rural, evitando o efeito “conturbação” e êxodo rural; [...] Garantir a assistência técnica aos agricultores familiares integrados no cultivo da palma de óleo; Apoiar a produção, manutenção e comercialização de culturas de subsistência voltadas à segurança alimentar dos habitantes dos municípios e das comunidades dos agricultores integrados no cultivo da palma de óleo; Apoiar a comercialização de associações ou cooperativas de agricultores para viabilizar aquisição de insumos e equipamentos, o escoamento da produção, a comercialização da produção em escala comercial de culturas produzidas em consórcio com a palma de óleo; Apoiar a capacitação dos agricultores; Apoiar iniciativas de educação; Estimular a melhoria da qualidade de vida dos agricultores, através da melhoria na habitação, saúde, segurança pública, lazer, cultura, saneamento básico, estradas e acesso à rede elétrica [...] (PARÁ, 2014, p. 4).

Ainda que se trate de um protocolo de intenções, esse documento demonstra como o discurso oficial do cultivo de dendê no Pará é promover o denominado desenvolvimento sustentável. Para isso, utiliza-se do aparato de diversas secretarias do governo estadual e de bancos regionais para que o monocultivo seja promovido como um vetor de melhorias aos que optarem se integrar à cadeia produtiva da oleaginosa. Aliás, em todo o documento há uma prioridade na destinação desses benefícios aos agricultores produtores de dendê ou às suas comunidades.

Contrariando as afirmações totalmente otimistas quanto ao desenvolvimento ecológico-social que o projeto traria, Backhouse (2013) acredita que se trata do fenômeno *green grabbing*, instrumento discursivo e legitimador da privatização de terras na região, alicerçado sob o slogan da sustentabilidade. Segundo Silva, Magalhães e Farias (2016, p. 165), esse processo apoia-se nas “agroestratégias comandadas pelo capital transnacional, as quais são incentivadas por políticas governamentais que estimulam a alocação de grandes investimentos exógenos, a partir de uma retórica ecológica, social e econômica para o desenvolvimento da região”.

Tendo em vista a complexidade do processo do avanço do dendê, as interpretações sobre o seu real sucesso comumente diferenciam-se. Fator comum a todas as leituras, a “mu-

¹⁵ “[...] No Brasil a margem destinada à alimentação é ainda maior, em torno de 97%. O óleo de palma é utilizado em cerca de 50% dos produtos comercializados nos supermercados e ganha cada vez mais utilizações industriais (produtos químicos industriais, cosméticos e farmacêuticos e para produzir biodiesel).” (BRASIL, 2018).

¹⁶ Sedip, Sagri, Semas, PMV, Emater, Abrapalma, Iterpa, Faepa, Senar, Basa e Banpará.

dança” assume papel central na abordagem dos pesquisadores. Alguns autores, por exemplo, visualizam o cultivo como oportunidade de desenvolvimento para Amazônia, capaz de gerar renda, empregos e a recuperação de áreas degradadas (ALVES, 2011; BECKER, 2010). Nahum e Santos (2015, p. 309), porém, acreditam em um novo tempo na dinâmica territorial do Nordeste paraense, ocasionado pelo conjunto de ações políticas, estatais e privadas, que têm permitido e aprofundado a concentração de terra em posse das empresas. De maneira mais apocalíptica, visualizam no horizonte “traços de um campo sem camponês”.

Segundo Silva, Silva e Macedo (2016), no Alto Acará (PA), houve tensões territoriais entre quilombolas e agroindústrias de dendê, que compraram de forma irregular parte do território histórico dos primeiros, ocasionado desmatamento e poluição hídrica pelo uso de pesticidas nos dendezaís. Como resposta, houve mobilização política das várias comunidades pertencentes ao quilombo em união com os indígenas Tembés (Turé-Mariquita). O autor da presente dissertação também pôde constatar relatos de agricultores sobre problemas de saúde e poluição hídrica nas comunidades do Cravo e Arapiranga, localizadas em Concórdia do Pará (PA), por meio de pesquisa de iniciação científica (GOMES; SILVA; MACEDO, 2016).

Para os nossos propósitos, esta breve contextualização do avanço do dendê subsidiado pelo PNBp é relevante para demonstrar como há fatores para além daqueles definidos oficialmente à avaliação da inclusão social (celebração de contratos, aquisição da matéria prima e oferta de assistência e capacitação técnica aos agricultores) (BRASIL, 2004; 2011). Diferente do estudo de Pires (2015), esses múltiplos elementos nos auxiliarão na reflexão acerca de qual tipo de inclusão é direcionada aos agricultores integrados à cadeia produtiva da palma.

2.2 A INTEGRAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL

O processo de reestruturação produtiva modificou tanto a forma de trabalho no espaço urbano, como no agrário, em um contexto de modernização da agricultura no Brasil. No final dos anos 1970, com o avanço tecnológico e as novas formas de organização empresarial da flexibilização *just-in-time*, a produção de alimentos trouxe vantagens consideráveis às grandes empresas que passaram então a agir em cadeias produtivas (NOGUEIRA; JESUS, 2013).

Um dos grupos sociais tido como necessário a essas cadeias são os agricultores, por meio do sistema de integração. Nogueira e Jesus (2013) afirmam que o grande desenvolvimento da Sadia em Chapecó decorreu dessa organização produtiva, desde os anos 1970. No caso da produção avícola, são as agroindústrias que fornecem os pintinhos com padrão genético determinado, ração especial e assistência técnica.

Estudando as relações assimétricas nos contratos de fornecimento de cana-de-açúcar, Picança Filho e Marin (2012) definem a integração como

[...] uma forma de articulação vertical entre agroindústrias e produtores agropecuários, em que o processo de produção é organizado industrialmente, com aplicação de tecnologia e capital. Os produtores integrados são aqueles que recebem insumos ou orientações técnicas de uma agroindústria, com o objetivo de produção de matéria-prima e, em contrapartida, ficam obrigados a vender a produção para a referida empresa (PICANÇA FILHO; MARIN, 2012, p. 195).

Como os autores supracitados, Nogueira e Jesus (2013) acreditam que o sistema de integração produtiva avícola torna-se muito mais vantajoso para a agroindústria, pois se alicerça na subcontratação de trabalhadores valendo-se de um único contrato individual, mas que leva toda a família a despender trabalho mediante a lógica do ganho por produtividade. Para os avicultores, entretanto, o único benefício parece ser a garantia da venda da sua produção.

Os autores apontam como principais resultados desta forma de trabalho: o monopólio da exploração e do controle sobre os trabalhadores familiares por parte das agroindústrias; a redução da autonomia do agricultor que tem que alcançar os níveis de exigência ditados por elas; a extenuante jornada de trabalho que reduz consideravelmente o tempo para o lazer; a consequente dependência de financiamentos para conseguir estas metas e; a precarização do trabalho por meio de assalariamentos disfarçados (NOGUEIRA; JESUS, 2012).

Para Abramovay e Magalhães (2007), a integração subsidiada pelo PNPB destoaria das anteriores. Mediante as regras da própria política, as empresas selecionariam seus fornecedores com base no trabalho do movimento sindical, além de apoiar-se na própria estrutura sindical para organizar a oferta, negociar os contratos e o controle da qualidade do produto – tudo com o auxílio da assistência técnica e a garantia dos preços pela matéria prima. Assim, os contratos seriam públicos e monitorados socialmente. A sua regulamentação, estatal e sujeita a negociações, não se limitaria às empresas e aos agricultores. “[...] Os sindicatos não são apenas organizações de defesa dos interesses dos agricultores, mas participantes ativos na formulação e na execução dos contratos” (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007, p. 20). Entre os elementos centrais que combinariam estrategicamente os interesses de sindicatos e empresas estaria o fato de que

[...] as empresas apostam numa visão de responsabilidade social na qual os benefícios sociais da incorporação de agricultores familiares a sua rede de fornecedores responde diretamente aos seus interesses econômicos e suas estratégias de negócios, ao mesmo tempo em que os interesses políticos das organizações sindicais que participam do PNPB se concretizam, não através da contestação ao agronegócio, mas exatamente na via oposta, na sua habilidade de mobilizar o capital político e social para a ampliar a participação da sua base social no mercado e de construir em con-

junto com as empresas as condições para que se consolide a viabilidade econômica dessa relação. (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007, p. 30).

Para Fernandes, Welch e Gonçalves (2011), essa forma de análise, característica do paradigma do capitalismo agrário, compreende a integração como promotora do desenvolvimento de ambos os segmentos, agroindústrias e agricultores. Assim, a conflitualidade não é uma referência. Posicionando-se na linha interpretativa do paradigma da questão agrária, os autores acreditam que a integração, nesse formato, ocasiona subordinação do agricultor ao grande capital, por não pertencer a ele o controle do processo de produção e comercialização.

Sob um olhar geográfico, Oliveira (2004) demonstra como geralmente grandes empreendimentos expropriam ou expulsam agricultores de suas terras para desenvolver atividades propriamente capitalistas. O autor conceitua esse processo, que ocorreu e ocorre em diferentes partes do mundo, como a “territorialização do capital monopolista” em sua plenitude. Há, no entanto, outra forma de atuação. Ela acontece, por exemplo, quando as agroindústrias expandem suas produções mercantis a partir de parcerias e contratos com agricultores, que trabalharão em suas próprias terras para produzir o estipulado pelas empresas. Nesses casos, acontece a “monopolização do território pelo capital”, que, ao invés de se territorializar ao comprar essas ou outras propriedades, prefere subordinar e direcionar a renda da terra camponesa de acordo com suas demandas comerciais. Ao mesmo tempo, em uma relação contraditória e dialética, o capital possibilita a criação, recriação e redefinição das relações camponesas, que continuam a se constituir segundo uma lógica não capitalista.

Araujo e Silva (2016, p. 86), por sua vez, acreditam que políticas como a do PNBPA almejam uma sociedade pré-concebida, buscando estender relações de “empresarização” aos agricultores e mudar sua forma de agir. Segundo os autores, no Brasil, os argumentos de legitimação da agricultura familiar “[...] estiveram frequentemente associados ao objetivo de converter as pequenas unidades produtivas agrícolas em pequenas empresas agrícolas com ampla capacidade de resposta ao mercado”.

Bruno (2016, p. 142) também demonstra como as elites agroindustriais historicamente acionam as carências à agricultura familiar para estabelecer uma seletividade discursiva e hierárquica¹⁷ “[...] sobre quem é apto ou não a integrar-se produtivamente pelo estabelecimento de um alinhamento de práticas pela interferência na construção própria, suscitando a dificuldade de construção de um espírito crítico e de percepção das diferenças existentes”. Tais

¹⁷ “O agricultor familiar ‘integrado’ e ‘vacionado’ é considerado pelas elites agroindustriais como alguém qualificado para produzir de modo rentável porque possui ‘convicção’ e sabe agir conforme o instituído pela lógica da integração e do mercado. ‘Vocação’ entendida não como expressão de habilidades e sim como adesão a preceitos e interesses que frequentemente se confundem com os dos grandes proprietários e empresários rurais” (BRUNO, 2016, p. 145).

argumentos, de acordo com a autora, potencializam o sistema de dominação segundo os interesses patronais.

Integração e exclusão são faces de um mesmo processo e se complementam na relação que as negam: o agricultor familiar “vocacionado” reafirma a exclusão do agricultor familiar “sem condição”. A promessa de crédito facilitado e de acesso ao mercado para os “empreendedores familiares” aprofunda diferenças com os agricultores familiares voltados para a produção de subsistência. Ser “ordeiro” e “consciente” como atributos da postura competitiva exclui os agricultores familiares mobilizados na luta por direitos e por isso considerados “desordeiros” e “inocentes úteis”. (BRUNO, 2016, p. 142).

Os contratos de integração e filiação à cadeia produtiva sinalizariam para os agricultores a oportunidade da superação das suas carências e necessidades. O discurso de solidariedade entre as classes é essencial à obediência e omite, segundo Bruno (2016), a relação desigual na atribuição de tarefas e responsabilidade entre os dois grupos. Como Fernandes, Welch e Gonçalves (2011), a autora afirma que existe nesses argumentos um suposto de solidariedade ausente de interesses conflitantes ou projetos em disputa.

Nesse contexto, Araujo e Silva (2016) analisam como o modelo empresarial torna-se cada vez mais obrigatório a diversas organizações sociais que, por pressão, têm a necessidade ou mesmo o desejo de se organizar como uma empresa. Mediado pelas próprias políticas públicas, tal fenômeno almeja ser expandindo para a agricultura familiar no Brasil. Algumas características imperativas da “empresarização”, de acordo com os autores, são: as relações funcionais decorrentes da divisão do trabalho desenvolvido nas sociedades modernas; as relações de assalariamento; as relações concorrenciais; as relações impessoais; e as relações de dominação.

Analisando a influência do crédito na transição socioeconômica da agricultura familiar, Pauli, Leite e Rosenfield (2016) destacam como as cooperativas de crédito jogam um papel duplo. Isto é, podem permitir o acesso ao crédito como ferramenta de inserção no mercado e, simultaneamente, reforçar o modelo da agricultura familiar não como empresarial, mas de forma comunitária, com transações econômicas alicerçadas na reciprocidade e em relações horizontais. Em suas pesquisas, Araujo e Silva (2016) também perceberam que os agricultores conseguiram contornar algumas pressões inerentes ao fenômeno de empresarização, que lhes seriam prejudiciais, organizando-se coletivamente.

Esses aspectos nos dão subsídios para o próximo tópico, referente não à integração passiva dos agricultores integrados às agroindústrias de dendê, mas como atores que podem conceber o enquadramento às políticas de maneira ativa, demonstrando que possuem projetos para além dos parâmetros oficiais de inclusão social a eles direcionado.

2.3 A INTEGRAÇÃO À CADEIA PRODUTIVA DO DENDÊ

A produção familiar de dendê mediante contrato já resultou em diferentes pesquisas no estado do Pará. Estudando as vilas rurais no raio de expansão dos dendezaís, Ribeiro (2016) demonstra que, com a integração às agroindústrias, o trabalho passa a ser gerenciado a partir das normas da empresa, existindo um novo tempo para as atividades, não mais associado somente às estações. Há, além disso, a proibição da participação das crianças na socialização do labor e uma menor disponibilidade de tempo para outras atividades. Sampaio (2014) constatou também o aumento na necessidade e concorrência pela mão de obra contratada em Tomé-Açu, seja na produção de dendê como em outras atividades agrícolas.

As famílias integradas à cadeia produtiva da oleaginosa aumentaram a área de produção de culturas perenes, ao passo que houve diminuição das culturais anuais devido à menor disponibilidade de mão de obra, resultante do assalariamento de muitos jovens locais nas empresas de dendê ou em suas terceirizadas (RIBEIRO, 2016). De acordo com Silva (2016, p. 70), cultivar mandioca tem sido um desafio para os agricultores integrados, devido à falta de espaço e à penosidade do trabalho adicional com o cultivo de dendê, que exige muita mão-de-obra e “[...] tem feito com que os agricultores diminuam as áreas de roça, deixem de fazer duas roças, mudem a finalidade para apenas consumo e/ou as abandone de vez”. Além disso, a atividade possui um protocolo técnico pré-definido a ser cumprido, para que assim a empresa consiga obter o produto conforme seu padrão de exigência. Como uma receita, esse protocolo estabelece “[...] o preparo das mudas, da área para plantio, adubação química, limpezas das áreas, podas, coroamento e verificação fitossanitária de pragas e doenças que são tratadas, normalmente, com agrotóxicos” (SILVA, 2016, p. 21).

Diferente das potencialidades contratuais argumentadas por Abramovay e Magalhães (2007), para Silva (2016), a partir da adesão ao contrato de integração ao dendê, os agricultores ficam sujeitos às determinações da empresa, nas quais dificilmente são questionadas as regras pré-estabelecidas.

Na maioria das integrações não são permitidos consorciamento com outras culturas, sendo a monocultura algo imposto, às vezes no próprio contrato. O agricultor também é obrigado a realizar todos os tratos culturais para garantir máxima produtividade do dendezeiro. São também obrigados a vincular-se a um comprador fixo, no caso a agroindústria ao qual se integrou (SAMPAIO, 2014). Essas questões colocam em risco a autonomia dos agricultores no gerenciamento do sistema de produção, além de levar à dependência de uma empresa. Inclusive, a empresa é fornecedora de todos os insumos aplicados no cultivo do dendê. (SILVA, 2016, p. 23).

Mais do que isso, a desobediência às regras pré-estabelecidas parecem trazer consequências graves àqueles que as descumprem:

Em campo, foi possível observar agricultores plantando outras culturas junto ao dendê, sem a autorização da empresa integradora. Para alguns houve penalizações, os relatórios de vistorias das empresas, apresentados para os bancos financiadores dos plantios dos agricultores, apresentavam avaliação negativa do plantio, fazendo com que as parcelas de custeio para a atividade não fossem liberadas para o agricultor. Em outros casos a empresa deixou de buscar a produção da família. Outra questão é o risco de perda da qualidade da produção, onde os agricultores relatam que as empresas não vão buscar a produção no período adequado, que seria de até 24 horas após a colheita, assim o prejuízo com a diminuição da qualidade do fruto de dendê fica com o agricultor. (SILVA, 2016, p. 79).

Ainda assim, uma conquista importante dos agricultores de Concórdia do Pará, diante das determinações da agroindústria local, foi a permissão do cultivo de outras culturas em consórcio com o dendê – outrora proibida. Segundo eles, esse direito foi conquistado “na luta”, e hoje a própria empresa percebe que a reivindicação era correta e está dando resultados positivos¹⁸. Esse mesmo processo se repetiu em Garrafão do Norte e será mais bem detalhado no quarto capítulo.

Desse modo, é possível questionar que o trabalho das famílias integradas às agroindústrias transformou-se em território usado totalmente para o monocultivo¹⁹. Ainda que haja uma diminuição de culturais alimentares anuais, há a tentativa dos agricultores garantirem o consumo necessário às unidades domésticas a partir do aumento de culturas perenes e da relação com o mercado (GARCIA JÚNIOR, 1983; GARCIA JÚNIOR; HEREDIA, 2009). É de destaque, também, a ação de alguns estabelecimentos em manter a roça para o autoconsumo (SILVA, 2016). Isso não exclui, no entanto, a influência da produção de dendê na diminuição da diversificação produtiva e na soberania alimentar²⁰ de muitos agricultores, conforme Santos (2015) constatou em Moju.

Já a proibição do consorciamento, e a sua posterior desobediência, são inerentes à complexidade do processo de mediação, no qual os conhecimentos que devem ser mediados contam não só com a visão de mundo da instituição representada, mas com as trajetórias acadêmico-ideológicas dos técnicos agrícolas, permeada por valores próprios que influenciam no diálogo com os agricultores (NEVES, 2008). Geralmente, desvalorizando o *savoir-faire* dos últimos na tentativa de lhes impor o seu *know-how*²¹ profissional (LANDINI, 2015).

¹⁸ Informações obtidas na oficina do AFInS em Concórdia do Pará, em junho de 2016.

¹⁹ “[...] os usos da terra e do trabalho não são organizados pelas demandas familiares dentro da equação trabalho versus necessidade. Desde que associadas à dendeicultura, o tempo, a terra e o trabalho familiares são ritmadas pelas empresas; a terra, por meio de contratos entre partes juridicamente iguais e em comum acordo, transformou-se em território usado para monocultura” (NAHUM; SANTOS, 2015, p. 321).

²⁰ Para Thomaz Júnior (2007), a soberania alimentar constitui-se na defesa dos direitos de povos e países definirem suas próprias políticas e estratégias de produção alimentar voltadas ao abastecimento de suas populações.

²¹ Ainda que ao pé da letra as expressões possam ser traduzidas como iguais, Porto-Gonçalves (2015, p. 87) demonstra como elas se diferenciam. Assim, “[...] a expressão inglesa está mais associada a um saber fazer que

Ao mesmo tempo, os beneficiários da política não podem ser tomados como a metáfora da esponja na água (NEVES, 2006; 2008), pois longe de absorverem passivamente as regras a eles direcionadas, comumente criticam-nas, recusam-nas ou as (res)significam, possibilitando projetos próprios. Isto é, adquirem autonomia das suas ações, ainda que relativa, pela própria relativização do enquadramento à política (LEAL, 2014).

Nesse sentido, Leal (2014) questiona o caráter padronizador das políticas públicas e o aspecto transformador a elas atribuído. Analisando os desvios das regras pré-estabelecidas pelos programas governamentais, compreende que

[...] as irrealizações, tão criticadas por certos analistas e agentes públicos, constituem-se aspecto fundamental, sobretudo, para que os beneficiários encontrem espaço para impor seus projetos. Dessa forma, no campo da análise de políticas e programas públicos, aquilo que pode ser reconhecido como fracasso aos olhos do avaliador ou do administrador da política pública, pode ser a saída à realização do projeto daquele que se constituiu na condição de beneficiário, possibilitando, inclusive, rearranjos até então impensados (LEAL, 2014, p. 214).

As reflexões de Leal (2014) e Neves (2006; 2008) nos permitem afirmar que a valorização do consenso e da adesão às políticas públicas não podem ser os únicos aspectos a serem identificados. As margens de indeterminação e recusas demonstram a importância para se entender e mesmo mediar de maneira mais efetiva processos que devem subsidiar os agricultores à valorização da própria imagem e à reconversão social, isto é, a uma posição que lhes permita lutar por direitos historicamente negados.

Tal perspectiva aproxima-se do nosso propósito ao analisar a inclusão social para além dos critérios oficiais definidos pelo PNPB, dialogando com outros autores e com os próprios agricultores integrados às agroindústrias. Portanto, não se trata somente de ressaltar o “sucesso” ou “fracasso” da política, avaliando o que foi ou não foi realizado. Trata-se, ao contrário, de reconhecer que esses sujeitos refletem e agem, e que suas relações se dão em constantes conflitos por estratégias de contraposição ou adesão às propostas formuladas pelas instituições. Uma vez que a proposta de integração à cadeia produtiva do dendê baseia-se na inclusão social dos agricultores, analisaremos agora a origem deste conceito.

2.4 A HERANÇA CONCEITUAL DA EXCLUSÃO

As sociedades ocidentais têm enfrentado processos de reestruturação econômica e o surgimento de novos problemas sociais desde os anos 70. Nos Estados de bem-estar, políticas contra a vulnerabilidade de famílias não conseguiram acompanhar a heterogeneidade de rei-

se mostra produtivo, repetitivo, e a expressão francesa nos remete a um saber fazer criativo, tal como os gregos distinguiam entre *tekné* – fazer repetitivo – e *poesis* – fazer criativo”.

vindicações simultâneas ao avanço do neoliberalismo. Um número crescente de pessoas, sobretudo identificadas como grupos minoritários, tornou-se dependente de programas sociais, ou pior, alheios da proteção estatal (LEAL, 2009; SILVER, 1994).

A passagem da ideia de “pobreza” para a de “desigualdade social” ocasionou uma instabilidade na imaginação moral da sociedade. Em alguns países, esses novos problemas sociais foram atribuídos ao crescimento de uma *underclass*; em outros, a uma “nova pobreza”; e na França, como reflexo da “exclusão social” (SILVER, 1994). Este último termo é rapidamente difundido, como na luta direcionada pelo Conselho de Ministros das Questões Sociais da Comunidade Europeia.

O preâmbulo da Carta da Comunidade Europeia dos Direitos Sociais Fundamentais também declarou: ‘é importante combater toda forma de exclusão social e discriminação, incluindo discriminação nos domínios da raça, cor e religião’. Hoje, Alemanha, Dinamarca, Portugal, Itália, e especialmente Bélgica têm introduzido novas instituições para discutir ou agir sobre a exclusão social (SILVER, 1994, p. 1).²²

Com alterações conceituais acerca de velhos e novos problemas, Silver (1994) questiona o que precisamente significa exclusão social, objetivando compreender sua evolução conceitual em diferentes contextos nacionais. Desse modo, distingue em três os paradigmas teóricos nos quais a noção é alimentada: o da solidariedade, da especialização e o do monopólio, classificando-a como um neologismo evocativo, ambíguo e multidimensional, que pode ser definido de múltiplas maneiras.

No liberalismo, dominante nos Estados Unidos, a exclusão é uma consequência da especialização. A ordem social é concebida como uma troca voluntária entre indivíduos livres com seus próprios interesses e motivações. Por isso, esse modelo societário não é tido como hierárquico em termos de recursos ou valores desde que o indivíduo tenha direitos para “mover-se” socialmente e possa prosperar. Caso contrário, a exclusão constitui-se como “discriminação”, ao negar o direito igualitário à participação nas trocas e interações sociais. A exclusão implicaria, portanto, processos de isolamento, desfiliação individual e desqualificação (SILVER, 1994).

O paradigma denominado por Silver como “monopólio” concebe a exclusão como uma consequência da formação de grupos monopolísticos. Com base nos pensamentos de Weber e Marx, a ordem social é concebida como coercitiva e imposta por meio de relações de poder hierárquicas. O processo de imobilidade social é constantemente realizado quando instituições ou distinções culturais criam barreiras para manter os grupos hegemônicos no poder, usufruindo dos recursos para manter seus privilégios e perpetuar a desigualdade.

²² Ressaltamos que traduzimos todas as citações diretas de textos de língua estrangeira para o português.

No pensamento republicano francês, a exclusão é predominantemente percebida como a ruptura da relação entre o indivíduo e a sociedade, ou seja, a “solidariedade social”. Ela baseia-se no consenso nacional, na consciência coletiva ou nos laços dos indivíduos com o meio societário maior, mediados verticalmente pelas instituições. Já o inverso da exclusão é a “integração” e os processos para alcançá-la: “inserção” e “inclusão”, pois o objetivo principal reside na assimilação à cultura dominante. No entanto, tendências “pós-modernistas” têm incorporado à teoria aspectos do pluralismo cultural, criticando a exclusão inerente na solidariedade nacional, como o racismo étnico (SILVER, 1994).

Com o tempo, as políticas de Estado alteraram o tema da exclusão para o da “inclusão”, termo discursivamente positivo, relacionado à busca por mudanças sociais afirmativas. Ainda assim, o modo como a inclusão foi e é interpretada continuou dependente do contexto e dos paradigmas ideológicos institucionalizados nas sociedades que almejam efetivá-la, mesmo porque os problemas resultantes dos processos de exclusão são mais ou menos latentes de acordo com as especificidades históricas, culturais e econômicas de cada nação ou região (SILVER, 2015).

Nesse contexto, Garcia (2004) demonstra como geralmente é o diagnóstico da exclusão que gera propostas de políticas de inclusão social, que são relacionadas tanto a motivações progressistas quanto conservadoras, motivo pelo qual se torna difícil identificar uma interpretação única sobre a temática. Ainda assim, um relatório conjunto sobre inclusão social foi apresentado ao Conselho Europeu em 2004, visando promover estratégias políticas para os Estados membros da União Europeia. Nele, o conselho responsável definiu inclusão social como:

[...] um processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social acedem às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas econômica, social e cultural e beneficiarem de um nível de vida e bem-estar considerado normal na sociedade em que vivem. Assegura-lhes, pois, uma participação acrescida no processo decisório que afeta as suas vidas e o acesso aos seus direitos fundamentais (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2003, p. 9).

No Brasil, o termo “inclusão social” difundiu-se especialmente em meados da década de 1980, por meio de grupos políticos de esquerda que o empregaram com caráter contestatório. Como em outros países, as políticas estatais também passaram a utilizar a expressão posteriormente. Hoje seu uso é diverso, sendo aplicado para referir-se à inclusão de cidadãos desempregados no mercado de trabalho, de negros, de pessoas deficientes; inclusão no acesso ao transporte público; inclusão escolar etc. (PLAISANCE, 2010).

As políticas de inclusão social originaram-se, assim, no contexto de combate à pobreza e à exclusão social, objetivando transformar a condição dos sujeitos que se encontram marginalizados ou impossibilitados de exercerem sua cidadania. Apesar da formulação de documentos comuns, como o supracitado, o que é tido como necessário a se “incluir” varia segundo cada nação, e dentro delas, de acordo com as ideologias predominantes ou alternativas. Por isso, as concepções sobre inclusão são múltiplas e devem ser analisadas junto à sociedade que almeja efetivá-la.

2.5 INCLUSÃO SOCIAL: UM CONCEITO, MÚLTIPLAS INTERPRETAÇÕES

Na literatura científica, as concepções de inclusão social são comumente implícitas, não problematizadas e subjugadas ao debate predominante sobre exclusão. Essa foi uma das conclusões de Rawal (2008) ao revisar os dois conceitos, que também se fazem presentes no debate político-ideológico de Estados-nações, com fortes implicações práticas nas suas escolhas e, com efeito, às suas populações.

Cameron (2006), por exemplo, critica os mapeamentos de pobreza e inclusão social realizados na Europa. Primeiro, sem um entendimento adequado sobre o que significa inclusão, a atenção das análises sempre enfatizarão os problemas daqueles que são tomados como “excluídos”. Aliás, essas concepções legitimam a ideia de que os sujeitos são os responsáveis por sua condição, como portadores de uma “patologia” social. A própria “geografia da inclusão social” tem contribuído para isso, com a reprodução e espacialização acrítica das ideias de inclusão/exclusão oriundas do debate político. Para o autor, mapear lugares e regiões como incluídas ou excluídas é simplista se concebe a exclusão como característica das pessoas ou dos locais que habitam sem considerar a história e a geografia destes – que estão inseridos em uma complexidade econômica, cultural e política. Além disso, as pessoas denominadas “excluídas” geralmente não se reconhecem enquanto tal, e o termo a elas direcionado e às suas localidades parte daqueles que se qualificam enquanto incluídos.

Boneti (2006) analisou justamente como os grupos sociais empregam parâmetros para avaliar a condição de pobreza, e os confrontou com os indicadores oficiais usualmente utilizados. Estes últimos pressupõem resultados: índice de mortalidade, analfabetismo, rendimento familiar, capacidade de consumo, esperança de vida, etc. Entretanto, os parâmetros citados pelas pessoas entrevistadas em situação de pobreza, de modo a assinalar sua condição, foi o do acesso: aos serviços de transporte coletivo, educação, lazer, saúde, segurança e postos de trabalho. Assim, o que determinaria a condição social para esta parcela da população seria o acesso e não os resultados.

Além disso, o autor considera a inclusão mais como discurso do que propriamente um conceito, e identifica fatores desfavoráveis para sua operacionalização. Primeiro, pela sua herança teórico-metodológica conectada à exclusão, presente na dicotomia “dentro ou fora”²³, que costuma nortear a avaliação sobre as noções. O estudo de Xu (2018) é representativo dessa forma de análise. Segundo, pela associação da inclusão à cidadania, referindo-se a condição de usufruir de direitos a partir da inserção no “contrato social”. Ambas as situações ligam o significado da palavra à existência de um único projeto de sociedade, o de classe dominante; crítica que se assemelha à ideia da inclusão como via de mão única, questionada por Cameron (2006). Outro problema é a avaliação “atomística” da inclusão, desvinculando os indivíduos de suas condições de classe (BONETI, 2006).

“Como” a inclusão social é concebida têm, portanto, consequências diretas a quem ela direciona-se. Daí a necessidade do exame crítico desse conceito, para que não contribua na legitimação de Estados de exceção ou de interesses que destoam dos da população (CAMERON, 2006). Em síntese,

[...] o que impede que os termos se tornem meramente banais e/ou redundantes é a sua contingência histórica e geográfica. Quando e onde esses conceitos são aplicados, implícita ou explicitamente, importa. É importante porque seu poderoso papel de definição de limites tem um efeito determinante nas sociedades em que elas são mobilizadas. Todas as sociedades, isto é, envolvem exclusões, mas especificamente rotular uma pessoa ou um lugar como excluídos (especialmente quando são manifestamente membros desta sociedade) é um ato de considerável violência social (Idem, p. 403).

Enquanto alguns autores concebem a inclusão social principalmente como discurso²⁴ (BONETI, 2006), outros a compreendem como instrumento necessário ao combate à pobreza e à exclusão social. Para Atikson e Marlier (2010, p. 3), “[...] uma sociedade inclusiva é aquela que se eleva acima das diferenças de raça, gênero, classe, geração e geografia para garantir a igualdade de oportunidades, independentemente da origem, e que subordina o poder militar e econômico à autoridade civil”.

Robert (2014), por sua vez, vê na inclusão um instrumento de combate à pobreza, à marginalização e à exclusão social na América Latina. Por isto, relaciona o conceito à igualdade de oportunidades, definindo-o como o empoderamento de grupos ou pessoas, pobres e marginalizados, à participação na sociedade, aproveitando a inclusão como um processo capaz de se chegar à igualdade e superar disparidades em educação, saúde, emprego etc.

²³ A expressão refere-se à limitação teórica de conceber a inclusão e a exclusão como condições totais, nas quais os sujeitos são concebidos unicamente como incluídos ou excluídos, sem a necessária apreensão dos processos motivadores que os direcionam, ou imobilizam, a tais condições sociais (BONETI, 2006).

²⁴ “[...] Este discurso, tal como é constituído a partir dos ingredientes que o compõem, pode interferir no caráter das ações práticas de inclusão propostas nos dias de hoje pelas instituições públicas” (BONETI, 2006, p. 188).

Para Cameron (2006, p. 401), devemos questionar justamente o modo como a inclusão social é comumente concebida, ou seja, apenas como uma “não exclusão”. O autor convida-nos então a problematizá-la, já que “[...] uma das consequências do desenvolvimento de definições amplamente negativas para a inclusão é que cabe aos excluídos transformar-se na imagem da sociedade que aspiram ou são obrigados a juntar-se”. Como alerta Martins (1997), a exclusão/inclusão não se explica somente pelo fenômeno em si, mas na interpretação que dela faz o sujeito “excluído”.

Leal (2010, p. 140) reconhece a influência da literatura estrangeira na construção do conceito de exclusão no Brasil (e por consequência, no de inclusão). Para fins analíticos, divide em três as abordagens predominantes sobre a temática, analisada como: “a) [...] a ruptura dos laços sociais que integram os indivíduos à sociedade; b) [o] alijamento dos direitos que compõem a condição de cidadã(o); c) [e as] privações vividas como parte de um processo inerentes à sociedade em questão”.

O que há em comum nas três perspectivas é o reconhecimento de “impedimentos a níveis aceitáveis de participação na sociedade (no caso, capitalista)” devido à ausência de trabalho estável, acesso precário a bens simbólicos e materiais, a serviços etc. (LEAL, 2010, p. 139). Entretanto, não há uma visão única sobre o que é admissível ou normal mesmo no interior de uma sociedade particular. Assim, os critérios sobre o que é “aceitável” variam conforme o ponto de vista do pesquisador que aborda a temática.

Para a autora, todas as abordagens tratam de problemas novos em sua “roupagem”, porém não em suas raízes e conteúdo:

[...] em todas as perspectivas, não é a novidade, mas a permanência de uma estrutura historicamente construída que se revela: seja porque, no Brasil, não se pode falar em rupturas com uma sociedade salarial que nunca foi tão forte (visto que a informalidade e o desemprego são problemas velhos, já muito discutidos inclusive pelas teorias da marginalidade); seja porque a cidadania tem se apresentado como um processo de construção lenta e difícil, e ainda incompleto; ou porque os “incluídos na margem” sempre existiram (LEAL, 2010, p. 153).

Leal indica a necessidade de levar em conta os processos que desencadeiam a exclusão, e não apenas tomá-la como uma condição. Crítica semelhante é realizada por Castel (2013), pois uma das armadilhas do combate à exclusão é a ação ao sintoma e não à causa do problema. Apesar de mapearem as vulnerabilidades subjetivas de sujeitos particulares diante à ruptura de laços sociais²⁵, a focalização da exclusão individual não permite esclarecer as ori-

²⁵ “Ainda que o conceito de integração admita a existência de conflitualidade, é na solidariedade e no pertencimento que ele se centra. Nessa perspectiva, a contradição é deixada de lado, junto com conceitos como luta de classes e exploração” (LEAL, 2009, p. 269).

gens dos problemas e as condições de classe de tais indivíduos (LEAL, 2009; 2010). Há com isso a ideia errônea de que os “excluídos” seriam “não-forças” sociais e políticas (MARTINS, 1997).

Para Leal (2009), também é necessário relativizar o assalariamento como fator primordial para a manutenção de laços sociais (CASTEL, 2013; PAUGAM, 2013), pois é questionável a necessidade do trabalho, acima do consumo, para se alcançar a integração social. Assim,

[...] no caso das donas-de-casa, por exemplo, não há trabalho assalariado e nem por isso elas estão menos integradas. Como Gaulejac (1994) percebeu por meio de entrevistas qualitativas, o pertencimento de classe dessas mulheres identifica-se com o do marido. Da mesma forma, não se poderia afirmar que uma pessoa que viva de rendas tenha, em função disso, déficits de integração social. Esses casos ajudam a levantar a hipótese de que o consumo possa ser mais decisivo que o trabalho remunerado para evitar a exclusão (LEAL, 2009, p. 266).

Na pesquisa de Boneti (2006), os entrevistados citaram a ocupação como parâmetro para se “estar” ou não na condição de pobreza, ainda que ela não oferecesse os rendimentos suficientes para se viver. Para essas pessoas, “ser pobre” conecta-se à ideia de inutilidade social, e a ocupação, portanto, é um fator de dignidade e integridade²⁶. Além disso, a ideia sobre trabalho diverge da concepção hegemônica. “Se nesta o trabalho carrega o significado de mecanismos de produção de rendas, para a população pobre ele pode ser isto, mas antes de tudo é um elemento de inserção social e, portanto, de acesso” (BONETI, 2006, p. 196). O autor percebeu ainda que a solidariedade e a coabitação, ausentes dos indicadores oficiais, servem igualmente como estratégias de luta contra a pobreza.

Os agricultores também formulam percepções sobre situações de privação e as contrapõem aos padrões de consumo por eles concebidos como aceitáveis. Segundo Garcia Júnior (1983), que estudou o Nordeste brasileiro, as representações mais comuns associavam-se aos padrões de habitar, vestir e comer. Nesses casos, expressões comumente utilizadas para definir privações extremas eram: o “pé da ponte”, o “andar nu” ou “todo rasgado”, e o “passar fome”. O padrão de alimentação era medido semanalmente e, diante dificuldades para mantê-lo, compreendia-se como uma privação passageira. O “pé da ponte”, por outro lado, referia-se a uma privação duradora e mais grave, por não se possuir uma casa para viver. Já a renovação

²⁶ Assim, “[...] normalmente os entrevistados que se assumiram como pobres, com sentimento de pobre, se se comparar com os parâmetros da Cepal, estariam inseridos na condição de indigentes, como é o caso dos pedintes e das pessoas que habitam a rua. [...] A falta de trabalho adquire um peso determinante, acima do da falta de condições de sobrevivência física, para se definir como pobre” (BONETI, 2006, p. 196). Outro fator para designar a condição de pobreza foi o abandono pela família e pelo Estado.

das vestimentas normalmente possuía um prazo anual, configurando-se como uma situação intermediária.

Todas essas obrigações são consideradas essenciais, uma vez que juntas regem o padrão de consumo socialmente necessário das unidades domésticas. No entanto, há uma lógica específica que ordena temporalmente o suprimento de cada uma. Em síntese, os agricultores priorizam o provisionamento dos produtos com menor prazo de renovação, relativos ao comer, pois além de ser demandado semanalmente, é condição para o suprimento e melhoria dos produtos de maior prazo, como as vestimentas e a casa. Há, assim, “[...] unidades de tempo diferentes na avaliação da privação, segundo o produto em questão e/ou a necessidade que permite satisfazer” (GARCIA JÚNIOR, 1983, p. 138).

Como o consumo, questões referentes a trabalho e emprego requerem relativizações cuidadosas junto aos agricultores. Os estudos rurais têm demonstrado que as finalidades das ocupações desses sujeitos transcendem as características do assalariamento urbano, devido ao caráter pluriativo ou acessório que têm com as atividades agrícolas (SCHNEIDER, 2001; TAVARES DOS SANTOS, 1984). Ademais, ainda que não possuam qualquer tipo de ocupação além das realizadas em suas propriedades, esses sujeitos não devem ser considerados excluídos somente por estarem fora do “mercado de trabalho”, uma vez que mantêm outras relações com a sociedade envolvente.

É importante considerar também que “terra, trabalho e família” são fatores nucleantes que se inter-relacionam no modo de vida dos agricultores (WOORTMANN, 1990). Se a perda de laços familiares e comunitários é identificada como uma das principais responsáveis pelo isolamento social no espaço urbano (BONETI, 2006; LEAL, 2009; PAUGAM, 2013), devemos estar atentos, portanto, à ruptura e continuidade de relações coletivas no espaço rural. De modo geral, segundo Sposati (1988), é importante atentar para as especificidades de cada sociedade ao trabalharmos com os conceitos de inclusão e exclusão social:

Há um caráter diferencial na concepção de exclusão social quando territorializada ao terceiro mundo ou a um segmento social como a pobreza, usando aqui uma concepção interpretativa àqueles mais desiguais. Esta forma de entender supõe incorporar uma dimensão cultural, portanto relativa ao conceito de exclusão social. Ela não é unívoca a qualquer cultura ou realidade. Há um sentido genérico que eu refiro à ética da dignidade humana. Todavia, o padrão, o estatuto, a extensão dessa dignidade é uma construção social e histórica como também o é a concepção de cidadania. (SPOSATI, 1998, p. 3).

Para Sposati (1998, p. 5), portanto, a forma de combater a exclusão social deve considerar a sociedade em que a inclusão está sendo almejada, uma vez que a própria ideia de cidadania é uma construção histórico-social. Diferente do contexto europeu, no Brasil a exclu-

são não pode ser considerada como a perda de uma conquista, pois não houve um patamar anterior de “universalidade” da cidadania. Geralmente, o uso de serviços públicos é concebido em nosso país como condição de pobreza ou incapacidade de acesso a serviços privados (à exceção do âmbito universitário, espaço de maior prestígio quanto ao ensino superior). Conforme a autora, “A cultura patrimonial não incorpora padrões básicos e universais de cidadania. A inclusão dos que menos tem é circunstancial, casuística, meritocrática e seletiva. Este tipo de sociedade não incorpora uma cobertura universal dos riscos sociais [...]”, mas dos riscos individuais.

Para Martins (1997), a exclusão social propriamente dita não existe. O que há são vítimas de processos sociais, econômicos e políticos excludentes. As políticas neoliberais no Brasil e em outros países partem de uma intenção de “inclusão precária”, “instável” e “marginal” desses sujeitos, cuja inserção na produção e circulação de bens e serviços acontece de acordo com o que é necessário e eficiente à reprodução do capital. No modo de produção capitalista, desenraiza-se, exclui-se, para então se incluir de acordo com as regras e lógicas da sociedade vigente. O problema está justamente nessa forma de (re)inclusão, que acontece no plano econômico, mas não no social. No espaço rural amazônico, a escravidão por dívida, ou peonagem, é um exemplo extremo desses processos, pois ainda que constitua uma forma de acumulação primitiva, insere-se na reprodução ampliada do capital (MARTINS, 2009).

Plaisance, por sua vez, diferencia a integração da inclusão. Enquanto o primeiro conceito se limitaria à assimilação dos sujeitos à ordem vigente, o segundo visaria a luta pela valorização da diferença. Assim, se a integração não pressupõe uma mudança radical da escola, tendo a criança que se adaptar à estrutura vigente, a educação inclusiva, por exemplo, propõe a criação de condições aceitáveis no ambiente escolar para as que os alunos sejam acolhidos²⁷. Para o autor, “[...] seria heurístico renunciar a uma visão de tudo ou nada, conceber a inclusão não como um estado, mas como um processo susceptível de variações, não como um dado, mas como um trabalho de filiação envolvendo um conjunto de atores mais ou menos coesos” (PLAISANCE, 2010, p. 36).

Em outro contexto, Habermas (2002) destaca a influência do nacionalismo na Europa, questionando as ações de sociedades “democráticas” que buscam assimilar e igualar seus cidadãos sem reconhecer suas especificidades. Isto é, apesar de admitirem a diversidade de seus povos, formulam políticas baseadas em um universalismo que desconsidera as suas diferenças

²⁷ “Em uma perspectiva inclusiva, consideramos que é prioritariamente a escola que deve adaptar-se para levar em conta a diversidade dos alunos, ou seja, envolver-se em uma evolução de práticas de acolhimento e ensino para permitir que todos os alunos aprendam” (PLAISANCE et al., 2007, p. 161).

e as de seus indivíduos. Diante disso, as “minorias inatas” continuam com seus problemas mascarados porque são subjugadas por uma cultura dominante que é detentora do poder político e impõe-lhes a sua forma de vida, impossibilitando uma verdadeira igualdade de direitos.

A proposta do autor é a “inclusão do outro”. Ela aproxima-se da de Plaisance (2010), pois almeja a eliminação das discriminações e a inclusão dos marginalizados, constituindo-se não como um universalismo que objetiva a “inserção ampliada” de tudo e de todos, mas que seja sensível às diferenças. Desse modo, não significa “[...] confinamento dentro do próprio e fechamento diante do alheio. Antes, a ‘inclusão do outro’ significa que as fronteiras da comunidade estão abertas a todos – também e justamente àqueles que são estranhos um ao outro – e querem continuar sendo estranhos” (HABERMAS, 2002, p. 8). Em parte, a análise do autor assemelha-se a de Martins (1997) ao reconhecer que a inclusão existente não contempla as necessidades dos “excluídos”. No entanto, seu foco não é a divergência de classes, mas o respeito à alteridade.

Por fim, Sposati (2006) parte do princípio de que o conceito de inclusão social tem um caráter claramente político, de denúncia. A relação entre ele e a exclusão identificaria a iniquidade contida na desigualdade. Assim,

Confrontar a exclusão na sua relação com a inclusão é colocar a análise no patamar ético-político, como questão de justiça social, possibilitando a descoberta de novas identidades e dinâmicas sociais. Ninguém é plenamente excluído ou permanentemente incluído. Não se trata de uma condição de permanência, mas da identificação da potência do movimento de indignação e inconformismo. A exclusão social é a apartação de uma inclusão pela presença da discriminação e do estigma. Em consequência, seu exame envolve o significado que tem para o sujeito, ou para os sujeitos, que a vivenciam (SPOSATI, 2006, p. 5).

Em acordo com a perspectiva supracitada, nossa análise irá considerar o significado político da inclusão, em diálogo com os atores pesquisados, pois, segundo demonstramos, a forma de entendimento da exclusão/inclusão varia conforme o contexto empírico estudado e segundo a opção teórica do autor (SILVER, 1994; 2015; SPOSATI, 1998; 2006). Para isso, caracterizaremos agora o espaço social aqui investigado, para então, junto à revisão teórica, definirmos nossa concepção de inclusão social, que se apoiou na construção participativa dos indicadores que guiarão a análise sobre o conceito.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 ÁREA DE ESTUDO

Foi nas terras próximas de Belém, no estuário do rio Amazonas, que teve início a colonização portuguesa no Pará no início do século XVII. Os maiores incentivos da política de povoamento e, depois, de fomento agrícola do Estado, basearam-se nas concessões de sesmarias e no recrutamento de mão de obra escrava, cuja origem na área de influência da capital aconteceu devido à sua centralidade comercial e política. A formação do Nordeste paraense se iniciou justamente nesse contexto, com as expedições de portugueses ao longo dos rios Capim, Acará e Guamá, formando as vilas que em seguida constituíram municípios como o de Ourém, fundado enquanto povoado em 1727 (ACEVEDO MARIN, 2000; CASTRO, 2004).

O segundo grande ciclo de ocupação da mesorregião ocorreu com a colonização agrícola da região Bragantina, cujo principal objetivo foi o abastecimento de Belém e dos seringais que dinamizavam a economia da borracha de então. Iniciada em 1875, a colonização alicerçou-se nas políticas da Província e do Estado do Pará, que destinaram recursos para a construção da Estrada de Ferro de Bragança²⁸ (1883-1965), o que incentivou a migração de milhares de nordestinos, estimulados “[...] muitas vezes pelas informações de parentes, que asseguravam em seus testemunhos a abundância de chuvas, a facilidade de acesso à terra e de transporte” (CONCEIÇÃO, 2002, p. 141). Também se estabeleceram nesse espaço nordestinos regressos dos seringais, que entravam em decadência nos anos de 1910 a 1920.

Sucede-se daí o terceiro e último grande ciclo de ocupação da Nordeste paraense, estimulado pela construção das grandes rodovias, a partir da década de 1960, que cortaram e interligaram a mesorregião – e a Amazônia – ao restante do país, como a BR-010 (Belém-Brasília), a BR-316 (Pará-Maranhão) e a BR-222 (Pará-Ceará). No âmbito das políticas de integração da Amazônia, a construção dessas obras consolidou o aumento do fluxo migratório à região²⁹, e ao longo dessas rodovias acabaram formando-se vilas que, depois, transformaram-se em alguns dos atuais municípios do Nordeste paraense (LOUREIRO, 2001).

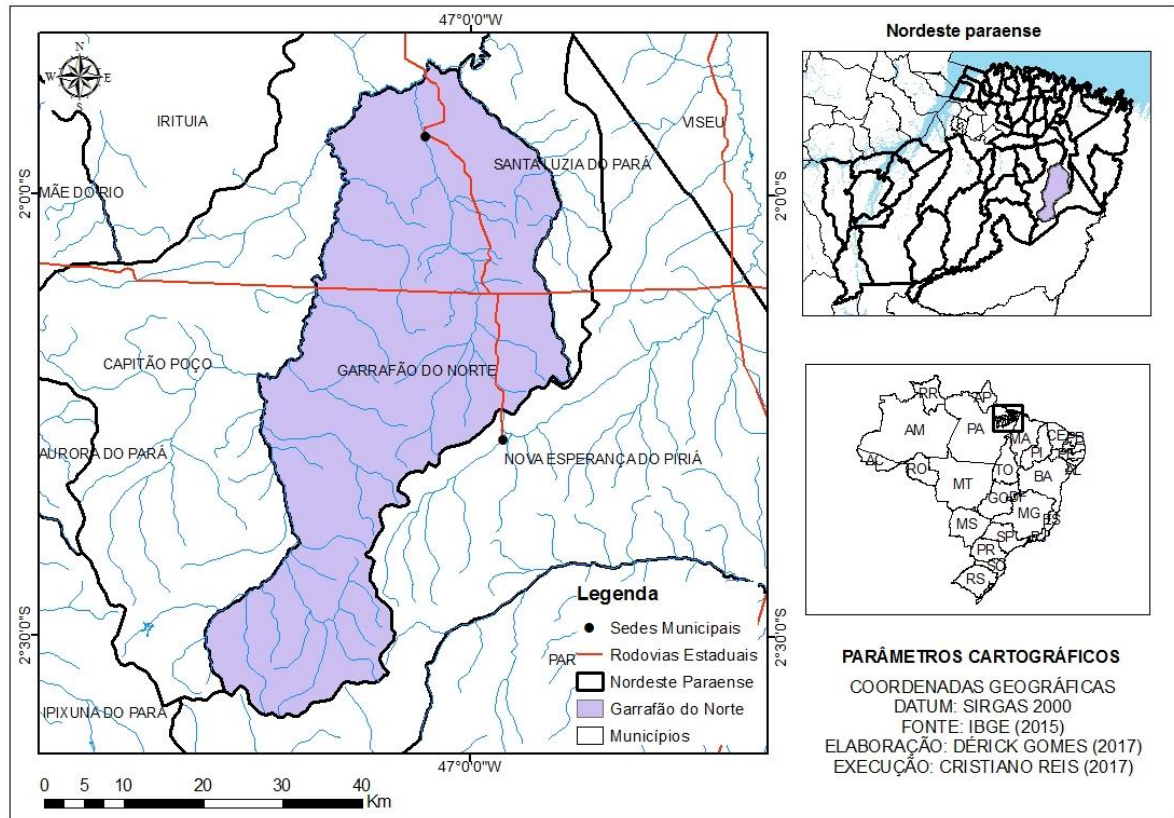
Garrafão do Norte (PA), *locus* empírico de nossa pesquisa, surge exatamente nesse contexto, na microrregião do Guamá. Em 1988, o outrora povoado de Garrafão foi emancipado de Ourém e reconhecido como Município do Estado do Pará, pela Lei estadual nº 5.445, de 10 de maio (IBGE, 2017a). Conta-se que em sua origem, em meados de 1855, caçadores e mateiros visitaram uma localidade no alto do Gipuúba e lá quebraram um garrafão à margem

²⁸ A estrada ligava Belém até à cidade de Bragança, com uma extensão de 222 Km.

²⁹ “[...] a Br-222 facilitou a penetração de nordestinos na região, vindos à Amazônia através do Maranhão e encontrando-se com seus conterrâneos, que, da Bragantina, procuram terras mais novas do leste paraense, onde se instala, presentemente [1967], uma nova frente pioneira [...]” (PENTEADO, 1967, p. 32).

direita deste rio, daí resultando a denominação do município que permanece até hoje (EUFRÁSIO; FIGUEREDO, 1997).

Figura 1: Localização do município de Garrafão do Norte (PA).



Fonte: IBGE.

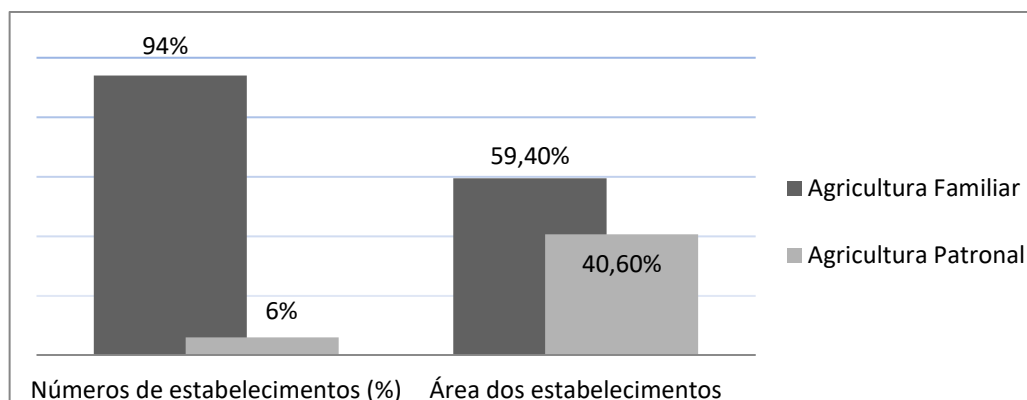
A história de Garrafão do Norte se confunde, por isso, com o processo de ocupação recente do estado do Pará, com o crescimento das migrações para a região e a abertura de estradas fomentada pelas ações estatais destinadas à Amazônia. Assim, a maioria dos cidadãos locais é nordestina. Eles migraram para a região no contexto de abertura de estradas, em busca de empregos, terras e melhoria de vida (EUFRÁSIO; FIGUEREDO, 1997), fugindo da seca e das cercas dos latifúndios do Nordeste brasileiro (LOUREIRO, 2001). Há também aqueles povoados mais antigos que se auto-identificam quilombolas, como Castanhalzinho e Cutuvelo que, desde 2015, possuem os títulos definitivos de suas terras emitidos pelo Iterpa.

A população estimada do município é de 25.363 habitantes, com uma concentração de 64% no espaço rural (IBGE, 2017a; IBGE, 2017b). Segundo informado pela Secretária de Agricultura do município, cerca de 85% dos cidadãos garrafaenses estão ocupados no setor agrícola. O trabalho nas propriedades agrícolas e nas roças são as principais atividades realizadas pelos agricultores. É de destaque a produção da mandioca, pois, com 2.100 ha, totalizou 30.000 toneladas (t) e um rendimento de R\$ 14.400.000,00 no ano de 2016; e da pimenta-do-

reino, que obteve rendimento de R\$ 27.950.000,00, com 1.300 t produzidas em 650 ha³⁰ (IBGE, 2017a). Em menor proporção, cultiva-se arroz, feijão, malva e milho, além das lavouras permanentes da laranja e do açaí.

Como em outras sub-regiões da Amazônia, a concentração fundiária também é uma realidade em Garrafão do Norte. As áreas de agricultura familiar³¹ do município, ainda que somem 1.570 estabelecimentos agropecuários (94% do total), detêm somente 49.188 ha, ou 59,40% da área total. Os estabelecimentos de agricultura patronal, por sua vez, totalizam apenas 102 estabelecimentos (6%), mas concentram 33.626 ha, ou 40,60% da área (Gráfico 1).

Gráfico 1: Percentual do número e da área dos estabelecimentos agropecuários de Garrafão do Norte.



Fonte: Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2018).

Os empregos com carteira assinada em Garrafão do Norte concentram-se principalmente nos órgãos públicos como a prefeitura e, em menor proporção, na empresa de dendê Marborges. Já o comércio é um dos principais geradores de trabalho informal, a partir das ocupações em restaurantes, bares e mercadinhos. Assim, somente 1.237 pessoas, ou 4,9% da população do município, estavam formalmente ocupadas em 2015, cujo salário médio mensal era de 1,8 salários mínimos (IBGE, 2017a).

Atualmente, os contratos de integração às agroindústrias de dendê se expandem para o Nordeste paraense, bem como as próprias empresas que, com a formação dos dendezaís e a oferta de empregos, reordenam a dinâmica territorial da mesorregião como um todo (MACE-DO; SOUSA, 2015; NAHUM; SANTOS, 2015). Estimulado pelas políticas públicas em parceria com o setor privado, até 2014, a área de dendê plantada totalizava 208.534 hectares na

³⁰ O município encontra-se, respectivamente, na 30ª e 9ª posição no ranking dos maiores produtores de mandioca e pimenta-do-reino do estado do Pará (IBGE, 2017a).

³¹ De acordo com a Lei nº. 11.326/2006, as áreas de Agricultura Familiar são aquelas de até quatro módulos fiscais, o que equivale a 220 hectares em Garrafão do Norte. Outros critérios para que o agricultor seja considerado “familiar” é a predominância no uso de mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento, bem como que um percentual mínimo da renda familiar seja resultado de atividades econômicas realizadas em seu estabelecimento.

mesorregião. No mesmo ano, 30.461 ha resultavam da integração de 1.124 agricultores familiares às agroindústrias (ABRAPALMA, 2014).

Em Garrafão, já são aproximadamente 2.290 hectares de dendê plantados pela Marborges Agroindústria S/A. Do total, 890 ha advém da integração de 89 agricultores familiares que estão contratualmente integrados a ela. Em 2016, com uma colheita de 905 hectares, a produção de dendê no município foi de 12.000 toneladas, totalizando R\$ 3.000.000 (IGBE, 2017a). Ressalta-se que a Marborges é a única empresa que produz dendê em Garrafão, cujas experiências em conjunto com os agricultores locais se iniciaram em 2011.

Uma vez que os estudos sobre a produção de dendê têm se concentrado em áreas já consolidadas do cultivo, optamos por estudar Garrafão do Norte, localizado em uma região de expansão mais recente dos dendezaís. Os elementos observados em campo puderam, assim, oferecer elementos para a compreensão de um espaço ainda não pesquisado, bem como para identificar similitudes e diferenças em comparação a outros municípios.

Possuímos, então, um *lócus* empírico particular, que detém como sistema de integração a cadeia produtiva do dendê. E analisamos a inclusão social, um tema comumente abordado por meio de generalizações. O intuito desta pesquisa é compreendê-lo em diálogo com outros estudos, mas buscando sua concretude na escala local, pois segundo Bourdieu (1996, p. 15), “[...] não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como ‘caso particular do possível’”. O próximo tópico refere-se a este esforço.

3.2 A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE INCLUSÃO SOCIAL

Nossa proposta de estudo está inserida no projeto AFInS, que teve como um dos objetivos iniciais a construção participativa de indicadores para estudar a inclusão social no Nordeste paraense. Para isso, foram realizadas primeiramente oito oficinas nos municípios de Acará, São Domingos do Capim, Tomé-Açu, Irituia, Garrafão do Norte, Concórdia do Pará, Moju e Tailândia (ver Apêndice I). A pesquisa contou com a participação de pesquisadores, professores e alunos da UFPA e da Embrapa.

Com a parceria dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais desses locais, pudemos conversar com os agricultores integrados às agroindústrias de dendê, representados por sujeitos de diferentes localidades do município em que cada oficina foi realizada. Apresentamos a eles alguns resultados obtidos com as dissertações anteriormente defendidas e subsidiadas pelo projeto AFInS, e ouvimos suas opiniões, receios e perspectivas com o plantio do dendê.

Nessas oficinas, dividimos a temática em três grandes eixos para dialogar com os agricultores e ouvir suas opiniões acerca a) da relação dos mesmos com a empresa, b) do sistema de produção do dendê c) e das mudanças advindas para a comunidade com a oleaginosa. Os relatos dos atores foram emitidos individualmente, concordando ou discordando dos companheiros presentes. Dos dizeres, pudemos identificar “questões-chaves” que posteriormente subsidiaram a construção dos indicadores.

Tomemos como exemplo a oficina de Concórdia do Pará. Ao dialogar acerca da “relação com a empresa”, encontramos o tema chave do “transporte dos cachos de dendê”. Este surgiu depois de relatos e receios quanto ao não comprometimento das empresas no carregamento do começo ao fim do contrato, dúvida comum dos agricultores integrados, pois, caso não realizado, restaria a eles o pagamento do frete até elas, custo que incidiria na redução do lucro final, diminuindo a qualidade e o preço do seu produto devido ao atraso na condução até às agroindústrias.

Como contraponto, um dos agricultores relatou que esse receio deve-se ao pouco “conhecimento do contrato” de muitos integrados e que, ele próprio, no início, o assinou sem o devido entendimento. Ressaltou que as obrigações de transporte da empresa estão todas previstas no acordo e que saber identificá-los é também papel daqueles que o assinaram. Ao mesmo tempo, admitiu que não compreende todas as informações contidas nesse documento, pois é “de linguagem difícil”.

Após ouvir opiniões diversas dos agricultores de diferentes localidades do seu município, um dos integrados expôs no final da reunião que chegara ali acreditando que “existia inclusão social sim”, uma vez que a sua produção tem prosperado, com resultados e lucros efetivos. Porém, ao escutar os outros companheiros, percebeu que estava avaliando apenas a sua situação e que existiam outras realidades. Prometeu, assim, que a partir daquele momento iria pensar mais no âmbito da comunidade e do coletivo.

Além disso, pudemos verificar a geração de emprego como um elemento positivo nos relatos de agricultores. Em especial, referindo-se ao trabalho nos estabelecimentos familiares com dendê. De acordo com uma agricultora de Irituia, “ajudar a manter a mão de obra dentro da comunidade” é um dos feitos mais importantes de quem está integrado ao projeto, gerando trabalho de maneira indireta ao pagar diárias aos moradores das próprias localidades e impedindo a migração da força de trabalho para outros locais.

Destacam-se também as respostas dos agricultores sobre o que seria inclusão social para si próprios³². Definições comumente utilizadas foram: “direito para todos”; “reconhecimento”; “família e comunidade”; “bem-estar”; “acesso às políticas públicas”; “igualdade”; “direito à saúde, moradia, educação e segurança”; “apoio do governo aos menos favorecidos”.

Na oficina de Garrafão do Norte, um dos agricultores afirmou que “o dendê não é pra enriquecer, é pra melhorar [de vida]”. A possibilidade de acesso a um projeto com crédito e assistência técnica também foi citada como fator positivo, bem como a garantia na comercialização do fruto do dendê e o retorno dos filhos para trabalharem juntos aos pais.

No entanto, reclamou-se de desacordos junto à Marborges, como: ausência de balança no local de entrega do produto, não se permitindo que o agricultor veja o peso – e o valor – da sua produção; o pagamento do frete do fruto até à empresa pelos próprios integrados; e o atraso do adubo, ocasionando diminuição no rendimento da produção. Outra insatisfação foi o aumento no dispêndio de trabalho que o agricultor tem para manter o plantio de dendê e, por isso, a diminuição no cultivo de outras culturas. Nas palavras de um dos presentes na oficina: “Estamos tentando manter o dendê, um pouco de pimenta e uma rocinha... pra poder viver, mas o trabalho aumentou demais... se fosse hoje, eu nunca mais plantaria dendê”.

Elementos como os supramencionados foram sistematizados em relatórios pelas pessoas envolvidas no projeto e, por meio deles, construímos propostas de indicadores de inclusão social a partir de temas variados. Da oficina de Garrafão do Norte, pudemos sintetizar os indicadores da seguinte forma:

Quadro 1: Indicadores sistematizados a partir da oficina de Garrafão do Norte (continua).

Tema	Indicadores sugeridos
Relação com a empresa	Contrato: - Comunicação entre empresa e comunidade ajudando a esclarecer os pontos do contrato. - Respeito ao contrato em todas as suas cláusulas. Venda: - Preço ajustado à realidade do preço do dólar (conforme prometido). - Pontualidade na coleta do fruto. - Pesagem na área das famílias. Formação: - Cursos de capacitação sobre diferentes aspectos: segurança ambiental, agrotóxicos, adubação. - Capacitação e contratação de gente da comunidade para o trabalho nos lotes das famílias. Assistência técnica:

³² Quando perguntados o que lhes vinha à mente quando ouviam a expressão “inclusão social”.

	- Frequência. - Avaliar a competência. - Avaliar a capacidade e conhecimento técnico. - Variação na qualidade das mudas e do adubo. - Atendimento aos diferentes temas de interesse no lote. Transporte: - Pagamento do frete. - Variação no custo do transporte. - Pesagem na propriedade. - Maior participação das famílias na pesagem. Compromisso: - Respeito ao contrato. - Conversas claras entre empresa e comunidades.
Estabelecimento/técnica	Venda independente. Assistência Técnica deve atuar também nos outros plantios do lote. Atendimento das obrigações da empresa na hora certa: substituir mudas, fornecer adubo, assumir frete até empresa. Balança deve estar no local da entrega.
Comunidade	Geração de emprego na comunidade. Assistência técnica do Município para atender as comunidades em outras culturas. Melhoria no posto de saúde (ou instalação onde não tem). Escolas de Ensino Fundamental. Escolas de Ensino Médio. Retorno de “filhos da terra” para trabalhar com o dendê.

Como fase final, houve a oficina de consolidação. Convidamos a Belém dois agricultores de cada um dos municípios das oficinas, para então representarem seus pares e atribuírem “peso” de importância aos indicadores a eles apresentados³³. Como eixos gerais, podemos citar: a) o acesso a serviços e infraestruturas; b) a família e o bem estar; d) a comunidade [com a chegada do dendê]; e) o trabalho; f) a relação com a empresa; f) e o agricultor: cidadão e profissional. Esses elementos podem ser visualizados detalhadamente no Apêndice II.

Desses eixos mais amplos, foram gerados os indicadores mais específicos com pesos atribuídos pelos agricultores. Consideramos então, a partir da avaliação por estes sujeitos, o que eles decidiram ser mais relevante em uma pesquisa deste tipo, em conjunto com as nossas reflexões e a de outros pesquisadores que têm estudado sobre a temática. Segundo Jannuzzi (2002, p. 55), podemos definir o indicador social como:

[...] uma medida em geral quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de

³³ Além da consolidação dos indicadores, discutiram-se ainda os resultados das oficinas e apresentaram-se os próximos passos da pesquisa.

interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão ocorrendo na mesma. [...] Para a pesquisa acadêmica, o indicador social é, pois, o elo entre os modelos explicativos da teoria social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados.

Em concordância com a definição supracitada, utilizaremos os indicadores para auxiliar a operacionalização do conceito de inclusão social, tendo em vista que eles também podem “[...] orientar de forma mais competente a análise, formulação e implementação de políticas sociais” futuras e “contribuir no dimensionamento das carências a atender nas diversas áreas de intervenção” (JANNUZZI, 2002, p. 53). Acreditamos que a participação dos atores sociais nesse processo foi fundamental. Simultaneamente, compreendemos que os indicadores são apenas uma tradução e não a realidade em si, com a necessidade de situá-los no espaço-tempo (SOLIGO, 2012). Por este motivo, descrevemos agora nossa proposta conceitual sobre inclusão social e, posteriormente, as outras etapas metodológicas que pretenderam aliar os processos empíricos e teóricos para alcançar os objetivos deste estudo.

3.3 CONCEITUANDO INCLUSÃO SOCIAL

Não há como entender ou reparar os processos de exclusão social no Brasil sem citarmos os problemas referentes à questão agrária. A histórica concentração fundiária do país, em particular, se iniciou com a distribuição de sesmarias e a escravização de negros e indígenas para trabalharem nas grandes lavouras. Em seguida, perpetuou-se com a Lei de Terras de 1850, ao impossibilitar o acesso à terra a escravos libertos ou migrantes que chegavam para trabalhar nos cafezais sem muitos recursos financeiros (MARTINS, 1997; 2013). Em síntese, a história demonstra que a exclusão social desses sujeitos sempre se baseou, na verdade, em uma inclusão precária, marginal e instável, que lhes privou da liberdade, e os “libertou” dos meios de produção, para subordinar seus esforços e construir o que hoje conhecemos enquanto Brasil. Incluíram-lhes, portanto, de forma subordinada a demandas alheias, sem o prestígio ou o reconhecimento atribuído às elites rurais.

A literatura crítica sobre formação da Amazônia, em específico, já demonstrou como as populações locais – indígenas, caboclas e, posteriormente, de migrantes nordestinos – também foram historicamente concebidas como atrasadas, preguiçosas e indolentes (CASTRO, 2010; GONDIM, 2007; PORTO-GONÇALVES, 2012). Em parte, foi sobre esse preconceito que o governo militar legitimou a necessidade de “integração” da região ao restante do país na década de 1960, ao julgar-se como o vetor da soberania nacional e do seu desenvolvimento,

que, obviamente, deveria distinguir-se das lógicas “arcaicas” dos que já habitavam o denominado “vazio demográfico”.

As bases do grupo social que estudamos nasce desse contexto de “integração” da região e da exclusão do acesso à terra no Nordeste brasileiro, com a migração de nordestinos que chegaram à Amazônia em busca de “terras livres” onde pudessem exercer suas atividades (MAGALHÃES, 2002a). Muitos deles, posteriormente, se depararam com o favorecimento estatal aos grandes empresários, precisando a partir daí resistir às grilagens, violências e aos assassinatos cometidos pelo Estado e por latifundiários que pretendiam manter a concentração da terra e o controle do subsolo na região (LOUREIRO, 2001).

Loureiro (2001) estudou exatamente a microrregião do Guamá, onde hoje está localizado Garrafão do Norte. E pôde analisar as injustiças sociais cometidas a esses agricultores e as diferentes formas de resistência por eles elaboradas, com a influência da teologia da libertação em suas práticas, a formação dos sindicatos, até o emblemático caso de Quintino, agricultor que após ser expropriado de sua terra por um fazendeiro no povoado Pau de Remo, em Garrafão do Norte, dedicou sua vida a reparar injustiças sociais, matando grileiros, pistoleiros e jagunços, na tentativa de garantir terra e paz para os colonos³⁴ da região na década de 80.

Magalhães (2002a) demonstrou como esses agricultores que chegavam à Amazônia visualizava na migração uma plausabilidade. Isto é, era a partir do que eles denominavam como “busca de melhoria” que se justificavam os diferentes motivos da emigração. Esses motivos, no entanto, não eram redutíveis à expropriação da terra ou à subordinação a outro grupo. Mais do que isso, denominava-se “melhoria” vários fatores essenciais à sua condição econômica e social, seja a existência da “terra livre” propriamente dita, “[...] até a localização, tamanho e qualidade da terra, a rede social que articula a mudança, a vizinhança, a menor incidência de doenças tropicais, especialmente a malária, etc.” (MAGALHÃES, 2002a, p. 266). Assim,

[...] *Melhoria* é uma categoria nativa que diz respeito a uma série de fatores importantes para o desempenho social e econômico que vão desde a apropriação, localização, tamanho e qualidade da terra, até a rede social com a qual o grupo familiar se articula. No limite, melhoria é quase um ideal a ser perseguido e, conseqüentemente, a busca de *melhoria* é um direito a ser exercido em qualquer circunstância, por qualquer pessoa. É através da busca de *melhoria* que estes camponeses justificam os vários deslocamentos que realizaram ao longo de suas trajetórias, seja do ponto de vista espacial, seja ocupacional. Em busca de *melhoria*, pode-se sempre perseguir os mais variados objetivos ou tomar as mais diversas posições. E, neste âmbito, a busca se inscreve também como estratégia familiar ou, pelo menos, como uma possibilidade inscrita no horizonte do grupo doméstico (MAGALHÃES, 2002b, p. 284. Grifos da autora.).

³⁴ Os agricultores de Garrafão do Norte normalmente se identificam enquanto “colonos”. Por este motivo, além da palavra “agricultor”, utilizaremos o termo “colono” para denominar os sujeitos da pesquisa.

A partir das oficinas do AFInS, vimos que é também segundo o ideal da “melhoria” que os agricultores justificam a opção por se integrarem à cadeia produtiva do dendê. Esta escolha, no entanto, só pode ser compreendida se analisada de forma relacional às privações que esses sujeitos historicamente enfrentam. Por isso, as regalias oferecidas pelo Estado aos grandes empresários na integração da região, a partir da década de 1960, não devem ser desconsideradas, pois resultaram em concentrações de terras, violências e grandes taxas de desmatamento³⁵, tudo atrelado ao descaso com que os colonos foram tratados (LOUREIRO, 2001). Hoje, porém, os agricultores indicam outros fatores como impeditivos da sua “melhoria”. Podemos citar alguns deles antes de analisá-los de forma mais detalhada nos dois últimos capítulos. Começamos a partir do relato de Sr. Bacajá, morador da localidade do Massaranduba:

Aqui quando começou, tipo, era ribeirinho. Começou ali na beira do rio, que era pouca gente, aí veio aumentando. E desde, talvez... eu nasci em oitenta e um (1981), mas nós morava afastado daqui [da vila] de uma base de uns dez quilômetros, só depois nós compramos um terreno mais próximo da vila. Mas só que, depois disso, a quantidade de gente, de vez de aumentar diminuiu, porque antes não tinha essa estrada por aqui, era mais de barco que varava lá perto de Capitão Poço, no Boca Nova, não tinha ônibus, não tinha horário, o horário era do rio, de barco. Aí depois que fizeram essa estrada pra cá e, em dois mil e sete (2007), que fizeram a energia que começou... mas a quantidade de gente não aumentou tanto. Aqui a energia foi o luz para todos. A estrada eu creio que foi o Josafá, um fazendeiro aqui próximo, que pediu um trator de esteira e mandou abrir, no tempo do governo municipal, do Milton Xavier [primeiro prefeito do município, em 1989] que ele abriu dali até o Louro, do nosso ramal até lá. Nesse tempo não era nem ônibus, era Pau-de-Arara como chamavam, aí depois que veio os ônibus e de lá pra cá veio se modernizando mais um pouco. Quando chega no inverno, muitas vezes os governantes, gestor municipal, ele não se preocupa tanto em mandar máquina pra zelar o ramal. Muitas vezes manda pelo verão e fica a Deus dará mesmo aí, pessoal não liga pra nada mesmo. Esse nosso ramal aqui, até que agora ele tá bom, mas chega umas época de às vezes até fechar. Tem uma pinguela [parte da ponte] que nós mesmo fizemos, que os gestores também não liga, então foi obrigado a gente se reunir e tirar madeira... tem um homem próximo da comunidade aí que doou a madeira pra gente fazer a pinguela (Entrevista realizada em 17 de julho de 2017).

O relato inicia com a mudança no modo de vida e na organização espacial que a comunidade, o município e outras partes da Amazônia perpassaram. Se o ritmo do rio ditara o da vida no padrão espacial “rio-várzea-floresta”, a dinâmica “estrada-terra firme-subsolo”³⁶

³⁵ “[...] como ocorre em quase todos os grandes investimentos na Amazônia, a primeira fase deles consiste na exploração madeireira que permite um ressarcimento muito rápido do capital que a empresa imobilizou na compra da terra e continua a dar lucros nos anos seguintes. Grande número de empresas explora apenas a madeira e mantém a terra como reserva de valor.” (LOUREIRO, 2001, p. 185).

³⁶ “É possível identificarmos dois padrões de organização do espaço amazônico, contraditórios entre si, e que estão subjacentes às diferentes paisagens atuais da região: o padrão de organização do espaço *rio-várzea-floresta* e o padrão de organização do espaço *estrada-terra firme-subsolo*. [...] Até a década de 1960 foi em torno dos rios que se organizou a vida das populações amazônicas. A partir de então, e por decisões tomadas fora da região, os interesses se deslocaram para o subsolo, para suas riquezas minerais, por uma decisão política de integrar o espaço amazônico ao restante do país, protagonizado pelos gestores civis e militares.” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 79).

ofereceu outras possibilidades aos colonos. Com a construção de rodovias federais e estaduais, agricultores e fazendeiros interligaram-nas com ramais que os permitissem acessar outros pontos de Garrafão com mais facilidade, para escoar a produção agrícola, comprar utensílios e acessar serviços que eram encontrados apenas na sede municipal. Nota-se como a estrada é posta em grau de semelhante importância às mudanças com o acesso à energia elétrica, adquirida pela comunidade somente em 2007, a partir do projeto Luz para Todos.

Nas oficinas do AFInS, uma das principais reclamações dos agricultores referia-se justamente à qualidade de estradas, ramais e pontes que os permitissem se locomover e escoar a produção de dendê até os pontos de coleta das empresas. Reclamações que são muito próximas do exposto por Sr. Bacajá, mas que também se baseavam nas promessas feitas por agroindústrias e prefeituras de que revitalizariam essas vias. Até então, como em Massaranduba, são comumente os próprios agricultores das localidades que afirmam realizar a manutenção dos ramais diante da negligência do poder público, ainda que o protocolo de intenções socioambiental da palma de óleo, firmado a partir da parceria público-privado, afirme que cabe aos municípios “[...] melhorar a qualidade das estradas de acesso, pontes, saneamento básico, sistema de saúde e educação nas comunidades rurais onde residem os agricultores familiares [que produzem dendê]” (PARÁ, 2014, p. 6).

Nas falas a seguir podemos visualizar outras questões. O contexto refere-se a explicações de por que integrar-se à cadeia produtiva do dendê em Garrafão do Norte.

Inclusive, a gente tem essa tangerina. Eu plantei cem pés de tangerina aí. Pra ela não se perder todinha, a minha mulher entrou em um programa do governo federal que era pra levar alimento pra Pastoral da Criança. Então eles começaram dando menos de um salário pra ela por mês, aí nós mandava a produção. Era limão, banana, tudo quanto é fruta. Aí deu tudo certo. Aí só que agora vai ser a derradeira parcela que a gente vai receber. Mas aí é bom, porque se tu plantar um abacatal, um laranjal, tem como tu distribuir. Mas antigamente não tinha, a gente perdia tudinho. Aí uma tela de tangerina dessa daí, tu leva pra uma vila dessas, tu vai vender ela por cinco, seis reais, uma tela de cento e cinquenta tangerina. Aí eu digo: não, pode dar “pro” pessoal comer. E só agora que aconteceu isso [programa do governo]. Antes “tava” todo ano se perdendo. Aí o cara vai fazer o quê? A pimenta aqui no estado do Pará era uma coisa boa. Começou boa, mas já se acabou. Além de tá se acabando no preço, o mau tá matando. E esse bicho aí só se Deus mandar matar ele senão ele não morre aqui não. Aí o seguinte, o dendê todo mês joga um dinheiro na sua conta, nem que seja um pouquinho, cadê coisa melhor do que essa? (Sr. Tocantins. Entrevista realizada em julho de 2017).

Um motivo pra plantar dendê é que a empresa se responsabilizou de comprar o produto. A gente não tem aquela preocupação, de tipo, produzir e pagar transporte, levar, e ir atrás de comprador... não! A empresa manda o caminhão pegar, é descontado só quarenta reais por tonelada, então melhora muito (Sr. Bacajá. Entrevista realizada em julho de 2017).

Eu queria ter um carrinho melhor, uma vida melhor, ficar mais à vontade, né? *A gente espera sempre melhoria, né?* Às vezes um filho adoece, é bom a gente ter um di-

nheirinho guardado na hora da necessidade (Sr. Xingu. Entrevista realizada em julho de 2017. Grifos nossos).

No relato de Sr. Tocantins visualizamos como a ausência de cadeias estruturadas compromete a venda de frutas, chegando mesmo a estragarem em sua propriedade. Ao mesmo tempo, o colono demonstra a importância de políticas públicas que permitam a comercialização de alimentos e, a partir disto, a aquisição de renda. No entanto, como outros agricultores relataram, é cada vez mais raro o acesso a tais programas do governo. A flutuação do preço do mercado também é mencionada quando se diz que o valor da pimenta já foi “bom”, mas não é mais. Daí por que valorizar o dinheiro que, mesmo sendo “pouco”, é depositado regularmente em sua conta a partir da venda dos cachos de dendê. Sr. Bacajá complementa o exposto quando atribui à garantia da comercialização um dos principais benefícios de se apostar na palma.

Os agricultores também justificam sob outros motivos a integração às agroindústrias, mas as duas primeiras falas já nos permitem identificar um fator comum entre todos os argumentos: explicar os desejos de cultivar dendê, mediante contrato com as empresas, perpassa atribuir valor comparativo entre esta nova forma de produção e a antiga, referente às culturas tradicionais. O valor ao qual nos referimos não é só o monetário, mas aquele em que os agricultores baseiam suas avaliações gerais sobre ser “bom” ou não produzir dendê. Por isso, a ênfase na falta de incentivos governamentais que permitam recompensar os esforços despendidos na roça, ou em outras culturas perenes, faz com que o cultivo seja concebido como um possível vetor de “melhoria”, conforme exposto por Sr. Xingu. “Melhoria”³⁷, aliás, que é expressa para referir-se a uma mudança social positiva, que perpassa o plano econômico, mas tem como objetivo, sobretudo, o “ficar mais à vontade”. Basta recordarmos a frase de um dos agricultores da oficina de Garrafão: “o dendê não é pra enricar, é pra melhorar”.

Diante do observado em campo, das oficinas do AFInS e da revisão de literatura, podemos agora elaborar a nossa ideia de inclusão social. A definição se baseará na realidade empírica estudada, utilizando, inclusive, uma das categorias nativas dos agricultores. Mas se apoiará, também, em nossa escolha teórica, a partir do diálogo com a literatura pertinente.

Assim, compreendemos que o conceito de inclusão social no espaço rural, em especial do Nordeste paraense, não pode reter-se ao nível individual, mas considerar a família e a comunidade dos agricultores. Não o entendemos também como uma condição total e estática de “dentro ou fora” (BONETI, 2006), pois, ao contrário das políticas habituais, não considera-

³⁷ Interessante notar que o próprio protocolo de intenções socioambiental da palma diz ter como objetivo a “melhoria” dos agricultores: “Estimular a *melhoria* da qualidade de vida dos agricultores, através de *melhoria* na habitação, saúde, segurança pública, lazer, cultura, saneamento básico, estradas e acesso a rede elétrica” (PARÁ, 2014, p. 4. Grifos nossos).

mos os colonos como previamente excluídos, tampouco tomamos a inclusão como sinônimo de inserção à política. Vemos como indispensável, no entanto, reconhecer as possibilidades e os significados que a questão pode ter para os pesquisados (SPOSATI, 1998; 2006), e pensar uma forma de inclusão que não seja precária, marginal e subjugada a interesses que destoam dos seus (MARTINS, 1997). Isso envolve, sobretudo, o respeito às suas especificidades (HABERMAS, 2002), e não a mera integração em lógicas alheias (PLAISANCE, 2010). Desse modo, compreendemos inclusão social como um processo multidimensional capaz de proporcionar “melhorias” aos agricultores integrados, às suas famílias e comunidades a partir da superação de privações históricas como as expostas neste tópico e as sistematizadas nos indicadores do projeto AFInS.

3.4 OUTRAS ETAPAS DA PESQUISA

A primeira parte desta pesquisa se iniciou com a revisão de literatura. Em especial os estudos relacionados à produção de dendê, ao sistema de integração e à inclusão social. Essa etapa nos auxiliou no conhecimento da temática a ser trabalhada e, posteriormente, na formulação do problema de pesquisa. Utilizamos esse recurso até o fim do estudo para aprimorar as análises propostas nos objetivos, uma vez que a teoria pré-estrutura e sofisticada a capacidade de observação do cientista social (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000).

As oficinas citadas anteriormente, além de objetivar a construção dos indicadores, também nos serviram como fase exploratória, pois mediante o contato com os atores da pesquisa e as inquietações expostas por eles, pudemos formular nosso problema científico (MANN, 1975). Foram-nos de igual ajuda os relatórios redigidos a partir desses eventos.

Em seguida, executamos a pesquisa de campo exploratória³⁸, na qual conversamos com sindicalistas, técnicos agrícolas, representantes da Secretária de Agricultura, agricultores integrados e não integrados. O intuito foi obter opiniões sobre a influência do dendê em suas vidas e suas percepções sobre “inclusão social”. As entrevistas nos auxiliaram ainda no conhecimento geral sobre a situação do município. Além disso, realizamos observações diretas, sistematizadas em relatório junto às ideias advindas das entrevistas.

Voltamos a Garrafão do Norte em 11 de julho de 2017, e lá permanecemos até o dia 29 do mesmo mês, efetuando a pesquisa de campo para a coleta dos dados primários. Para isso, realizamos principalmente entrevistas, que possuíram dois momentos: a) o questionário semiestruturado com os indicadores de inclusão social; b) e entrevistas abertas alicerçadas em

³⁸ Em Garrafão do Norte, no mês de fevereiro de 2017, durante seis dias.

roteiros, para que os pesquisados pudessem falar livremente e expusessem seus sentimentos e percepções acerca das mudanças advindas com o dendê. Segundo Michelat (1987), este último recurso nos permite alcançar níveis mais profundos das informações a partir da liberdade de fala oferecida ao entrevistado. Nesse sentido, optamos por utilizar codinomes para preservar a identidade dos sujeitos e aumentar a liberdade na exposição dos dados.

Realizamos entrevistas com uso de questionários com trinta e cinco agricultores que já estão produzindo dendê. Isto é, com contratos referentes aos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, que somam setenta e dois agricultores no total. Como dentre os entrevistados alguns possuem mais de um projeto, normalmente assinado por algum familiar, ao final a pesquisa abrangeu trinta e sete (50%) contratos de integração.

O questionário abordou questões referentes aos temas delimitados sobre a inclusão social. A ideia foi perceber as mudanças advindas com a produção do dendê segundo os próprios agricultores, dialogando sobre suas condições de vida antes e pós-integração. Uma das vantagens desta técnica é a quantificação de uma variedade de dados, a análise da correlação entre eles e a comparação dos entrevistados. Ao mesmo tempo, a superficialidade das respostas pode ser uma desvantagem (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005), daí a importância complementar das entrevistas abertas.

Ao aplicar os questionários, usamos três escalas que permitiam aos agricultores atribuírem notas em relação às perguntas que lhes eram feitas. Iremos chamá-las de escalas de satisfação, intensidade e esforço. Em ambas, o número “1” representa a menor nota e o número “10” a maior (Anexo I). Optamos por utilizá-las devido ao caráter lúdico que permitia aos entrevistados expressarem suas repostas com mais praticidade e precisão.

As perguntas usualmente reportavam-se a dois momentos: “hoje” e “antes do dendê”. “Antes” poderia referir-se aos anos anteriormente próximos a 2011 (época em que empresa de dendê instalara-se em Garrafão do Norte), quando os questionamentos direcionavam-se às condições comuns às localidades, vilas e ao município. Já quando as perguntas referiam-se às condições particulares do agricultor ou da sua família, o termo indicava os anos anteriormente próximos à data em que o entrevistado iniciara o cultivo por contrato. Ressaltamos que as mudanças ou permanências relatadas pelos entrevistados, entre passado e presente, não se relacionam necessariamente à produção de dendê, conforme veremos nos dois últimos capítulos.

O tratamento dos dados foi composto pela tabulação e análise dos questionários no programa Microsoft Office Excel. Com ele, pudemos realizar estatísticas descritivas sobre temas relacionados à integração produtiva e a comparação das notas médias referentes a situa-

ções entre “antes” e “hoje”. Neste último caso, utilizamos o teste “t” de Student pareado, ao nível de significância de 5% ($p < 0,05$). Em síntese, “[...] a aplicação de um teste estatístico serve para verificar se os dados fornecem evidência suficiente para que se possa aceitar como verdadeira a hipótese de pesquisa, precavendo-se, com certa segurança, de que as diferenças observadas nos dados não são meramente casuais” (BARTBETTA, 2017, p. 180). Assim, analisamos se as médias das notas atribuídas pelos entrevistados confirmam, significativamente, mudanças em suas condições de vida após a introdução do cultivo de dendê no município. Quando não, aceitamos a hipótese nula de que não houve alterações³⁹.

Optamos por sistematizar grande parte dos dados em tabelas e gráficos, para melhor visualização dos resultados. A tabela a seguir, criada com esse intuito, demonstra como as médias das notas atribuídas pelos agricultores estão categorizadas, segundo as escalas de satisfação, esforço e intensidade.

Tabela 1: Ranking das notas médias atribuídas pelos agricultores.

Média das notas	Escalas		
	Satisfação	Esforço	Intensidade
1,0 --- 2,5	Muito Ruim	Muito Leve	Muito Baixo
2,5 --- 4,5	Ruim	Leve	Baixo
4,5 --- 6,5	Regular	Mediano	Regular
6,5 --- 8,5	Bom	Penoso	Alto
8,5 --- 10,0	Muito bom	Muito penoso	Muito alto

Fonte: Elaboração do autor.

Também realizamos entrevistas abertas com dois agricultores com contrato de integração particular⁴⁰, dois agricultores com contrato do ano de 2017 e com funcionários da empresa Marborges. Quanto aos agricultores não integrados, aplicamos questionários com quatro deles e duas entrevistas abertas. Além de identificar as percepções acerca da chegada do cultivo de dendê para suas famílias e à comunidade, tal método de comparação nos precaveu de atribuir à expansão da oleaginosa algumas mudanças simultâneas proporcionadas por fatores externos⁴¹.

Ao negociar as entrevistas, informamos quais os objetivos e os possíveis resultados do estudo. Dialogamos sobre um tempo máximo de conversa, de modo que não comprometesse

³⁹ “Quanto menor for o valor p , maior a evidência para se rejeitar H_0 [hipótese nula]. O valor p também pode ser interpretado como o risco de se tomar a decisão errada após a observação da amostra, caso se rejeite H_0 .” (BARTBETTA, 2017, p. 185).

⁴⁰ Isto é, que vendem suas produções à agroindústria local, porém não possuem o mesmo vínculo contratual que os outros agricultores familiares.

⁴¹ A outras políticas sociais, como o Bolsa Família, programas de fomento ou elementos sem correlação com o dendê que podem ter modificado efetivamente a vida dos entrevistados. Os agricultores que não possuem o contrato com a agroindústria nos serviram, portanto, como grupo de controle.

totalmente os afazeres dos pesquisados. Quando aceito, garantimos a eles a preservação de suas identidades, assim como só gravamos seus relatos mediante consentimento, delimitando um “pacto de entrevista” (BEAUD; WEBER, 2007). Solicitamos ao fim do diálogo, como sugere Brandão (2007), que os agricultores nos indicassem outros possíveis entrevistados, de modo a facilitar nossa inserção dentro das localidades.

A observação direta e as anotações em cadernos de campo, também utilizadas na pesquisa exploratória, nos ajudaram a compreender de maneira complementar os dizeres dos interlocutores. Essas impressões foram sistematizadas em relatórios e associadas à temática da pesquisa. As categorias nativas, como “melhoria”, nos auxiliaram na compreensão de suas práticas; as observações e anotações nos permitiram percebê-las e sistematizá-las (BRANDÃO, 2007).

No que se refere às entrevistas, iniciamos escutando-as para depois selecioná-las e transcrevê-las. Seguindo as orientações de Michelat (1987), analisamos “verticalmente” o conteúdo próprio de cada narrativa, em suas particularidades, e “horizontalmente” as suas relações. De modo geral, tanto os relatórios advindos dos trabalhos de campo, quanto as transcrições, permitiram manter em união os atos cognitivos do olhar, ouvir e escrever, relação que Cardoso de Oliveira (2000) já observara como estimuladora da elaboração do conhecimento em Ciências Sociais. Como o ato de escrever, em específico, é simultâneo ao de pensar, a análise das experiências de campo tenderam a ser continuamente escritas e reescritas, pensadas e repensadas, “[...] não apenas para aperfeiçoar o texto do ponto de vista formal, quanto para melhorar a veracidade das descrições e da narrativa, aprofundar a análise e consolidar argumentos” (Idem, p. 32).

Os dados secundários⁴² também subsidiaram a análise aqui proposta, mais especificamente na caracterização do Nordeste paraense e do município de Garrafão do Norte. As fontes principais derivam dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (Abrapalma).

Como materiais de pesquisa, utilizamos gravadores de voz, máquinas fotográficas, receptores GPS, caderno de campo, *notebook* e as diversas formas de literatura disponível sobre o assunto.

⁴² “Dados secundários são aqueles já existentes, procedentes de diversas fontes: documentos diversos, como obras teóricas ou literárias, estatísticas, arquivos e relatórios oficiais, notícias vinculadas na imprensa, entre outras” (BRUMER et al., 2008, p. 138).

4 A PRODUÇÃO DE DENDÊ EM GARRAFÃO DO NORTE

Neste capítulo, apresentamos um panorama da produção de dendê em Garrafão do Norte. Primeiro, começamos descrevendo a instalação da empresa Marborges no município, as práticas agrícolas dos agricultores e a condição das localidades onde residem. Posteriormente, analisamos a relação dos colonos com a empresa, bem como as mudanças e inalterabilidades no acesso a políticas públicas, cursos e na situação ambiental de suas localidades após o início do cultivo da oleaginosa.

4.1 A INSTALAÇÃO DA EMPRESA MARBORGES NO MUNICÍPIO

A produção de dendê em Garrafão do Norte teve origem em 2011, quando a Marborges S/A se instalou no município. A experiência da empresa com o monocultivo, no entanto, iniciara-se em 1991, com a compra de 2.300 ha de dendê da então falida Reflorestadora da Amazônia Sociedade Anônima (Reasa), em Moju. Em seguida, a agroindústria enfrentou o problema conhecido como Amarelecimento Fatal (AF), doença responsável pela maior parte das mortes de plantas nos países produtores da palma. Boari (2008, p. 14) admite que “[...] vários trabalhos foram realizados com o objetivo de determinar a causa ou o agente causal do AF do dendezeiro. Entretanto, não foi encontrada ainda nenhuma correlação com insetos, problemas fisiológicos, solo e patógeno”, o que impossibilita medidas de controle.

A solução encontrada pela Marborges foi expandir sua produção para Garrafão do Norte, devido à baixa incidência de chuvas no município. Isto porque, “[...] há, aparentemente, uma correlação positiva com a chuva, não havendo casos de AF verificados em regiões de déficit hídrico, no caso brasileiro” (BOARI, 2008, p. 56). Segundo os funcionários da empresa, o índice pluviométrico de Garrafão está abaixo de 2.500 mm/ano, o que elimina os problemas com a doença.

Ao migrar para o município, a agroindústria também pôde evitar a concorrência, em especial por mão de obra, pois é a única empresa instalada no local. Assim, a Marborges comprou uma fazenda com 2.600 hectares, onde 1.400 há (54%) são destinados ao monocultivo e o restante à recuperação e manutenção da Reserva Legal. Até 2017, expandiu seu sistema de integração para oitenta e nove agricultores familiares, que somam 890 ha de dendê, uma vez que o padrão é de 10 ha por projeto, com um total de 1.430 plantas cada. Os anos de assinatura dos contratos dividem-se em: dezenove em 2011, um em 2012, vinte e oito em 2013, vinte e quatro em 2014 e dezessete em 2017. Em 2018, a expectativa é que mais quarenta e um agricultores sejam integrados. Há também os cinco “empresários”, “médios” pro-

dutores, que produzem e comercializam dendê para a agroindústria, totalizando cerca de 450 ha. Eles possuem com a empresa um contrato denominado localmente como “particular”⁴³.

Hoje, a Marborges possui cerca de oitenta e oito funcionários, diretos e terceirizados. Há os que trabalham diretamente no campo, como os técnicos, os tratoristas e os que cuidam da colheita, e os que prestam outros serviços, ocupando-se da limpeza, vigilância e cozinha. Segundo os funcionários da agroindústria, a maioria dos empregados é de Garrafão. Além disso, quando estivemos em campo, conhecemos um jovem quilombola⁴⁴ que estagiava com os técnicos agrícolas da empresa, pois se juntará a eles no futuro.

Além desses empregos, há grande expectativa com a fábrica que a Marborges está construindo⁴⁵ no município. Sua função será o processamento dos frutos de dendê e a extração do óleo, já que a atual refinadora localiza-se em Moju. O objetivo é suprir o pico produtivo na safra, pois, segundo os funcionários da empresa, não existe uma indústria no Pará que sustente toda a demanda desse período⁴⁶. Se hoje a capacidade da agroindústria de Moju é de cinquenta toneladas/hora, a de Garrafão possuirá sessenta. A ideia é não haver perda de frutos e, se possível, lucrar com a sobrecarga de cachos das fábricas que necessitem processá-los nas duas agroindústrias. Soma-se a isso a perspectiva de expansão da empresa, com a aquisição de novas terras e integração de agricultores à sua cadeia produtiva. Por fim, há também a possibilidade de compra do setor de dendê da companhia norte-americana ADM e a absorção dos seus agricultores integrados⁴⁷.

A diminuição de despesas com transporte da produção de Garrafão até Moju é outro motivo para a fábrica ser construída no município, uma vez que a Marborges aluga caminhões para realizar esse serviço. Diante disso, os agricultores integrados têm a esperança que, com a inauguração da fábrica, o preço que pagam pelo frete seja reduzido. No entanto, quando perguntamos se essa mudança também lhes beneficiará, um dos funcionários da empresa respondeu: “Fica do mesmo jeito, porque existe um contrato pra ele entregar o fruto na indústria [de Garrafão], e é na área da indústria que ele tá entregando, então não vai mudar nada” (Funcionário 1. Entrevista realizada em julho de 2017).

Como outras empresas, a Marborges destina a maior parte da sua produção para o setor de alimentos e de cosméticos, possuindo clientes como a Nissin, Vitarella, Natura, Maeda

⁴³ Conforme relataram os entrevistados que possuem esse tipo de contrato, a principal singularidade do acordo é o não recebimento do subsídio da agricultura familiar referente ao Pronaf Eco Dendê. Por outro lado, lhes são garantidos, pela empresa, acesso à assistência técnica e a garantia de comercialização da produção.

⁴⁴ Natural da comunidade quilombola de Castanhalzinho.

⁴⁵ Sua inauguração está prevista para 2019.

⁴⁶ Essas informações foram cedidas em entrevista por funcionários da Marborges. Eles informaram que o último pico produtivo concentrou-se nos meses de novembro e dezembro de 2016 e janeiro de 2017.

⁴⁷ É uma possibilidade que está sendo negociada.

e Gessy Lever. A destinação para o biodiesel é mínima e só ocorre no período de safra, quando a produção de óleo é abundante e possui uma acidez menor que 3,1% – máximo permitido para o consumo humano. Porém, o principal motivo é a baixa produção nacional de óleo, uma vez que o Brasil ainda importa cerca da metade do que é consumido (CHIES, 2017), e “o biodiesel é um óleo mais barato. Para o consumo humano já é um negócio mais refinado” (Funcionário 1. Entrevista realizada em 18 de julho de 2017).

Uma vez que a destinação da produção para o biodiesel é mínima, o papel da integração dos colonos à cadeia produtiva não se direciona à aquisição do Selo Combustível Social, como inicialmente planejado pelo PNPB⁴⁸. Segundo um funcionário da Marborges, a integração possui outras vantagens. Primeiro, a empresa procura adquirir o selo ISO, uma certificação mundial que estabelece padrões de qualidade a organizações e seus produtos, oferecendo maior eficiência competitiva no mercado. Além disso, a “parceria” justificar-se-ia devido à redução, oferecida pelo governo, de 80% para 50% da área de Reserva Legal nas fazendas de dendê que possuam agricultores familiares integrados à sua cadeia produtiva.

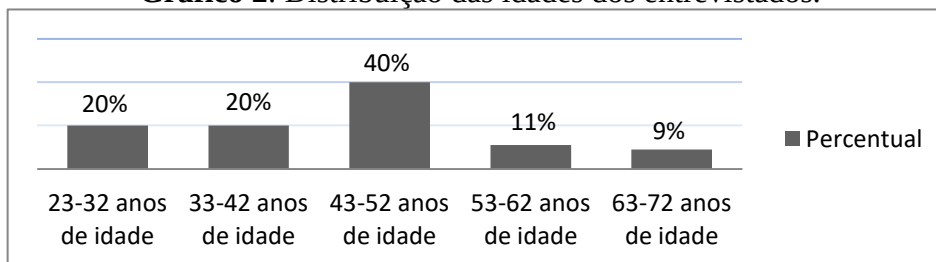
Mostraremos, a seguir, que a integração produtiva da agricultura familiar a essas agroindústrias possuem outras finalidades e benefícios para além dos elencados pelo funcionário da empresa. Finalidades, aliás, que ajudam a entender que inclusão é direcionada àqueles que produzem dendê.

4.2 OS AGRICULTORES E A RELAÇÃO VILAS-COLÔNIAS

4.2.1 Breve caracterização dos colonos e das suas localidades

Dos trinta e cinco agricultores entrevistados, 94% são homens e 6% mulheres, todos titulares dos contratos de integração com a empresa Marborges. No que se refere à cor, 66% são pardos, 17% brancos e 17% negros. Eles são em sua maioria casados (77%), e apesar de suas idades variarem bastante (Gráfico 2), podem ser considerados como agricultores experientes, que sempre trabalharam na agricultura. Deles, 60% possuem mais de 42 anos de idade.

Gráfico 2: Distribuição das idades dos entrevistados.



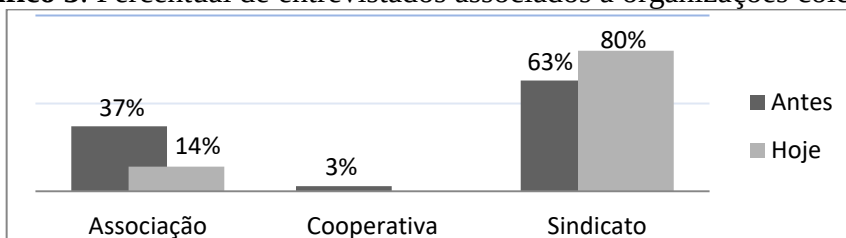
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

⁴⁸ Nenhuma das empresas de dendê presentes no Pará é detentora do selo atualmente.

O grau de escolaridade dos entrevistados não difere muito da taxa de analfabetismo de 42% da população com mais de 15 anos de idade do município (IDE, 2018). Deles, 32% apenas assinam o nome, 48% estudaram até o ensino fundamental, 17% até o ensino médio e somente 3% possuem o ensino superior incompleto. Os agricultores de mais idade associam esse índice educacional a dois fatores interdependentes: a necessidade de ajudarem os pais no trabalho, quando eram mais jovens; e a concentração de escolas, quando disponíveis, nas distantes sedes municipais.

Os grupos domésticos pesquisados possuem em média quatro pessoas. Destes, 9% têm apenas dois membros, 57% têm de três a quatro, 20% têm de cinco a seis e 14% têm de sete a dez. A maioria deles (63%) é de tipo nuclear, compostos pelo casal de pais e os filhos biológicos ou somente pelos cônjuges, como Mota (2014) constatou como característica preponderante no Nordeste paraense. O tamanho médio dos estabelecimentos é de 44 hectares. 46% possuem até 25 ha, 26% têm de 26 a 50 ha, 14% têm de 51 a 75 ha e 11% têm de 76 a 100 ha. Apenas um agricultor familiar (3%) possui uma propriedade com 130 ha.

Gráfico 3: Percentual de entrevistados associados a organizações coletivas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Em campo, os entrevistados relataram não possuir uma organização específica que os represente diante da empresa Marborges. Em geral, apenas 14% deles participam de alguma associação, número que se reduziu a menos da metade depois da integração à agroindústria. Ao responderem o questionário, 80% afirmaram fazer parte do STTR municipal. No entanto, comumente respondiam um “sim” de forma insegura, mencionando apenas o pagamento referente à contribuição sindical e não uma participação política ativa. Ressaltamos que eles necessitam sindicalizar-se para acessar o projeto do cultivo de dendê por contrato, daí o aumento no número de entrevistados sindicalizados, que também afirmam se envolver pouco nas reuniões relacionadas ao dendê ou a outras questões agrícolas do município.

Apesar do baixo envolvimento em organizações coletivas, já houve a tentativa de se criar uma associação que os representasse diante da empresa. No entanto, tudo não passou de um golpe. Segundo informaram, um indivíduo bastante conhecido na região reuniu alguns agricultores e recolheu certa quantia em dinheiro com a promessa de estruturar legalmente a

associação. Alguns dias depois, descobriu-se que o sujeito partira da cidade sem dar satisfações, levando consigo o que conseguira juntar. O acontecimento deixou os colonos ainda mais desmotivados em criar qualquer tipo de organização. Sobre o tema, eram comuns falas como a do Sr. Tocantins: “Aqui na região pra você montar uma associação... Eu nunca vi uma ir pra frente”.

No que se refere ao início da produção, os agricultores indicaram a primeira reunião com a empresa como fator central que influenciara suas decisões para assinar o contrato⁴⁹. Isto é, valorizavam a atenção concedida a eles a partir da explicação do acordo, quando a Marborges lhes prometera que o cultivo de dendê seria um vetor de melhorias. Segundo os entrevistados, porém, houve apenas a apresentação do contrato⁵⁰ e não a negociação contratual entre agroindústria e sindicato, que Abramovay e Magalhães (2007) elogiaram como característica inovadora das integrações produtivas subsidiadas pelo PNPB. Como relata Sr. Xingu, “não foi discutido assim... foi *falado* na reunião que teve lá”.

Antes de produzirem dendê, os colonos viviam, sobretudo, do sistema tradicional de “corte e queima”, denominado na região como “roça”. Muito comum na maioria dos estabelecimentos da agricultura familiar na Amazônia, essa forma de produção caracteriza-se pelo uso de uma área por um a dois anos, seguido por alguns anos de pousio (SCHMITZ, 2007). Esse sistema refere-se somente às culturas anuais, que em nosso lócus empírico são especialmente a mandioca, o arroz, o feijão e o milho. Nos estabelecimentos familiares também são produzidas culturas perenes como a laranja, o açaí e, em maior quantidade, a pimenta-do-reino.

Ressalta-se que a mandioca⁵¹ e a pimenta-do-reino eram as principais culturas cultivadas pelos entrevistados. A primeira possui a condição de alternatividade, que permite aos agricultores tanto vendê-las quanto consumi-las depois de ser transformada em farinha, produto básico das refeições das famílias do Nordeste paraense. A segunda é destinada majoritariamente para a venda, constituindo-se como uma lavoura comercial. No município, o preço do quilo da farinha custa em média R\$ 2,00 e o da pimenta-do-reino R\$ 8,50. Ambos os pro-

⁴⁹ A conversa com os vizinhos também, principalmente com aqueles que acreditam que o dendê dará lucros no futuro.

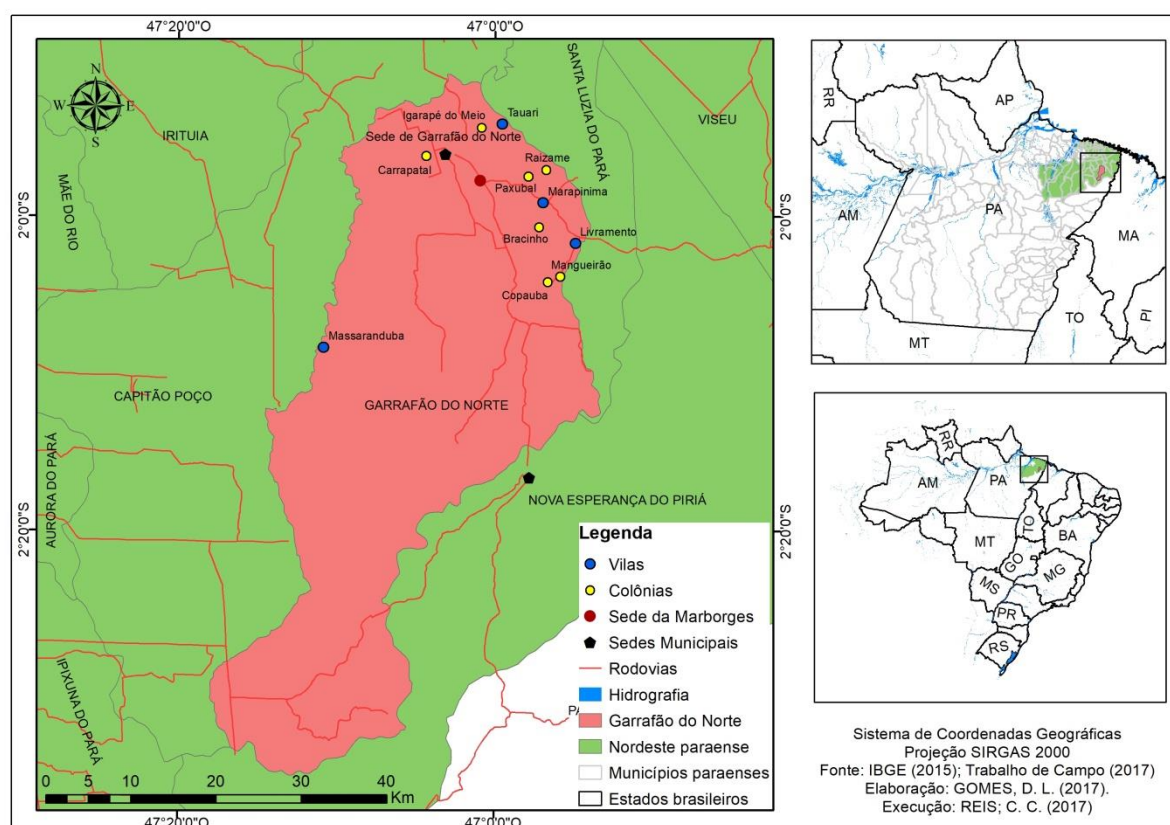
⁵⁰ 97% dos entrevistados relataram que o contrato lhes foi apresentado antes de assinarem. 89% afirmam que foi conversado com os agricultores, 37% que o sindicato participou da discussão, 17% que associações também participaram e 26% relataram que outros sujeitos estavam presentes, como advogados e, em especial, a Emater.

⁵¹ “A mandioca é o principal componente agrícola da roça camponesa no Nordeste Paraense. Do tubérculo aproveita-se quase tudo. Da raiz se produz a farinha d’água e a goma da tapioca; do suco da raiz se tira o tucupi que é utilizado na gastronomia paraense e molhos de pimenta; a casca é servida para criação e também como adubo para a vegetação; o caule é selecionado para futura plantação e da folha/maniva pode-se preparar a maniçoba (comida regional).” (SOUSA, 2017, p. 10914).

duto são comercializados no mercado regional. Veremos, mais à frente, como o valor pago por essas culturas influenciou os agricultores a optarem por plantar dendê.

Em Garrafão do Norte, os colonos denominam seus estabelecimentos de “lote”⁵². Em outros locais da Amazônia, esta denominação baseia-se na intervenção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que distribuiu lotes de terras para agricultores a partir da década de 1950 (MOTA, 2014). As localidades aqui estudadas, porém, não perpassaram por esse processo de loteamento, tampouco se constituem como Assentamentos de Reforma Agrária. No município, o processo de acesso à terra deu-se por meio de ocupações de áreas desabitadas, por migrantes nordestinos, que depois registraram-nas como colônias agrícolas na prefeitura de Ourém, de quem Garrafão do Norte emancipou-se posteriormente (EUFRÁSIO; FIGUEREDO, 1997). Hoje, a principal forma de aquisição de propriedades acontece por meio da compra.

Figura 2: Localidades estudadas – Garrafão do Norte (PA).



Fonte: IBGE; Pesquisa de campo, 2017.

Os locais de moradia dos entrevistados dividem-se em dois padrões espaciais: as vilas e as colônias. Os agricultores denominam de colônias os espaços destinados especialmente à produção agrícola, em contraposição às vilas, onde se concentram serviços como escolas, pos-

⁵² Os agricultores do município definem o tamanho de um lote como 25 ha.

tos de saúde, supermercados, etc. Constituem-se enquanto colônias as localidades do Bracinho, Carrapatal, Copaúba, Igarapé do Meio, Mangueirão, Paixubal e Raizame. E enquanto vilas, as localidades do Massaranduba, Marapinima, Livramento e Tauari.

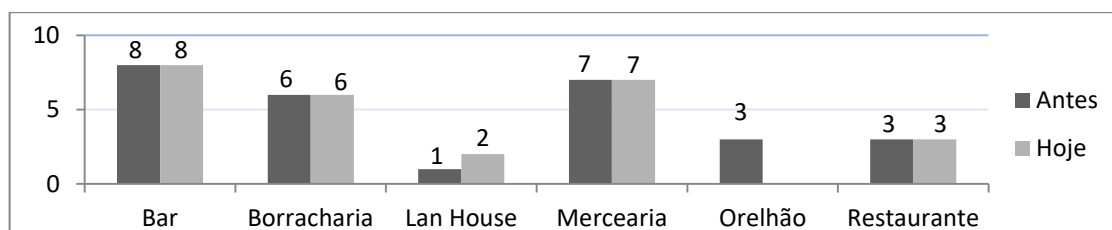
A interação entre esses dois padrões espaciais é dinâmica. Há entrevistados que moram nas vilas (51%), mas trabalham diariamente em suas propriedades, fonte de trabalho e renda para as suas famílias; e há os que preferem a tranquilidade de residir nas colônias (46%), porém acessam os serviços da “rua”⁵³ eventualmente ou diante de alguma necessidade.

Ambos os espaços estão situados em áreas de terra firme, fora do alcance das enchentes dos rios. Ao mesmo tempo, todas as localidades se encontram próximas ao rio Guamá, cujo curso natural delimita os limites administrativos do município (Figura 2). Os agricultores, porém, não se autodesignam como ribeirinhos, mas como colonos, uma vez que suas atividades cotidianas e produtivas são predominantemente agrícolas. Realizada esta breve caracterização, analisamos agora algumas mudanças e inalterabilidades para os agricultores entrevistados e suas localidades após o início do cultivo de dendê.

4.2.2 Serviços e meios de comunicação

Em relação aos indicadores construídos coletivamente sobre o “acesso a serviços e infraestruturas” (Apêndice II), percebemos que não houve grandes alterações na disponibilidade de serviços nas localidades estudadas depois da integração dos agricultores à cadeia produtiva do dendê, ainda que uma parte delas localize-se às proximidades da empresa Marborges. O Gráfico 4 ilustra como bares e mercearias já eram comumente encontrados nas vilas e nas colônias agrícolas devido à procura cotidiana de alimentos, utensílios e bebidas. Por outro lado, o acesso a restaurantes, *lan house* e telefones públicos restringia-se às vilas, espaço de maior movimentação de pessoas. Como destaque, há a atual inexistência de orelhões, que segundo os agricultores não foram ajustados pelo poder público desde as últimas ocasiões em que foram danificados⁵⁴. Além disso, hoje são duas as vilas que possuem *Lan House*.

Gráfico 4: Disponibilidade de serviços nas localidades estudadas.

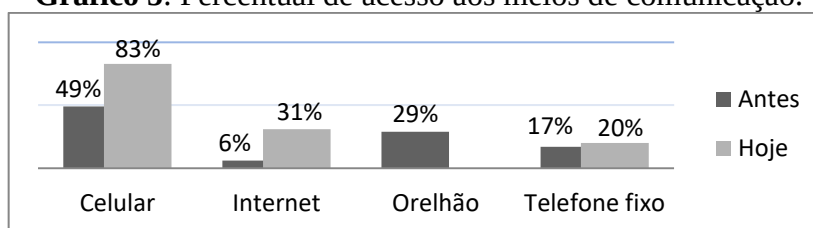


⁵³ Termo que os agricultores atribuem às vilas. O restante dos entrevistados (3%) reside na sede do município.

⁵⁴ Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a redução na quantidade de telefones públicos no Brasil decorre da constante diminuição no uso dos equipamentos pela população, sobretudo devido à crescente utilização de celulares e do acesso à internet (JORNAL DE BRASÍLIA, 2018).

Já os dados do Gráfico 5 confirmam um aumento considerável na aquisição de celulares pelos agricultores e, por consequência, no acesso à internet. Segundo o IBGE (2015), essa é uma tendência crescente em todo o país. Dos domicílios brasileiros que acessaram a internet em 2015, 92% o fizeram por meio do telefone celular e só 70% a partir de microcomputadores. O Pará, em específico, foi o estado com o maior percentual de residências (66%) que utilizaram somente celulares ou *tablets* para acessar a *web*, o que o IBGE atribui ao menor custo de acesso à rede móvel e, principalmente, ao menor número de instalações de cabos de internet fixa na Região Norte, em comparação ao restante do Brasil. Também constatamos em campo que apenas 9% dos agricultores possuem – e já possuíam – notebooks ou computadores, quantidade pequena se confrontada com o acesso a telefones celulares.

Gráfico 5: Percentual de acesso aos meios de comunicação.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Concordamos com Bonilla e Pretto (2011) que a inclusão digital é um importante meio de promoção da inclusão social, desde que apta a suscitar uma efetiva emancipação dos indivíduos e alicerçada em uma educação de qualidade que os possibilite realizar intervenções capazes de transformar seus contextos de vida. Porém, ainda que consideremos importante o aumento da cobertura de redes telefônicas nos espaços rurais, o que percebemos em campo são serviços precários⁵⁵ que não permitem aos agricultores um acesso adequado aos conteúdos da *web*, além da extinção dos telefones públicos, que tende a agravar processos de exclusão aos que não dispõem de muitos recursos financeiros nem de outros meios de comunicação.

4.2.3 Educação e saúde

Considerando que os agricultores tiveram dificuldades no acesso à educação quando eram mais jovens, conforme exposto anteriormente, avaliamos os indicadores referentes à condição de ida até à escola a partir da situação de seus filhos. Em campo, os colonos afirmavam que têm buscado alterar o nível de instrução de seus descendentes, que precisam se locomover até às vilas mais próximas para ter acesso às escolas.

⁵⁵ São poucos os espaços em que os sinais das operadoras funcionam de modo efetivo. O usual é a lentidão que faz com que os agricultores acabem seus pacotes de dados sem usufruírem de fato da internet.

Tabela 2: Condições de ida até às escolas.

Ida até à escola	Antes		Hoje		Teste T
	Média	D. Padr.	Média	D. Padr.	
Qualidade do transporte	4,15	±4,15	6,00	±2,65	p= 0,0530 ^{NS}
Regularidade do transporte	6,68	±6,68	7,50	±1,96	p= 0,2101 ^{NS}
Distância até à escola	8,28	±8,28	8,54	±2,03	p= 0,3243 ^{NS}

Nota: (^{NS}) Não significativo. As notas referentes à qualidade e regularidade do transporte são específicas aos entrevistados que residem nas colônias, pois são os seus filhos que necessitam de locomoção para chegar às escolas presentes nas vilas. Notas atribuídas com a escala de satisfação.

Ainda que a satisfação referente à distância até às escolas não tenha sofrido mudanças significativas, assim como a qualidade e regularidade do transporte escolar, podemos considerá-la muito boa (Tabela 2). Aliás, esse foi um dos índices mais positivo atribuídos pelos colonos em todo o questionário, seja porque os filhos daqueles que residem nas vilas têm as escolas às proximidades de suas residências, seja porque as colônias agrícolas localizam-se a poucos quilômetros das vilas. Os entrevistados afirmam, assim, que tais condições não possuem relação com a dendeicultura no município. A locomoção dos alunos, em específico, é subsidiada pelos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), que o Governo Federal transfere a Garrafão do Norte.

Tabela 3: Qualidade do serviço nos postos de saúde.

Posto de saúde	Antes		Hoje		Teste T
	Média	D. padr.	Média	D. padr.	
Qualidade atendimento	6,28	±2,25	6,17	±2,06	p=0,6530 ^{NS}
Qualidade médicos	5,68	±2,43	6,22	±2,22	p=0,1210 ^{NS}
Qualidade enfermeiros	6,74	±2,75	6,91	±2,47	p=0,5747 ^{NS}

Nota: (^{NS}) Não significativo. Notas atribuídas com a escala de satisfação.

Como as escolas, os postos de saúde⁵⁶ também estão localizados nas vilas. Eles também apresentaram mudanças significativas na qualidade do atendimento. De todo modo, podemos citar como fator positivo as particularidades dos atuais funcionários, que seriam mais competentes que os anteriores, sobretudo com a efetivação do Programa Mais Médico do Governo Federal, segundo os entrevistados. No entanto, a principal reclamação é a falta de medicamentos, representada na fala de Sr. Tocantins: “Aí tu vai no posto médico bem ali, é até bonitinho o posto. Mas não tem remédio. Só tem um cara lá, e se tu chegar com corte, ele costura e passa um mertiolate. É o que tem. Muitas vezes até a linha falta.” Diante de fatores positivos e negativos, as médias das notas expressam uma satisfação em torno da nota 6 (Tabela 3), que também não possui relação com a dendeicultura.

⁵⁶ 100% dos agricultores afirmaram ser atendidos por agentes de saúde em suas comunidades.

4.2.4 As estradas

Um dos motivos para o elevado número de entrevistados (97%) que possuem motos também está relacionado à necessidade de transitarem entre vilas, colônias e a sede municipal. Isso porque uma das razões para que não haja a construção de postos de saúde, escolas ou outras infraestruturas nas colônias são os seus pequenos contingentes populacionais e a proximidade com as vilas. Como relata Sr. Guamá, “aqui [na colônia do Paixubal] tinha escola. Mas foi desativada por falta de aluno. Era essa casa bem aqui. Aí não deu aluno pra completar a turma, aí a prefeita desativou. Só deu seis... Só funcionava com ao menos quatorze”. Segundo os colonos, faltam condições básicas para transitar entre esses pontos, através de estradas que estão em condições ruins de trafegabilidade.

Tabela 4: Condições de trafegabilidade das vias de transportes do município.

Vias	Antes		Hoje		Teste T
	Média	D. padr.	Média	D. padr.	
Rodovias	3,94	±2,24	4,74	±2,93	p = 0,1177 ^{NS}
Ramais	3,28	±1,90	4,00	±2,40	p = 0,0305*
Pontes	2,79	±1,98	3,23	±2,23	p = 0,1213 ^{NS}

Nota: (*) Significativo a 5%; (^{NS}) Não significativo. Notas atribuídas com a escala de satisfação.

Conforme os dados da Tabela 4, as rodovias e pontes não apresentaram mudanças significativas entre “antes” e “hoje”. Apenas os ramais passaram por uma pequena alteração positiva, que os entrevistados atribuem não às ações da empresa de dendê, mas a atuações pontuais de políticos, modificações na gestão da prefeitura ou às iniciativas dos próprios moradores das localidades. Ainda assim, a satisfação média com este tipo de estrada também é considerada ruim.

Dos indicadores expostos, percebemos que os entrevistados não atribuem as mudanças ou inércias das infraestruturas locais à produção de dendê em Garrafão do Norte. Essa constatação difere do promulgado pelas empresas, pelo Estado e por alguns autores (ALVES, 2011; CRUZ, 2006; MONTEIRO, 2013; PARÁ, 2014), que afirmam haver melhorias em outros municípios e no Nordeste paraense no que se refere aos aspectos aqui apresentados. A condição das estradas, em específico, possui relação com o frete dos cachos de dendê até às agroindústrias, presente no tema que trataremos a seguir.

4.3 A RELAÇÃO DOS AGRICULTORES COM A EMPRESA

4.3.1 O frete

O frete da produção até a empresa custa atualmente R\$ 40,00 por tonelada. Diferente de outros municípios onde realizamos as oficinas do AFinS, pouco se reclamou de atrasos por

parte da Marborges quanto à busca dos cachos (quando isso acontece, há prejuízos para o agricultor, uma vez que coco perde qualidade e, por consequência, lucratividade). No entanto, há algumas incertezas relacionadas à construção da fábrica processadora de dendê em Garrafão. Hoje, a empresa aluga caminhões para buscar quinzenalmente a produção, avisando-os com antecedência, de modo que deixem os cachos nos pontos de coleta, à beira dos lotes. Depois disso, a produção é transportada conjuntamente até o município de Moju, onde está localizada a fábrica atual.

Assim, se hoje é estipulado uma quantidade mínima e o período exato para que os caminhões sejam completamente preenchidos com os cachos, no futuro, aqueles que possuem tratores poderão levar suas produções até a fábrica quando desejarem, sem a imposição de períodos⁵⁷ estipulados pela empresa ou custos de frete. O receio é que, com isso, o aluguel de caminhões pela Marborges deixe de existir, causando preocupações aos agricultores que não possuem transportes próprios e acreditam que podem vir a arcar com despesas maiores de frete a terceiros. Outros entrevistados têm, pelo contrário, a esperança que o valor do carregamento que pagam hoje à Marborges diminua.

A gente paga, só que eles dizem que é daqui pra ali [Garrafão]. Só que assim, o carro que vem juntar é por diária, né? De Capitão Poço. Então eles já sabem mais ou menos a produção de dendê que vai dar por quinzena, então eles batem ali e veem como é que ter feito. Aí assim, o meu, daqui pra ali, eu pago quarenta, mas já têm outros que já dá na base de vinte e cinco quilômetros pra chegar na empresa e também paga quarenta também, que no caso eles eram pra pagar até mais e a gente que é mais perto era pra pagar menos. Mas se a gente for pagar menos, não vai dar a diária do carro, porque o carro vem pela diária. Então eu baseio assim que é pra dar tudo certo. Mas assim também, como o [funcionário da empresa] diz, quando a fábrica tiver aí, quem quiser levar a produção pode levar. Agora mesmo, se eu tivesse com a carroça, que nem uns aí que têm trator e tá com a carroça boa, eles levam. Daí não paga frete. Mas o meu, eu ainda não “tô” com uma carroça boa, “tô” com uma carrocinha fraca, aí eu deixei eles virem buscar. Quando a fábrica montar, aí acho que tem tudo pra melhorar mesmo (Sr. Itacaiunas. Entrevista realizada em julho de 2017).

A gente tá querendo que melhore. Até porque a gente paga o frete daqui pro Moju, né? E quando passar a fábrica pra aí, vamos pagar só daqui pra ali. Esse lá já vem pra a gente. Eles mesmos falaram que quando tiver levando pra cá, vai ter uma melhora pra gente. Aí nós estamos acreditando que sim (Sr. Tapajós. Entrevista realizada em julho de 2017).

Uns já diz lá que eles não vão levar mais nosso coco, assim, né? Que nem eles levam. Vai ter que pagar um frete particular. O menino que trabalha lá [técnico agrícola] mesmo diz, né? Que quando a fábrica tiver aí vai ser por nossa conta. Eles comentam, né? Valor [pago pela tonelada] tá baixo, né? Esse preço aí já não concordo não. É por isso que eu “tava” dizendo, a gente tá com a esperança que, com esse fábrica aí, aumente, né? Porque daí já diminuía o frete deles pra lá [para Moju], o gas-

⁵⁷ Como afirma um dos entrevistados, “a gente vai poder colher o coco qualquer dia da semana, poder deixar [na empresa], né? Agora não, só tem cinco dias para o cara cortar coco, às vezes não tem um trabalhador pra cortar” (Sr. Arapiuns. Entrevista realizada em julho de 2017).

to deles pra lá. Porque os agricultores não têm nada a ver, né? Nosso contrato é pra entregar lá [em Garrafão] (Sr. Caeté. Entrevista realizada em julho de 2017).

Há nas falas três questões interdependentes. A primeira refere-se ao valor pago no frete, que segundo os entrevistados era de R\$ 30,00/t e somente após uma reunião houve a adição de R\$ 10,00/t ao valor. Eles afirmam que o aumento não foi bem explicado na reunião, mas que depois um dos técnicos da empresa informou que a taxa adicional era proveniente do transporte da produção até à fábrica de Moju⁵⁸. Posteriormente, houve a promessa que esse adicional será eliminado quando a fábrica de Garrafão do Norte estiver em funcionamento, daí a esperança que consigam obter um “lucro” maior com a produção no futuro. Porém, como vimos no começo do capítulo, os funcionários da empresa afirmaram que isso não acontecerá, já que o contrato estipula que os cachos sejam entregues em Garrafão e o valor cobrado, segundo eles, refere-se somente ao frete realizado até ao município.

A segunda questão relaciona-se ao receio daqueles que não possuem trator e têm a esperança que, ao invés de serem prejudicados com a construção da fábrica, sejam beneficiados com a diminuição na taxa que acreditam pagar até Moju, conforme exposto por Sr. Caeté. Por outro lado, a primeira entrevista demonstra como os agricultores que possuem trator veem como fator positivo a possibilidade de transportarem a produção até à empresa, para assim obterem R\$ 290,00 por tonelada, sem subtrações referentes ao custo do frete, além da possibilidade de decidir quando realizar o transporte.

Figura 3: Transporte da produção de dendê dos agricultores até à empresa.



Fonte: Pesquisa de campo, realizada em julho de 2017.

⁵⁸ Ainda que não haja certeza nessa notícia, ela exemplifica as confusões quanto a informações que não são totalmente explicadas pela empresa. E demonstra que, usualmente, as dúvidas não são questionadas diretamente com a empresa, mas com seus técnicos.

Por fim, há a reclamação de que o valor de R\$ 40,00/t é cobrado para todos, sem distinção em relação à distância em que a propriedade fica da empresa ou da dificuldade de acesso. Isso faz com que agricultores que moram próximos à sede da Marborges pensem ser injusta a cobrança “igualitária”, já que residem em locais mais acessíveis e por isso estariam pagando pelos demais.

Além disso, percebemos em campo que certos agricultores que possuem contratos mais antigos, e atingem uma produção muito elevada, recebem um desconto no valor do frete conforme o peso da produção. Segundo informou Sr. Araguaia, com quinze a vinte toneladas na quinzena a empresa envia o contêiner para buscar seus cachos de dendê, sem a cobrança do carregamento. “Quando dá só quatro, cinco toneladas a gente leva. E se eles vierem buscar também no transporte deles, quando é quatro, cinco toneladas, cobra trinta reais por tonelada. Quando é muito, não; eles deixam o contêiner e a carreta vem pegar aí⁵⁹.”

Ressalta-se que a oferta de desconto busca valorizar aqueles que estão se diferenciando com uma produção elevada dos cachos, baseando-se em um ideal de meritocracia usualmente empregado pelas elites agroindustriais ao integrarem agricultores às suas cadeias produtivas (BRUNO, 2016). Assim, a redução ou anulação na cobrança do frete aos que se aproximam das metas produtivas da empresa faz com que outros colonos, que não possuem uma produção tão alta, recompensem o valor que não é pago pelos demais. Ações como essas objetivam criar relações concorrenciais entre os próprios agricultores e estender a lógica empresarial às suas práticas (ARAÚJO; SILVA, 2016).

Na fala a seguir, o Funcionário 1 da empresa demonstra como a seleção dos agricultores para produzir dendê depende justamente da logística da busca dos cachos nas localidades:

Existe uma pesquisa, você faz e vai ver a logística. Se tem cinco, seis, sete [agricultores] perto que vai fazer, vai. “Não, sou só eu.” “Então esquece, esquece que nós não vamos fazer. Que a gente não vem aqui só buscar fruto de um cara.” Quem paga o frete é o agricultor, mas a logística quem faz é a gente. Você chega na terra do agricultor, é só juquira, ele se embalando numa rede, situação difícil, e aí? A gente quer ajudar, mas será que vale a pena, será que o cara tem disposição igual a um funcionário da empresa pra trabalhar? [...] A gente vai fazer uma indústria. Nós vamos fazer uma indústria contando com todo mundo, um time de futebol não é onze? Se tirar um dá um buraco do diabo, a mesma coisa nossa indústria, se tirar um agricultor desses fica um rombo. Um agricultor desse a gente espera dele 200 toneladas por ano, se tirar um é 200 toneladas a menos. O nosso nível de extração é 20%, 22%, a gente bota 20%, ou seja, em cada tonelada processada a gente tem 200 quilos de óleo (Funcionário 1. Entrevista realizada em 18 de julho de 2017).

O entrevistado expõe um dos principais benefícios da Marborges em integrar agricultores à sua cadeia produtiva, que transcende a aquisição do Selo Combustível Social. A lógica

⁵⁹ Quando isso acontece, estes agricultores podem dividir o armazenamento no contêiner com agricultores vizinhos, como é o caso de alguns deles, que nem sempre consegue preencher todo o conteúdo do recipiente. Apenas neste caso, tanto o agricultor com a produção elevada quanto o vizinho não pagam o frete.

baseia-se no que Oliveira (2004) denomina de monopolização do território pelo capital⁶⁰, pois a empresa utiliza-se das terras dos agricultores para obter os cachos e a quantidade de óleo de palma prevista para a nova agroindústria. Assim, a Marborges economiza gastos ao não aumentar suas posses fundiárias, bem como ao não assalariar um maior contingente de empregados para trabalhar em seus dendeais⁶¹, transferindo as responsabilidades aos agricultores que utilizarão mão de obra familiar e contratarão diaristas para manter os cultivos.

Há, porém, alguns critérios para que o colono seja ou não “incluído” no projeto. O primeiro baseia-se na representação entre agricultores “trabalhadores” e “preguiçosos”, em que os últimos supostamente não teriam o mesmo vigor para o trabalho que os funcionários da empresa. Como observa Bruno (2016), a escolha dos agricultores “vocacionados” pode reafirmar a exclusão daqueles considerados “sem condições”. Além disso, são selecionados apenas os colonos que residem próximos àqueles que produzem dendê, para que a empresa mantenha sua logística de frete sem prejuízos econômicos.

Com isso, os entrevistados veem como boa a busca da produção no lote (8,2) e o transporte da produção no prazo (7,7), uma vez que não é comum haver atrasos e porque os caminhões acessam os ramais até chegar às suas propriedades. Não se reclamou, portanto, da perda no peso e na qualidade dos cachos, e consequentemente do valor pago pelas suas produções, diferente de outros municípios onde realizamos as oficinas do AFInS.

4.3.2 A assistência técnica

Ainda que o cumprimento em relação às obrigações com assistência técnica também tenha sido considerado bom (7,3), e que os técnicos da empresa costumem visitar os agricultores mensalmente⁶², os entrevistados afirmam que não recebem uma “assistência” propriamente dita, mas inspeções que fiscalizam se o plantio está sendo realizado da forma correta ou para contabilizar os cachos no dia da colheita. Segundo Sr. Caeté, “o fiscal só vem conferir os cachos, vê quantos cachos vai dar, né? Só isso mesmo”. Para Sr. Guajará, “eles só olham e vão embora. Tinha que explicar mais”. Outras reclamações podem ser visualizadas nos dizeres a seguir:

Só vieram dar uma olhada aí, disse que vinha e até hoje não veio ninguém. Aí quando eu vejo um problema assim, eu vou lá com o gerente, né? Falo pra ele, aí ele manda um rapaz que tem lá com ele. Aí ele olha, faz aquela coisa, mas nunca trouxeram um resultado concreto. Eu não tenho não assistência. E foi garantindo e pro-

⁶⁰ Isso acontece quando os empreendimentos optam por subordinar e direcionar a renda da terra camponesa de acordo com suas demandas comerciais, sem a necessidade de se territorializar e comprar as propriedades dos agricultores (OLIVEIRA, 2004).

⁶¹ Que, diferente dos diaristas contratados pelos agricultores, possuem salários fixos e direitos trabalhistas.

⁶² Neste caso, em específico, utilizamos a moda ao invés da média, uma vez que aquela coincide com a frequência com que a maioria dos agricultores (63%) recebe visitas da Ater: doze vezes ao ano.

metido desde o início. Só que eles tão falhando nisso aí. Aí, eu sempre digo bora fazer uma reunião pra gente falar sobre isso, mas uns querem ir e outros não querem ir, daí não adianta, tem que ser todo mundo. Aí, só cinco ou seis não adianta ir. Até porque o velho lá [da empresa] é muito entendido, se você diz ele desdobra. Tá tudo do mesmo jeito, em nenhum canto tem assistência (Sr. Guamá. Entrevista realizada em julho de 2017).

Com o técnico melhoraria. É porque a gente trabalha sem técnico. No começo era meio embaçado, não entendia. O [auxiliar técnico] que dava uma aulazinha, mas aí a gente vai pegando o ritmo e vai no rumo. Sobre isso tudo eu já sei. Quando eu arrumo um diarista pra fazer o serviço eu já sei dizer mais ou menos o que é pra ele fazer, como faz pra tirar (Sr. Jari. Entrevista realizada em julho de 2017).

Lembremos que tanto o PNBP quanto o Protocolo de Intenções Socioambientais da Palma concebem a oferta de assistência técnica como tema fundante da promoção de inclusão social e melhorias aos agricultores familiares integrados às agroindústrias (BRASIL, 2011; PARÁ, 2014). Segundo ambos, a capacitação para a produção da oleaginosa deve ser compatível com a segurança alimentar das famílias. No entanto, em Garrafão do Norte, a orientação dos técnicos limita-se exclusivamente ao cultivo do dendê.

Apesar das limitações da Ater oferecida pela empresa, o grau de satisfação referente à orientação na produção de dendê foi considerado bom (Tabela 5), principalmente porque 89% dos entrevistados nunca haviam recebido qualquer tipo de assistência técnica até se integrarem à cadeia produtiva da oleaginosa. Assim, era comum que dissessem que os técnicos da empresa “pelo menos” iam até seus lotes. Hoje, apenas 11% afirmam receber visitas por meio da Emater (em especial a elaboração do Cadastro Ambiental Rural, que foi necessário ao início dos cultivos). Antes da integração à agroindústria, só 9% tinham recebido serviços pontuais do mesmo órgão e, entre eles, 6% outras formas de assessorias particulares.

Tabela 5: Trabalho dos técnicos da empresa nos lotes.

Atividade	Satisfação	
	Média	D. padr.
Orientação à produção de dendê	7,42	± 2,00
Orientação a outras culturas	1,00	0,00
Tratamento concedido às famílias	8,38	± 2,03

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

O tratamento dos técnicos às famílias dos agricultores também foi considerado bom. Os entrevistados comumente os definiam como pessoas “bacanas”, sobretudo o auxiliar técnico da empresa, que segundo informaram é quem trabalha diretamente com os agricultores. No entanto, apesar de considerado uma pessoa estimada, o sujeito não é considerado como um “técnico de verdade”. Segundo Sr. Juruá, “nós não temos técnico. Eles mandam a pessoa pra fazer vistoria, levantamento, mas não é um técnico formado”. Há pouco, Sr. Jari também considerou a assistência por ele oferecida como uma “aulazinha”, que depois teria que repassar

aos seus diaristas. De todo modo, a proporção é de um técnico da empresa para cada trinta famílias que produzem dendê, desde que adicionemos o funcionário sem formação profissional na contagem.

Poderia se pensar, como previsto pelo PNPB, que o serviço oferecido pela empresa pode ser considerado “inclusivo” diante da constatação de que 89% dos agricultores não possuíam assistência técnica antes da integração à cadeia produtiva da oleaginosa. Essa afirmação, porém, se basearia em uma concepção de inclusão social como mera inserção à política (BONETI, 2006), desconsiderando as queixas dos entrevistados em relação ao caráter fiscalizatório da Ater e de que não existem orientações em relação às culturas de autoconsumo.

Assim, percebemos que a exclusão no acesso à Ater foi substituída por uma inclusão marginal (MARTINS, 1997), uma vez que se destina apenas ao cultivo do dendê. No entanto, os agricultores não consideram como “assistência” esta única finalidade, que reside em auxiliá-los a elevar o peso de seus cachos segundo as metas produtivas estabelecidas pela empresa. De modo geral, o serviço ofertado não rompe com o caráter difusionista da Ater, há tempos questionado no Brasil (LANDINI, 2015).

4.3.4 O financiamento

A transparência quanto à dívida do financiamento, apesar de considerada boa (7,6), recebeu duas críticas. Primeiro, porque alguns agricultores dizem não receber o comprovante de pagamento da produção, em que parte do valor é posteriormente descontada na parcela anual da dívida, causando-lhes o receio de serem cobrados injustamente no futuro. Segundo, porque faltam explicações sobre o funcionamento do sistema de avalistas que firmaram reciprocamente com seus vizinhos, no ato de assinatura do contrato de integração com a agroindústria⁶³.

Porque assim, nós aqui um é financiador do outro. O meu parceiro que é o Dalcídio, mora aqui do outro lado e tem também dendê. Compadre F. era pra ser meu avalista, mas já é do M. ali, aí é homem que pode porque aí tem condições e o [vizinho] daqui também, tem muita pimenta. Eles pagaram, então um limpou o nome do outro. Eu paguei a minha parte, e ele ali [o financiador] faltou três mil e meu nome tá no SPC [Sistema de Proteção ao Crédito] por causa dele. Aí eu digo “rapaz, ele não pagou porque ele não quis, porque ele tirou mais do que eu na safra dele” e não pagar o banco por quê? Aí eu até disse pro [funcionário da empresa], eu não sou contra o banco cobra trinta por cento esse ano agora, porque é bom que ele cobre, pra quando chegar no final do ano ele já ter o dele (Sr. Guamá. Entrevista realizada em julho de 2017).

⁶³ “Esses contratos são assinados pelo eminente – que é a pessoa que faz o empréstimo (chefe de família); mais seu cônjuge ou companheira; e ainda por um casal de avalistas, que são pessoas que também já estão integrados ao processo. Fecha-se com isso um ciclo no qual os agricultores de forma indireta acompanham o desenvolvimento do plantio do vizinho, estão diretamente ligados em todo processo burocrático e tornam-se responsáveis por sua dívida e pela dívida do vizinho do qual é avalista.” (GOMES; MAGALHÃES, não paginado, 2016).

A narrativa demonstra a indignação de Sr. Guamá por seu nome supostamente estar no SPC devido à inadimplência de outro agricultor. Ele chega a afirmar que é a favor que o banco cobre com mais veemência a dívida do próximo ano, para que Sr. Itacaiunas se esforce para pagá-la. Como outros agricultores, eles não conseguiram quitar totalmente a parcela anual do financiamento, que custa R\$ 10.000,00 (vale recordar que o valor total do financiamento é de R\$ 80.000,00⁶⁴). Houve então um acordo entre a empresa e o Basa para que produtores na mesma situação pudessem transferir o valor faltante para as parcelas dos próximos anos, quando esperam que o retorno econômico de suas produções já esteja mais avançado. Outros, no entanto, preferiram utilizar-se de suas fontes de renda para sanar o déficit, como Sr. Guajará: “no meu faltou dois mil e seiscentos [reais]. Eu vendi gado e paguei”.

Ressalta-se que só os agricultores que iniciaram o plantio em 2011 (43% da amostra) já pagam o financiamento, uma vez que a despesa inicia-se apenas no sexto ano de contrato. Após o cumprimento da primeira parcela da dívida, mais da metade (53%) afirmou que não sobraram recursos advindos da produção de dendê. Em geral, esses entrevistados atribuíram uma nota baixa⁶⁵ (3,2) acerca do que resta após o pagamento. Para Sr. Acará, a esperança é que o dendê ao menos “se pague”, já que “o que o cara pega não dá nem para terminar o serviço todo”. Segundo Sr. Juruá, que precisou vender pimenta-do-reino para quitar a primeira parcela: “No momento, o dendê não me sobra nada. Vivo da agricultura”.

Ainda assim, os agricultores atribuíram uma nota média positiva (8,2) em relação à expectativa de conseguir quitar o financiamento. Eles baseiam suas esperanças ao perceberem a sua produção ou a de seus vizinhos aumentando no decorrer do tempo e, sobretudo, porque o dendê é “[...] cultura permanente que inicia seu ciclo econômico produtivo no terceiro ano, atinge a plenitude de produção no oitavo ano e estende-se até o vigésimo quinto ano após o plantio” (MÜLLER, 1980, p. 7). Desse modo, os colonos esperam que seus 10 ha de dendê proporcionem cerca de 200 toneladas a partir do oitavo ano, conforme a previsão da empresa. Analisaremos este tema detalhadamente no último capítulo, referente aos sentimentos dos agricultores quanto à produção.

4.3.5 Os insumos

A questão dos insumos recebeu a nota média mais baixa (7,1) quanto ao cumprimento da empresa em relação às obrigações do contrato. As falas a seguir são representativas das principais reclamações dos agricultores.

⁶⁴ Cujo prazo de reembolso é de até 14 anos, incluídos 6 anos de carência, com juros de 2% ao ano.

⁶⁵ Notas médias atribuídas com a escala de intensidade.

Porque na época que iniciou esse projeto aí, teve um negócio do adubo pra nós: foi muito dinheiro e pouco adubo pra nós. E o que eles fizeram agora foi mais adubo e pouco dinheiro, né? Pra nós já foi ruim, porque nós passamos dois anos sem adubar. Aí a produção foi pouca. Agora tá mais ou menos. Daí a questão do adubo é atrasado, mas tá cumprindo (Sr. Caeté. Entrevista realizada em julho de 2017).

Eu faço o que eu posso lá dentro [do dendezeal], todo tempo tá limpinho, se eu não “tô” adubando ele da forma que eles querem é porque eles prometem botar o adubo pra gente e o adubo não chega. Então se chegasse eu botava lá. Por exemplo, eles prometeram duas toneladas de adubo agora antes de findar a chuva, porque adubo tem que ser colocado enquanto tem chuva que tá escorrendo bem, né? Então esse adubo não chegou até agora. Então se tivesse chegado “tava” lá. Porque chega adubo num dia, no outro dia eu “tô” colocando. Porque esse adubo, que eles mandam, é pra ficar descontando na produção, né? Então não tem risco nenhum deles perderem, quanto mais aplicar em cima do agricultor mais produção vai ter. Eu, por exemplo, chega num dia eu coloco no outro, dependendo de tá chovendo. Se, por exemplo, chegar agora eu já não posso mais fazer isso, porque já não tá mais chovendo. Como não tá mais chovendo, se eu colocar lá eu vou perder adubo. E aí eu vou ter prejuízo, porque não vai servir mais lá, né? Se eu ver chuva eu corro lá e coloco, mas senão, eu não posso colocar (Sr. Juruá. Entrevista realizada em julho de 2017).

A adubação deve ser realizada duas vezes ao ano, com aplicação de 2 kg do fertilizante NPK⁶⁶ por planta. Ao todo, os agricultores devem comprar seis toneladas anualmente, o que lhes custa cerca de R\$ 9.600,00⁶⁷. Nos três primeiros anos de contrato, este valor é descontado diretamente dos recursos advindos do financiamento bancário⁶⁸. Após o período, a empresa procura intermediar a compra dos agricultores junto às indústrias que vendem os insumos. A primeira entrevista ilustra a reclamação referente ao início da produção de alguns produtores, com contrato de 2011, que receberam uma quantidade pequena de adubo na fase de crescimento da planta, não lhes permitindo uma produção e rentabilidade elevada na atual fase de colheita, já que seus cachos ainda estão com peso baixo.

Ambos os entrevistados afirmam que o atraso no adubo continua sendo recorrente, não permitindo uma boa produtividade da planta, que necessita da utilização apropriada dos insumos no período produtivo e não-produtivo (MÜLLER; FURLAN JUNIOR, 2001). Além disso, os produtos devem ser aplicados na temporada correta, daí a reclamação para que a empresa não atrase a sua entrega. Aliás, alguns entrevistados pensam em vender o adubo que podia estar sendo utilizado, para então compensar o valor gasto⁶⁹. Apesar dessas dificuldades, eles consideram, em média, que empresa é transparente quanto ao custo (8,2) e a quantidade dos

⁶⁶ A sigla designa a relação entre os nutrientes de Nitrogênio (N), Fósforo (F) e Potássio (P).

⁶⁷ Uma vez que o produto custa atualmente R\$ 1.600/t – comercializado em tonelada – e em 10 ha de dendê existem 1.430 plantas.

⁶⁸ Os agricultores também recebem parcelas bimensais de um salário mínimo nos três primeiros anos, para manter os tratos com o dendê e a alimentação de suas famílias. Esse é o período de manutenção do cultivo. Posteriormente, espera-se que o plantio produza os cachos e o agricultor inicie a comercialização à empresa.

⁶⁹ Conversamos com um ex-técnico da empresa e outros entrevistados que relataram a venda de adubo por alguns agricultores pioneiros, que iniciaram o cultivo de dendê por contrato em 2011. Segundo informaram, hoje essa prática é incomum, uma vez que a experiência daqueles que a fizeram resultou em uma baixa produtividade que têm reflexos até hoje.

insumos (7,9), uma vez que explica com clareza como ocorre o processo de compra junto às indústrias.

4.3.6 O pagamento da produção

Os entrevistados também consideram boa a transparência no pagamento da produção (8,2) e muito boa a pesagem dos cachos de dendê (8,5), pois a empresa utiliza a balança para contabilizá-los na frente dos agricultores. Já o cumprimento do pagamento, apesar de considerado muito bom (8,8), possui alguns inconvenientes. Primeiro, porque o valor dos cachos não segue a cotação do dólar, conforme prometido na reunião inicial, mas que não consta no contrato. Segundo, porque a produção só é paga depois de trinta dias, dificultando a manutenção das atividades agrícolas.

A gente acha que é muito coco pra pouco dinheiro, tá entendendo? Aí, a empresa falou na reunião que era conforme o dólar, né? Se o dólar subisse ia subir o preço. Aí, ano passado o dólar subiu e nada de aumentar o do nosso coco. Mesmo preço. Aí vieram com umas conversa velha pro nosso lado. Aí nós não, o colono não tem tanto poder! É que nem assim, só tem uma empresa aqui, né? A gente tem contrato com ela, não tem outra concorrente, não tem outra concorrente aqui, pra vender o produto, só tem ela, e a gente vai fazer o que, né? (Sr. Caeté. Entrevista realizada em julho de 2017).

Isso é muito ruim. Eu tenho outras coisas. Tenho veterinário, tenho peixe, gado... Às vezes [outros] têm dificuldade de pagar o trabalhador. O trabalhador que trabalha de diária você sabe que no final da semana ele tem que receber. No caso da agricultura familiar é a família dele, mas precisa de dinheiro. Daí vai [a produção] e volta [o pagamento] só com trinta dias. Não aconteceu de eu ficar com dificuldade, porque eu tenho as outras coisas. Mas vai pra lá e só volta com trinta dias o meu [pagamento] também. Mas aí eu arrumo com o que pagar os que estão trabalhando. [...] Quer dizer que com esses trinta dias, ela [empresa] se capitaliza com o nosso dinheiro. Ainda não questionei isso com eles não, mas é uma coisa que a gente tem que observar (Sr. Araguaia. Entrevista realizada em julho de 2017).

Rapaz, é o seguinte. Eles vieram com a conversa que era pra gente entregar a produção lá na firma, ali, né? Mas daí depois de tanta coisa que eles fizeram, como que a gente ia adquirir carro pra fretar? Porque o dinheiro desse coco, quando a gente manda pra lá, ele vem chegar com trinta dias na nossa mão. Demora tudo isso. E é preciso o cara tomar providência disso aí também. Porque se tu manda dez mil quilo de coco pra firma, a firma leva e só com trinta dias vai pegar o cheque – e ainda é o cheque – pra poder trocar por dinheiro. Aí tu bota um trabalhador pra cortar o coco, de tardezinha o pobre vai querer o dinheiro dele. É preciso vocês [pesquisadores], que andam trabalhando, ajudar a gente, porque não pode, não pode! (Sr. Tocantins. Entrevista realizada em julho de 2017).

A primeira entrevista ilustra a insatisfação referente à mudança na explicação sobre os R\$ 290,00/t pagos pela produção. Segundo os agricultores, só recentemente a empresa esclareceu que o valor baseia-se, na verdade, em 10% do preço da tonelada do óleo de palma na Bolsa de Roterdã. Diante disso, o entrevistado acredita que existe uma desproporção entre o volume e o retorno econômico de sua produção, daí a esperança que o preço dos cachos seguisse a alta do dólar, como a Marborges prometera. Por fim, afirma que os colonos não têm

poder suficiente para reivindicar mudanças diante do contrato de fidelidade firmado com a agroindústria, sobretudo sem uma organização específica que os represente diante dos assuntos sobre o cultivo de dendê.

Apesar de ser um agricultor com contrato “particular”, Sr. Araguaia vende sua produção para a Marborges, uma vez que é a ela que está integrado. Ele não costuma ter dificuldades para pagar seus diaristas, já que possui outras fontes de renda. No entanto, diz conhecer a realidade de vários agricultores do município e ressalta, por isso, o quanto o prazo de trinta dias no pagamento dificulta o trabalho daqueles que precisam pagar diaristas e manter o plantio, principalmente quando dependem bastante da remuneração do dendê, como é o caso de Sr. Tocantins. Este, por fim, relata ainda a dificuldade que os agricultores têm para arcar com os custos do frete, diante da demora no pagamento da produção⁷⁰.

4.3.7 As reuniões

Em campo, os entrevistados usualmente questionavam a paralização das reuniões realizadas pela empresa com os agricultores, lamentando que a agroindústria só os convocara para conversar enquanto se interessava em iniciar o empreendimento no município (de fato, recentemente, a Marborges tem reunido em especial os colonos que iniciaram o plantio em 2017). Assim, muitos receiam cobrar sozinhos serviços ou explicações, ainda que lhes chateie a extinção das reuniões. Esse é o caso de Sr. Humaitá: “antes, quando tinha reunião, eu reclamava com eles se tinha algo de errado. Mas agora não tem, daí acabo não falando”. Outra dificuldade refere-se ao conhecimento apenas regular dos termos do contrato (5,9), apesar de quase todos os agricultores (97%) os terem em mãos.

Dos entrevistados, apenas 20% disseram possuir conflitos com a empresa. Deles, cinco buscaram resolvê-los diretamente com os funcionários da agroindústria, face a face, e uma pessoa mediante o sindicato. A média da satisfação com a resolução desses conflitos é regular (5,8), pois algumas demandas dos colonos são atendidas e outras não. No geral, há uma política de não enfrentamento às determinações da Marborges, sobretudo sem as reuniões que lhes permitiam fazer reclamações em conjunto. Alguns colonos, aliás, percebem na empresa o poder do “mais forte”.

Porque daqui pra empresa ali só dá três quilômetros. Aí tem gente que mora aqui a dez quilômetros e é o mesmo quarenta reais [do frete]. Aí já dei uma batida na tecla, mas eles “não, você sabe que a regra vem lá de fora e eu não posso quebrar”. Ano passado devo ter pagado quase uns cinco mil reais só de frete daqui pra ali. É, não tem jeito, sempre o cara tem que passar a perninha no mais fraco. Só quanto a isso aí que reclamei. Mas uma vez só. Aí, eu vi que não tinha jeito, parei. Eu não gosto,

⁷⁰ O entrevistado lembrou também que há despesas para se locomover e sacar o cheque no Banco da Amazônia da sede municipal de Capanema, que se localiza a cerca de 100 km de Garrafão do Norte.

ainda mais com quem pode, né, meu amigo? A gente reclama, mas... (Sr. Guamá. Entrevista realizada em julho de 2017).

Em suma, a ausência de uma organização específica que os represente dificulta reivindicações que poderiam trazer-lhes benefícios, pois há o receio de reclamar individualmente questões que os inquietam. Simultaneamente, não existe hoje uma insatisfação latente, comum à maioria, que potencialize maior mobilização coletiva. Outro fator importante é a ausência de um histórico recente de organização político-produtiva que os permitisse uma estrutura prévia para se organizarem em relação ao cultivo de dendê, bem como para conhecerem e reivindicarem efetivamente os direitos que lhes cabem no contrato.

Diante do exposto até aqui, pode-se afirmar que a empresa possui o controle da produção, comercialização e do contrato, fato que repercute no caráter fiscalizatório da assistência técnica, nas reclamações quanto ao preço do frete e nas insatisfações com o atraso no pagamento da produção. Assim, diferente do promulgado pelo PNPB, acerca do diálogo entre agricultores-sindicato-empresa, é a agroindústria local que busca ditar as determinações relativas ao monocultivo.

4.3.8 A proibição do consorciamento

Uma das determinações foi a proibição do consorciamento de outras agriculturas ao cultivo do dendê assim que se iniciaram os plantios em 2011. O principal argumento da agroindústria consistia na ideia de que plantações como a mandioca poderiam retardar o processo de crescimento da palma, o que impediria o agricultor de obter recursos para pagar seu financiamento no sexto ano de contrato.

Quando foi plantado o dendê na nossa região, eles [da empresa] falavam que o dendê tem que ser uma cultura única, né? Porque poderia muito bem, com a mandioca, retardar o processo de crescimento. Como o projeto era financiado, tinha o objetivo de fortalecer rápido [a planta] que era pra poder ter suporte de pagamento. E o meu, como era independente, eu aprontei logo de plantar as outras culturas. E inclusive pra mim foi bastante resultado. Se fosse financiado, com a produção de mandioca que eu produzi lá no consórcio, já dava de pagar era o projeto que é de uma média de oitenta mil reais, eu apurei uns cento e vinte mil reais onde o gasto foi uns quarenta, então já tinha dado suporte pra mim pagar já (Sr. Araguaia. Entrevista realizada em 12 de julho de 2017).

Por ser um agricultor que possui contrato diferenciado com a empresa, Sr. Araguaia pôde consorciar seu dendê com outros cultivos. A autonomia parcial lhe permitiu um bom retorno com a mandioca, pois naqueles anos houve uma alta valorização da farinha no estado do Pará⁷¹. Por esse motivo, o entrevistado acredita que poderia pagar o financiamento de R\$

⁷¹ “De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese/PA), o quilo da farinha nas feiras e supermercados de Belém em fevereiro de 2012 custava em média R\$ 2,97 e fechou o ano

80.000,00 com o lucro advindo dessa cultura. Em sua opinião, o dendê deve ser consorciado com outras lavouras para gerar rendas alternativas aos agricultores.

Diferente do Sr. Araguaia, Sr. Paru possui o contrato da agricultura familiar com a empresa. Em seu estabelecimento há um desequilíbrio entre a unidade de produção e a de consumo, pois o agricultor não possui filhos homens e tem dificuldade para contratar mão de obra, uma vez que não está prosperando com o dendê. Quando iniciou o cultivo em 2011, seu desejo também era realizar o consórcio, mas não pôde devido à proibição: “Me perdi, se tivesse feito já tinha bamburrado. A mandioca ‘tava’ com o preço alto”. Seu vizinho, Sr. Arari, não pôde fazer o consórcio em 2011 pelo mesmo motivo. Em 2014, porém, adquiriu outro contrato, assinado por sua irmã, e decidiu apostar no consorciamento. Em sua percepção, ao contrário do que afirmara a Marborges, o adubo também ajudou bastante no desenvolvimento das outras lavouras: “a proibição era burrice da empresa. Faz é melhorar”.

Figura 4: Consórcio de dendê com feijão.



Fonte: Pesquisa de campo, realizada em julho de 2017.

Sr. Trombetas, que compartilha da mesma opinião, não esperou a permissão da empresa e consorciou desde o início do seu contrato em 2011. Segundo informou, o adubo em muito ajudou o feijão e a mandioca, porém matou muitos pés de pimenta⁷², o que impediu a lucratividade com esta cultura no seu pico econômico. Posteriormente, os funcionários da Marborges o elogiaram em uma reunião com agricultores na localidade da Simeira, exaltando o sucesso da sua experiência. O colono ironizou o ocorrido, já que no início não se permitia essa

com R\$ 5,56. Nos dois primeiros meses de 2013 o preço atingiu R\$ 6,83 com um aumento acumulado de 22,84% contra uma inflação de 1,44%.” (MODESTO JÚNIOR.; ALVES; NASCIMENTO JÚNIOR., 2017, p.1).

⁷² Os técnicos, como procedimento padrão, aconselharam-lhe apenas a não fazer isso, pois prejudicaria a produção do dendê. Mas não alertaram sobre os riscos dos pesticidas para as outras culturas. Pelo contrário, afirmavam que a pimenta prejudicaria o crescimento do dendê.

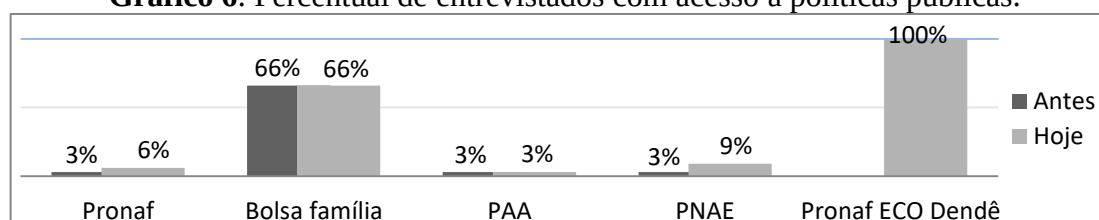
forma de produzir e hoje é aceita nos três primeiros anos, quando o dendê está pequeno e não sombreia os outros cultivos, tampouco as suas raízes dificultam o trabalho do agricultor.

Ressalta-se que a empresa só permitiu o consorciamento depois da desobediência do protocolo por colonos como o Sr. Trombetas. De qualquer forma, a proibição de outrora demonstra como o objetivo da Marborges é exclusivamente a produção de dendê. Pode-se afirmar, assim, que a forma de inclusão mediante integração às agroindústrias não tem levado em consideração as diferenças dos agricultores, em especial as suas agriculturas (como acontece com o oferecimento de assistência técnica unicamente para a produção de dendê). A prioridade da empresa reside, portanto, no aumento das produções para gerar a quantidade de óleo que se pretende obter com a nova indústria.

4.4 O ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS E CURSOS

Diante das avaliações expostas, restar entendermos por que quase todas as médias das notas referentes às obrigações da empresa, presente no tópico anterior, são consideradas boas ou muito boas. Ainda há pouco, demonstramos como a condição dos entrevistados, quando não possuíam assistência técnica, os motivava a atribuir uma satisfação positiva à Ater da agroindústria apesar das suas limitações. Do mesmo modo, e em dimensões mais amplas, o processo de exclusão no acesso a políticas públicas também os fazem visualizar na produção de dendê uma oportunidade que pode lhes proporcionar melhorias.

Gráfico 6: Percentual de entrevistados com acesso a políticas públicas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017. Nota: O Pronaf Eco Dendê só pôde ser obtido com a integração à cadeia produtiva da oleaginosa, por isso não há no gráfico uma coluna para essa política pública “antes do dendê”.

O Gráfico 6 ilustra como mais da metade (66%) dos informantes continua a receber os recursos do programa Bolsa Família mesmo após a integração à cadeia produtiva da oleaginosa. Já o acesso a políticas agrícolas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Pronaf, destinados a outras culturas que não o dendê, era e são irrisoriamente acessados pelos agricultores (apesar do leve aumento na obtenção das duas últimas políticas). Por outro lado, todos possuem o financiamento bancário advindo do Pronaf Eco Dendê.

Tabela 6: Financiamento do Basa à agricultura familiar de Garrafão do Norte.

Ano	Dendê		Outras culturas	
	Nº de contratos	Valor (R\$)	Nº de contratos	Valor (R\$)
2011	19	1.055.433,00	18	229.650,75
2012	01	78.144,03	41	159.447,05
2013	24	1.866.577,82	21	64.092,32
2014	24	1.919.040,00	62	290.959,52
Total	68	4.919.195,85	166	744.149,64

Fonte: Banco da Amazônia.

A destinação de recursos à produção da oleaginosa pode ser confirmada nos dados do Banco da Amazônia S/A (Tabela 6). Entre os anos de 2011 e 2014, a instituição financiou R\$ 4.919.195,00 para 68 agricultores de Garrafão do Norte com o Pronaf Eco Dendê. No mesmo período, houve 166 beneficiados por Pronaf destinados a outras formas de agricultura (pimenta-do-reino, mandioca etc.), com um valor total de R\$ 744.149,64⁷³. Assim, ainda que este último grupo tenha mais do que o dobro de colonos que o primeiro, e totalize todas as outras culturas do município, o valor por ele recebido foi quase sete vezes menor, pois 87% do financiamento destinou-se à produção de dendê. As falas a seguir demonstram como os entrevistados percebem a situação.

Pra mim, que nunca fui petista, nunca votei no PT, só vi o pobre mexer com banco quando o Lula foi presidente. Consegue [outros Pronafs] se tiver com a terra em dia, com a documentação atual é fácil, mas senão... E hoje já tá mais difícil. Na época que eu fiz [2011], que eu comecei a mexer, foi uma burocracia danada. Eu lutei e daí eu consegui. Porque tem gente que tem o projeto do dendê e não conseguiu pegar o Mais Alimento, né? Que é o do custeio da mandioca. Tem o projeto do dendê, mas não conseguiu. O dendê é fácil, mas o da mandioca, que é o do pequeno produtor, já tá mais difícil, o banco só tá liberando pra quem já tinha. Pra quem não tinha não tão liberando (Sr. Curuá. Entrevista realizada em julho de 2017).

Eu tentei fazer o custeio da mandioca, que é só dez mil conto, e não saiu. Antes desse dendê aí, ninguém sabia nem quem eu era. Eu não tinha crédito de banco, eu não entrava em banco, não tinha nada! Era, assim, um bicho do matagal mesmo. Aí, depois que eu comecei com esse projeto, o plantio de dendê, foi que eu pude pegar conhecimento com gente grande, com o banco, com a Emater, Adepará, sindicato... Abriu as portas mesmo. Aí, os vizinhos que disseram que a gente ia se lascar, hoje tão louco pra plantar dendê (Sr. Tocantins. Entrevista realizada em julho de 2017).

A gente conseguiu [apoio do banco] porque a empresa se meteu no meio. Quando a gente foi pra lá, já foi só pra gente assinar papel. Acho que se fosse só da conta do agricultor, acho que não resolviam nada fácil não. Ela [a empresa] entrou porque era interessada, ela tinha que vender as mudas, aí tudo organizou. Só gente entendida com o olho, né? Antes não mexia, tinha medo do banco. [...] Meu dinheiro era só o meu, o que eu ganhava eu guardava pra cá uma coisinha pra pagar uma diária. Já hoje eu não confio muito guardar em casa, né? Qualquer troquinho eu corro lá, eu boto lá na poupança. A gente pega conhecimento. Eu chego lá e já é bem recebido, né? O cara já começa a mexer com um troquinho, que quando é tempo de safra aqui cai dez mil, cai sete mil por mês, na conta, né? Só que daí eu tenho que pagar serviço, essas coisas. Mas aí pega conhecimento (Sr. Guamá. Entrevista realizada em julho de 2017).

⁷³ Não estamos considerando os Pronaf destinados à pecuária nem à aquicultura.

Para o primeiro entrevistado, as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar só foram possíveis no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), pois antes os “pobres” não teriam o direito a “mexer” com o banco. Ao mesmo tempo em que cita a oportunidade criada pelo Partido dos Trabalhadores, Sr. Curuá reconhece os simultâneos entraves que os colonos têm ao pleitear custeios para culturas alimentares como a mandioca, se comparado com o dendê.

Sr. Tocantins confirma o relato do vizinho ao recordar que não conseguiu subsídios para produzir mandioca, ainda que o valor solicitado fosse sete vezes menor que os incentivos do Pronaf Eco. O agricultor relata que só após a integração à cadeia produtiva da oleaginosa pôde acessar créditos bancários, pois antes ninguém o reconhecia. Entre outros fatores positivos, afirma que o projeto lhe permitiu contatos com “gente grande”, como o banco, a Emater e a Adepará.

Por fim, a narrativa de Sr. Guamá representa a complexidade da satisfação com o acesso bancário. Primeiro, o entrevistado reconhece criticamente que só houve melhorias em relação ao apoio do Basa porque a empresa intermediou todo o processo, que ocorreu sem entraves burocráticos. A expressão “só pra assinar o papel” refere-se justamente a essa facilidade, inexistente quando não eram integrados à agroindústria local. Além disso, mostra-se consciente dos ganhos da empresa, que lucra com a venda das mudas de dendê, cujo preço é diretamente descontado no financiamento⁷⁴. De todo modo, diz ser atualmente bem recebido no banco e que tem adquirido conhecimento sobre como administrar os valores que recebe, dividindo-os para realizar serviços, comprar adubo, pagar diaristas, etc.

Nos três dizeres, os entrevistados concebem sua condição atual comparando-a com a anterior, quando não possuíam as facilidades que depois obtiveram para acessar o Pronaf Eco. A expressão “abriu as portas”, utilizada por Sr. Tocantins, é representativa do que antes estava “fechado” e hoje é passível de acesso aos agricultores que produzem dendê, fazendo com que outros colonos queiram participar do projeto. Aliás, 60% dos entrevistados afirmam que a possibilidade de obter o financiamento foi um dos motivos para que assinassem o contrato com a empresa. A tabela 7 confirma como o acesso ao banco, antes considerado ruim e hoje bom, foi uma mudança com um dos maiores níveis de significância de toda a pesquisa. Nela, também é possível visualizar que há em média uma boa satisfação com o apoio oferecido pela empresa, em contraste àquele proporcionado pela prefeitura e pelo sindicato.

⁷⁴ Os valores referentes às ferramentas como enxadeco, enxada, bomba de borrifar também são diretamente descontados no financiamento. Porém, se o agricultor já possuir algum dos instrumentos pode solicitar o valor equivalente em dinheiro.

Tabela 7: Acesso ao apoio de instituições.

Instituição	Antes		Hoje		Teste T
	Média	D. padr.	Média	D. padr.	
Banco	3,50	±3,06	6,50	±2,82	p<0,0001**
Prefeitura	3,42	±2,63	3,62	±2,66	p=0,4897 ^{NS}
Empresa de dendê	Não se aplica		7,71	±2,20	Não se aplica
Sindicato	3,71	±3,27	3,71	±3,21	p=0,8594 ^{NS}

Nota: (**) Significativo a 1%; (^{NS}) Não significativo. Notas atribuídas com a escala de satisfação.

A percepção de melhoria referente ao apoio do banco deve ser compreendida diante da exclusão anterior e quase total dos entrevistados em relação a créditos agrícolas. Ao mesmo tempo, se há hoje uma “abertura” à obtenção de políticas públicas, ela é parcial. Conforme demonstramos, a quantidade de agricultores que possui fomentos à produção de culturas alimentares continua irrisória, uma vez que a prioridade governamental reside em subsidiar a produção da oleaginosa em Garrafão do Norte e no Nordeste paraense como um todo. Assim, os agricultores percebem a integração à cadeia produtiva do dendê como uma oportunidade que lhes foi historicamente negada. Daí a boa satisfação com o apoio da empresa.

Ressalta-se, porém, que apesar do elevado grau de significância entre “antes” e “hoje”, a nota média em relação ao atual apoio do banco não é muito alta (6,5). Isso acontece devido à destinação prioritária apenas ao cultivo de dendê e, sobretudo, ao receio de endividamento de parte dos entrevistados. Como argumenta Sr. Guamá:

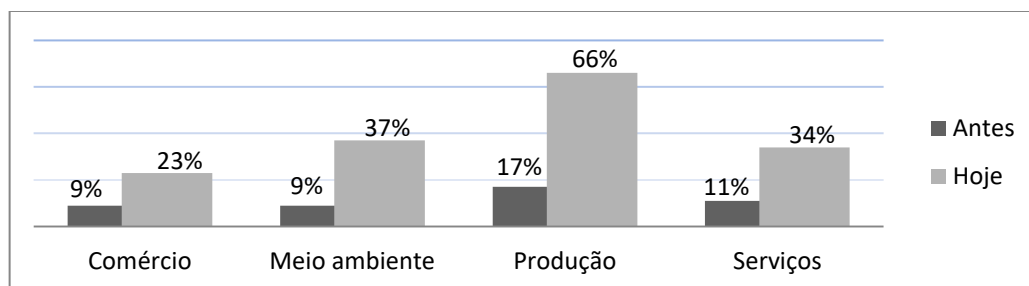
Porque isso aí é muito ruim a gente ficar devendo “pro” banco. Eu vivia mais tranquilo se não fosse essa conta que eu tenho aí. Porque nesse tempo [quando só tinha roça], podia dever uma coisa no comércio, o que era difícil, eu fazia tudo pra não dever. Aí cinquenta mil não é cinquenta reais. Aí você tem que torcer pra aquela produção, aquele fruto dá bem que é pra... Que nem eu disse pro gerente da empresa: jamais eu vou tirar, vender uma roça minha pra pagar parcela de banco. Ou ele dá ou vocês vão se manter, porque vocês garantiram que dava (Sr. Guamá. Entrevista realizada em Julho de 2017).

O entrevistado demonstra sua inquietude diante da dívida do financiamento, uma vez que necessitou negociar com o banco o déficit da primeira parcela. Para explicar o receio, Sr. Guamá também compara sua condição atual com a anterior, quando as dívidas, se existentes, diferenciavam-se bastante do valor que hoje necessita quitar. Além disso, há uma questão moral em não vender a roça para pagar “parcela de banco”, pois a empresa prometera com convicção que o cultivo ofereceria os retornos almejados. No geral, sua inquietação representa a complexidade entre finalmente possuir subsídios que permitam a manutenção de um cultivo e a insegurança com os resultados atuais dele proveniente.

Outra mudança foi o aumento considerável na quantidade de agricultores com acesso a cursos após a integração à cadeia produtiva do dendê. Dos entrevistados, 40% dizem ter rece-

bido da empresa pelo menos uma das formas de cursos presentes no Gráfico 7⁷⁵. Há ainda a oferta mediante o Sebrae (14%), o Senar (17%) e o Senai (23%), que atuam por iniciativa própria e, principalmente, quando são convidados pela Marborges. Por outro lado, somente 9% e 6% dos entrevistados afirmam ter participado de cursos promovidos pela Emater e pelo sindicato, respectivamente.

Gráfico 7: Percentual de entrevistados com acesso a cursos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Como o subsídio bancário, a oferta de cursos pela Marborges ou sua mediação para que outros órgãos os promovam faz com que os agricultores que produzem dendê vejam-se como portadores de reconhecimento que outrora tinham dificuldade de obter. Isso influencia a boa satisfação com o apoio oferecido pela empresa, sempre em contraste com aquele ofertado pela prefeitura ou pelo sindicato, que não atenderiam efetivamente suas demandas. Assim, ao atribuírem notas às reclamações existentes, era comum que as relativizassem diante da obtenção de oportunidades a partir da integração à cadeia produtiva da oleaginosa (essa é uma das razões para o grau de satisfação no que se refere às ações da empresa).

4.5 MEIO AMBIENTE E SAÚDE

Um dos aspectos mais discutidos acerca da expansão do dendê no estado do Pará refere-se aos reais efeitos do monocultivo ao meio ambiente, uma vez que a sua implantação resultou em altas taxas de desmatamento, conflitos territoriais e redução da biodiversidade em países como Indonésia e Malásia, líderes mundiais na produção da oleaginosa (BUTLER; LAURANCE, 2009; WILCOVE; KOH, 2010). Em parte, foi diante desses problemas que o governo brasileiro realizou o zoneamento agroecológico para a delimitação de terras aptas ao cultivo na Amazônia, denominando sua proposta como sustentável (RAMALHO FILHO et al., 2010).

⁷⁵ Os agricultores relataram que a empresa oferece, sobretudo, os cursos de produção, que tratam sobre o cultivo de dendê; e em menor proporção os de meio ambiente, que expõem, por exemplo, sobre os cuidados para que a aplicação de agrotóxicos nos dendezaís não prejudique os igarapés e a saúde humana (tema que trataremos mais à frente).

As interpretações sobre a “sustentabilidade” do dendê, porém, não são homogêneas. Há estudos que visualizam na oleaginosa potencial para recuperação de áreas degradadas, sequestro de carbono e à transição energética sustentável (ALVES, 2011; BECKER, 2010; MONTEIRO, 2013). Outros demonstram processos de desmatamento em áreas inapropriadas para o cultivo (SILVA; SILVA; MACEDO, 2016), bem como problemas de saúde e poluição hídrica ocasionada pelos pesticidas utilizados nas fazendas das empresas (GOMES; SILVA; MACEDO, 2016; MPPA, 2014; REPÓRTER BRASIL, 2013).

Em Garrafão do Norte, os agricultores por nós entrevistados dizem existir poucas áreas de floresta em suas localidades, resultado do intenso processo de desmatamento que o município sofreu com a expansão da fronteira agrícola desde a década de 1970. Eles relatam que tais áreas diminuíram um pouco mais depois de 2011 (Tabela 8), não devido à chegada da empresa de dendê na região, mas a ações pontuais de madeireiros, pecuaristas e de alguns colonos. Já a nota média para referir-se às áreas de capoeira foi um pouco maior, porém não apresentou nível de significância que apontem mudanças entre “antes” e “hoje”.

Tabela 8: Percepção dos agricultores sobre existência de áreas de floresta e copeira.

Áreas	Antes		Hoje		Teste T
	Média	D. padr.	Média	D. padr.	
De floresta	4,97	±2,73	4,34	±2,51	p=0,0428*
De capoeira	6,32	±2,08	6,22	±2,26	p=0,6420 ^{NS}

Nota: (*) Significativo a 5%; (^{NS}) Não significativo. Notas atribuídas com a escala de satisfação.

Os dados tampouco apresentam nível de significância que apontem mudanças na percepção dos agricultores sobre o grau de desmatamento nas localidades em que residem, em beiras de rios ou em seus lotes, após iniciarem a produção de dendê. Por outro lado, eles acreditam que a empresa tem recuperado grande parte das áreas degradadas da fazenda em que realiza seu cultivo, que se encontrava com extensas áreas de pastos nas quais o antigo proprietário desenvolvia atividade pecuária (Tabela 9).

Tabela 9: Percepção dos agricultores sobre o grau de desmatamento local.

Local	Antes		Hoje		Teste T
	Média	D. padr.	Média	D. padr.	
Beira de rios e igarapés	4,65	±2,79	5,23	±2,71	p=0,3790 ^{NS}
Localidade	5,71	±2,39	5,65	±2,30	p=0,6376 ^{NS}
Área da empresa	6,05	±3,28	3,90	±3,10	p=0,0160*
Lotes	4,10	±2,35	4,03	±2,54	p=0,5836 ^{NS}

Nota: (*) Significativo a 5%; (^{NS}) Não significativo. Notas atribuídas com a escala de intensidade.

A visão que alguns agricultores possuem do plantio de dendê como uma forma de reflorestamento influencia essa percepção. Como explica Sr. Curuá: “Não sei se ele tem a serventia [para reserva legal], mas pra mim o dendê é reflorestamento, porque ele fica igual uma mata”. Sr. Juruá pensa de forma semelhante: “Lá onde eu botei [o dendê] era pasto. E como era pasto não protegia nada. E com ele protege mais, né?”. Diferente da compreensão dos entrevistados, Lees et al. (2015, não paginado) afirmam que o monocultivo, como as pastagens, possui baixo potencial para a conservação da biodiversidade amazônica, pois não oferece habitat para a maioria dos animais que necessitam da floresta para sobreviver. Por isso, a “[...] pressão política exercida pelos grandes proprietários de terras para permitir que a palmeira conte como substituto da vegetação da floresta nativa em terras privadas com déficits de restauração da floresta teria consequências terríveis para biodiversidade regional”.

Segundo os entrevistados, não houve em suas localidades diminuição da disponibilidade de recursos naturais como pesca, frutos nativos e ervas medicinais. Por outro lado, a quantidade de caças, cipós, titica e ambé apresentaram alterações com alto nível de significância entre “antes” e “hoje” (Tabela 10). Apesar dessa percepção, os colonos não a atribuem à expansão dos dendezaís no município, pois afirmam que o processo acontece há bastante tempo, devido à ação de pessoas que praticam queimadas nas áreas restantes de florestas ou que caçam sem preocupar-se com a extinção dos animais.

Tabela 10: Percepção dos agricultores quanto à disponibilidade de recursos naturais.

Recursos	Antes		Hoje		Teste T
	Média	D. padr.	Média	D. padr.	
Caça	5,64	±2,89	4,25	±2,59	p=0,0067**
Pesca	5,79	±2,61	5,03	±2,51	p=0,0557 ^{NS}
Frutos nativos	5,52	±2,28	5,20	±2,17	p=0,1960 ^{NS}
Ervas medicinais	4,32	±2,25	3,90	±2,22	p=0,1301 ^{NS}
Cipós, Titica e Ambé	3,93	±3,23	2,87	±2,35	p=0,0045**

Nota: (**) Significativo a 1%; (^{NS}) Não significativo. Notas atribuídas com a escala de satisfação.

Ressalta-se, no entanto, que 17% dos informantes afirmam não dispor de área de Reserva Legal⁷⁶ em seus lotes, requisito obrigatório para a integração à cadeia produtiva do dendê. Antes essas áreas possuíam em média 10,2 hectares; hoje possuem 8,3 ha. Se os dados não permitem afirmar que houve diminuição das RL após a introdução da oleaginosa nas propriedades (p=0,32), a quantidade atual de entrevistados (60%) com menos de 10 ha de reserva

⁷⁶ “[...] área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12 [do Código Florestal], com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.” (BRASIL, 2012b, p. 1-2).

atesta uma pequena disponibilidade de área de florestas nos lotes dos agricultores, que possuem, em média, 44 ha.

Para Mota et al. (2015), os 10 ha de dendê somados à exigência de manter a RL⁷⁷, limitam principalmente as culturas anuais do sistema de “corte e queima”⁷⁸ nos estabelecimentos menores, reduzindo o período de pousio necessários ao rodízio de áreas. Gomes e Magalhães (2016) afirmam que a falta de espaço tende a forçar os agricultores a adentrar as poucas áreas de matas que restam em seus lotes para fazer roças. Diante disso, estes autores alertam que ou a produção de dendê contribuirá para o desmatamento na região, que os entrevistados de Garrafão afirmam não estar acontecendo, ou os colonos irão parar de plantar suas culturas de autoconsumo – problemática que veremos mais à frente.

Outra questão refere-se à qualidade da água nas localidades que passam a produzir dendê no Nordeste paraense. Um estudo do Instituto Evandro Chagas constatou presença de pesticidas utilizados no monocultivo em 14 dos 18 pontos onde foram coletadas amostras em rios localizados entre os municípios de Acará, Bujaru, Concórdia do Pará e São Domingos do Capim. De acordo com os pesquisadores que realizaram o levantamento, os dejetos químicos nos cursos d’água associam-se aos relatos de moradores da região que se queixam de coceiras, irritações na pele, doenças em animais, etc. (MPPA, 2014). Segundo Sr. Paru, algo semelhante aconteceu em sua localidade:

Nessa única vez que veio o rapaz de Belém, eu falei até sobre o açude do meu primo aí [que tem dendê], tinha dois dendê que quando pulverizava caía... na invernada caía dentro da água, perguntei se prejudicava ou não. Ele disse que a morte de peixes podia ser por causa do veneno. Veio até um pessoal do Ibama trabalhar ali em cima de uns tanques de um rapaz, passando esse dendê do meu amigo aí que tem projeto, aí lá tem uma nascente e o dendê do rapaz é aqui, ele pulverizava e caía na cabeceira do igarapé do rapaz que tá fazendo os tanques. Aí o pessoal pegou lá um pouco da lama do açude e levaram pra Belém “pro” laboratório, aí lá confirmou que era por causa do veneno mesmo que era aplicado no dendê (Sr. Paru. Entrevista realizada em Julho de 2017).

O entrevistado relata como a aplicação de pesticidas no dendezal de seu primo e no de seu amigo ocasionou a morte de peixes criados em um tanque por um vizinho. Além disso, afirma que um estudo confirmou a poluição hídrica como consequência dos produtos aplicados nos cultivos. Apesar dessa queixa, só outro colono, que também tem seu lote perpassado

⁷⁷ Os agricultores devem manter no mínimo 50% de Área de Reserva Legal em suas propriedades, de acordo com a Legislação Ambiental.

⁷⁸ “Na maioria dos estabelecimentos da agricultura familiar da Amazônia é usado o sistema tradicional da agricultura, chamado de sistema corte e queima, caracterizado pelo uso de uma área por um a dois anos, seguido por vários anos de pousio. Para esta forma de agricultura migratória com a rotação da área cultivada dentro dos limites do estabelecimento ocupado continuamente pelo agricultor, é usada a expressão agricultura itinerante. Vale ressaltar que este sistema se refere apenas às culturas anuais, enquanto no mesmo estabelecimento outras áreas podem ser usadas de forma permanente com culturas perenes e pasto.” (SCHMITZ, 2007, p. 46).

por um curso d'água, relatou problemas semelhantes em Garrafão do Norte. Por isso a nota média em relação à qualidade da água para o banho e para o consumo ser considerada boa e não apresentar mudanças significativas após a introdução do monocultivo no município (Tabela 11).

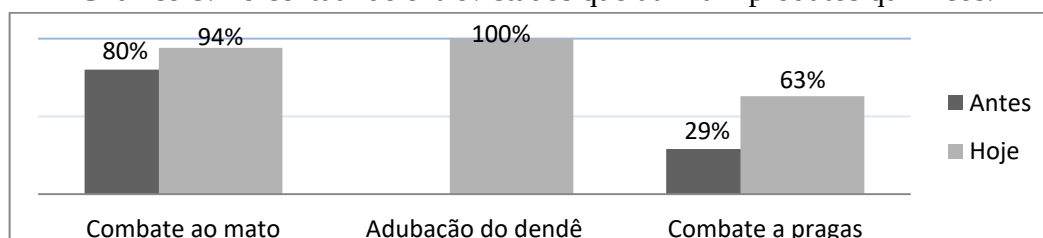
Tabela 11: Percepção dos agricultores sobre a qualidade da água.

Finalidade	Antes		Hoje		Teste T
	Média	D. padr.	Média	D. padr.	
Banho	7,68	±2,37	8,34	±2,05	p=0,0580 ^{NS}
Consumo	7,77	±2,31	8,40	±2,07	p=0,0512 ^{NS}

Nota: (^{NS}) Não significativo. Notas atribuídas com a escala de satisfação.

Por outro lado, constata-se aumento considerável no número de agricultores que utilizam agroquímicos para combater pragas e mato (Gráfico 8). Todos afirmam que a quantidade utilizada nesta segunda atividade é muito maior do que a aplicada antes, pois outros plantios não requeriam tanto zelo com capinas. Para o controle de plantas daninhas, os colonos empregam o herbicida Roundup, produto patenteado pela multinacional Monsanto e criticado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Quanto aos produtos para combater pragas, alguns entrevistados relataram substituí-los por armadilhas. Entretanto, todos afirmam utilizar o adubo químico para que os cachos de dendê cresçam ao longo dos anos.

Gráfico 8: Percentual de entrevistados que utilizam produtos químicos.



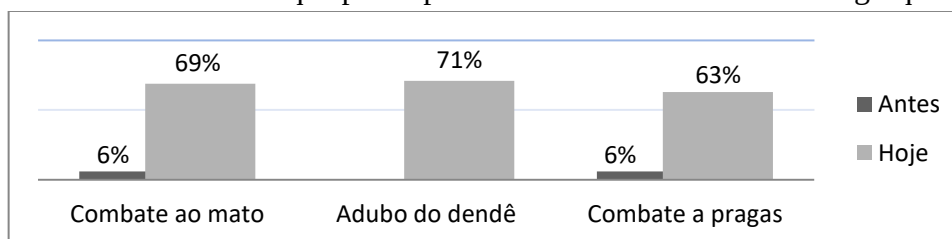
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Segundo Bombardi (2011), o uso de agrotóxicos por grandes, médios e pequenos proprietários é uma tendência crescente em todo o Brasil. A autora alerta para os malefícios decorrentes da exposição a esses produtos, como intoxicações que têm levado um número considerável de pessoas à morte ou a adquirirem doenças físicas e mentais. Outro fator é a dependência que agricultores passam a ter ao destinar parte de sua renda à compra dos insumos. Lembremos que só para a adubação do dendê, os colonos devem utilizar seis toneladas de fertilizantes por ano, quantidade que custa cerca de R\$ 9.600,00.

Com os dados, percebemos uma alteração positiva com alto nível de significância ($p < 0,0001$) referente à instrução dos agricultores no uso desses produtos químicos. Porém, se antes o conhecimento médio era considerado ruim (3,9), hoje é apenas regular (5,9). Isso por-

que, conforme o Gráfico 9, pouquíssimos agricultores tiveram acesso a cursos relacionados à temática antes da integração à cadeia produtiva do dendê; e devido à dificuldade para entender todas as questões relacionadas ao uso dos produtos em um curto período de tempo, segundo informaram. Além disso, nem todos participaram das oficinas realizadas pela empresa⁷⁹, como pode ser visualizado a seguir.

Gráfico 9: Entrevistados que participaram das oficinas sobre uso de agroquímicos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Outras despesas são os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), cujos valores também são descontados diretamente no financiamento bancário que recebem. Eles são necessários para a aplicação do veneno nas plantações e são compostos por camisa de mangas compridas, avental, calça, boné árabe, luvas, respiradores, botas, óculos de proteção e o pulverizador costal, que os agricultores denominam de “bomba” (CHAVES; MAGALHÃES, 2014).

Os agricultores que puderam participar das oficinas relatam que foram informados sobre a importância da utilização dos EPI, porém reclamam do calor excessivo no interior do traje, o que torna sua utilização desagradável. Chaves e Magalhães (2014) constataram a mesma reclamação no município de Tailândia (PA), além de relatos de mal-estar e erupções cutâneas em pessoas que aplicam os produtos. Em média, os entrevistados consideram o conhecimento sobre os riscos desses agroquímicos regular (Tabela 12).

Tabela 12: Conhecimento sobre os riscos no uso de produtos químicos.

Riscos	Conhecimento	
	Média	D. padr.
Para a saúde das pessoas	6,35	±2,50
Para a água	6,41	±2,74
Para o ar	6,23	±2,95
Para os alimentos	6,32	±3,08
Para os animais	6,35	±2,96

Fonte: Pesquisa de campo, 2017. Notas atribuídas com a escala de satisfação.

Veremos no próximo capítulo que o modelo de produção vigente, apesar de demandar uma maior dependência de agroquímicos aos colonos, ainda não lhes permite o retorno mone-

⁷⁹ Alguns disseram que não foram informados e outros que não puderam ir.

tário almejado com a produção de dendê. Os fatos aqui expostos nos ajudarão a compreender suas principais satisfações, insatisfações e expectativas em relação ao cultivo, bem como o que pensam sobre a expressão “inclusão social”.

5 PRODUIR DENDÊ: O QUE MUDA, O QUE PERMANECE, O QUE SE ESPERA?

O propósito deste capítulo é analisar outras mudanças que os colonos e suas localidades perpassaram a partir da integração à cadeia produtiva da oleaginosa (sobre trabalho, renda, empregos, etc.), mas também as satisfações, os descontentamentos e as esperanças que os entrevistados atribuem ao cultivo. Por fim, avaliamos o que os agricultores e os funcionários da empresa pensam sobre a inclusão social e a sua relação com tais mudanças.

5.1 OBTENÇÕES

“Eu quero ver o dendê mudar a vida de agricultor que nem a pimenta fez!” Essa frase foi expressa por um agricultor que não produz dendê e acredita que a vocação agrícola do município é a mandioca. Ele manifestou sua opinião depois de perguntar o que estávamos estudando. Em resposta à nossa explicação, mostrou sua aversão ao dendê, pois acredita que o cultivo não tem oferecido retornos financeiros para seus vizinhos, mas apenas labuta. Sua opinião representa a de outros entrevistados que acreditam que a mandioca e a pimenta-do-reino são capazes de mudar a vida do agricultor. De forma simultânea, a flutuação no preço dessas culturas causa desconfiança e esperança aos colonos.

Em campo, percebemos mudanças consideráveis na aquisição de bens por alguns entrevistados. Sr. Maguari, por exemplo, informou que sua casa possuía três cômodos “antes do dendê” e agora dispõe de onze. Comentou ainda acerca da aquisição de duas motos depois desse período, e de maneira geral, sobre os recursos que lhes possibilitaram aumentar a roça. Questionamo-lo sobre essa mudança e o agricultor respondeu: “foi a pimenta”. Quando perguntado sobre as aquisições recentes de um carro e de vários eletrodomésticos, Sr. Juruá também afirmou: “Cem por cento pimenta”. Isso aconteceu no pico econômico da cultura, que durou cerca de três anos (2014-2016) e chegou a custar R\$ 32,00 o quilo.

Teve gente que comprou foi Hilux, trator... Quem tinha muito aproveitou. Agora pra quem tem muito e a pimenta tá lá em baixo... Teve gente aí que soube mesmo, plantou bem pimenta, quando foi no tempo certo a bicha “bombou” (Sr. Gurupi. Entrevista realizada em Julho de 2017).

Foi bom né? Mas não tá mais valendo nada a pimenta. Ano passado foi bom demais. Mas agora tem gente aí que não quer nem limpar mais, que dá prejuízo. Pimenta de oito reais (risos). Antes “ixi”, uma hora dessas [11:50] o cara “tava” animado, não “tava” dando conta do sol nem nada, agora o cara tem é preguiça de ir lá (risos) (Sr. Iriri. Entrevista realizada em julho de 2017).

Olha, eu plantei mil pés de pimenta ano passado, eu “tô” gastando uns vinte mil [reais], pô. Não tem condição de você mexer com pimenta não. Se ela tivesse o preço que “tava”, trinta reais, tudo bem. Mas hoje ela é oito reais. Daí como é que eu vou tirar vinte mil dela [reais], entendeu? [...] Você faz um alto investimento, gasta tudo com isso aí, quando chega na hora não dá nada e pronto, não tem como levantar mais (Sr. Humaitá. Entrevista realizada em julho de 2017).

Como na primeira entrevista, os relatos sobre agricultores que compraram carros Hilux⁸⁰ ou tratores foram constantes para exemplificar o quanto esse período fora próspero, influenciando outros colonos a investirem bastante em seus pimentais. Em 2017, porém, o valor reduziu-se a R\$ 8,50/kg, causando prejuízos e decepções àqueles que apostaram que a pimenta também mudaria suas condições de vida. Este é o caso de Sr. Humaitá, que está com dificuldades para obter retornos com o alto valor que investiu.

A flutuação no preço da cultura serve como argumento tanto para os que afirmam que o dendê ao menos proporciona regularidade na comercialização e no preço, ou seja, que se não aumenta de valor, também não diminui; quanto para os que acreditam que a pimenta-do-reino e a mandioca podem atingir um valor elevado novamente e lhes proporcionar a desejada melhoria de vida.

Segundo outros entrevistados, o dendê tem algo especificamente positivo: pode-se deixar os cachos sem vigilância, à espera da coleta, que ninguém os roubará, pois mesmo a empresa só os compra daqueles contratualmente integrados. Diferente da pimenta, que no pico econômico era constantemente furtada devido ao valor elevado e a facilidade para transportá-la. “É capaz do cara roubar até com a estaca”, ironizavam alguns colonos.

Destacamos ainda a percepção de um funcionário da Marborges acerca de agricultores integrados à agroindústria que conseguiram comprar carros Hilux e outros bens materiais como tratores. Segundo informou, causava-lhe orgulho perceber que alguns colonos estavam insatisfeitos com o plantio de dendê, mas depois de serem incentivados pela empresa puderam adquirir esses meios de transporte e melhorar a infraestrutura de suas residências. Diferente do seu discurso, as aquisições foram proporcionadas, sobretudo, mediante os resultados da pimenta-do-reino, segundo relataram os entrevistados que adquiriram os automóveis.

Como vimos há pouco, 53% dos entrevistados com contratos assinados em 2011 alegam que não lhes sobram recursos após a quitação da parcela do financiamento, bem como que a nota média referente ao que resta após o pagamento é baixa. De modo geral, os agricultores relatam que o dendê ainda não proporcionou grandes retornos financeiros, pois afirmam utilizar os recursos provenientes do cultivo nos próprios dendezaís (comprando adubos, pagando diaristas, alugando trator, etc.), para que no futuro os cachos aumentem e lhes proporcione os rendimentos almejados.

⁸⁰ Automóvel da empresa Toyota que hoje custa, à vista, R\$ 114.420,00 com cabine simples, e R\$ 122.900,00 com cabine dupla. Nós entrevistamos com três desses agricultores, que afirmaram que a pimenta foi a principal responsável pela aquisição de bens como esses carros, e não o dendê.

Não dá nem pra manter ele [o dendê] no limpo. Não paga nem a despesa pra zelar o bicho. Se a gente não tivesse o tratorzinho pra manter... Dendê é pra manter, né? Mantendo as coisas, se você tiver algo que lhe segure, como gado, laranja, limão, que seja fruto que tenha rendimento, ajuda. E o dendê dando uma renda boa, claro que o cara vai se estabilizar para conseguir algo a mais. Porque quando você tem as pernas curtas, você nunca pode saltar daqui pra acolá, é bem curtinho, mas quando aumenta, aí sua visão já fica lá na frente. Por enquanto, a gente só tem aquela visão, não sabe se é criativa, a gente tá só ideando, por enquanto é só ideia, ninguém sabe. Se der mesmo do jeito que a gente pensa, eu creio que é um negócio muito bom (Sr. Xingu. Entrevista realizada em julho de 2017).

Era vinte por cento da produção que era pra mandar todo tempo “pro” banco, e no caso dos vinte por cento, o meu não deu de pagar. Eu gastei do meu bolso dois mil e quatrocentos reais, vendi pimenta e paguei. Eu tenho a esperança que ele se pague. E depois que se pagar vai sobrar alguma coisa pra gente, né? A minha expectativa é que dê aquilo que eles prometeram pra gente. Por exemplo, vinte toneladas por hectare que eles [da empresa] falam que ele chega a produzir. Então se ele produzir vinte e cinco toneladas por hectare ele vai deixar uma renda boa, né? (Sr. Juruá. Entrevista realizada em julho de 2017).

Só daí esse último ano [2016] deu trinta e quatro mil [reais]. A colheita desse ano. Aí tem vizinhos que diz assim “foi trinta e quatro mil e tu pagou uns vinte e quatro [mil reais], cadê macho que tu não comprou um carro aqui?” Mas o negócio é que ele deu isso aí bruto, entendeu? Aí veio descontando do banco, desconta adubo da empresa, desconta diária, desconta tanto da coisa que no fim vai ficar só aquela coisinha, sabe? E é porque eu “tô” lá também. Eu boto pra trabalhar... Porque se eu botar cinco diaristas eu vou ganhar aquela diária também, se eu for. Aí o cara diz “mas tu fez tanto, tem tanto”. Não é assim não, macho. Eu pago diária de cinquenta reais. Pago frete de trator, 300 reais a diária, quando dá muito, só pra juntar coco. Aí quer dizer que o tratorista vai só dirigir, aí tem que ter dois juntador, por exemplo. Isso aí é no correr do ano, tu já pensou todo mês uma despesa dessa. Aí tu vai ver quanto é que fica no final, né? Fica pouco. Eu tirei nove mil e pouco de saldo. Mas aí tinha que comprar o adubo que a empresa prometeu de comprar, “tava” custando, aí eu comprei mil quilo de adubo. Aí foi que ela [a empresa] mandou mais mil. Aí desconta mais quarenta reais de frete por tonelada. Aí o cara não vê isso, mas tem que botar tudo pra ver quanto sobrou. [...] Eu acho bom trabalhar com ele. Não é ruim. E acho que cada dia meu sonho é que ele dê mais, tem previsão pra dar, né? Por isso eu fico mais tranquilo (Sr. Guamá. Entrevista realizada em julho de 2017).

Os três relatos representam bem os argumentos utilizados pelos agricultores para referir-se à renda advinda da produção do dendê até o momento. Uma vez que seus plantios estão no máximo no sétimo ano de produção, eles afirmam que os gastos para manter o dendezal ainda são preponderantes. Porém, dizem esperar que a previsão da empresa efetive-se a partir do oitavo ano, quando normalmente se inicia o pico produtivo do cultivo. A expectativa é que consigam produzir vinte toneladas por hectares anualmente. Neste caso, o valor bruto da produção, hoje de R\$ 290,00/t, lhes proporcionaria cerca de R\$ 58.000,00 por ano, equivalente a R\$ 4.833,00 por mês. Os colonos são conscientes, porém, que há vários gastos que precisam despendar. Só com o valor de R\$ 40,00/t do frete, esses números se reduziriam a R\$ 50.000,00 e R\$ 4.166,00, respectivamente, ou seja, -14%.

De modo geral, há interpretações controversas sobre a geração de renda mediante o cultivo de dendê, devido aos custos que são despendidos para manter o plantio. Enquanto há

estudos que apontam expressiva melhora na renda dos agricultores (ALVES, 2011; MONTEIRO, 2013), existem aqueles que afirmam que os retornos monetários não são tão elevados, devido às dívidas que são acumuladas durante o processo de produção e comercialização (REPÓRTER BRASIL, 2013; VIEIRA, 2015).

Diante dessa discordância, Santos et al. (2014) elaboraram uma análise custo-benefício com agricultores do município de Moju, que possuem plantios de 10 ha de dendê em estágio de maturidade produtiva e uma produção média de 23 t por hectare. O estudo apontou que os gastos com insumos, em especial com fertilizantes, representavam 47% do custo de produção, e os procedimentos com colheitas e transportes somavam 37,2%. Frente às subtrações, constatou-se que os agricultores possuíam, em média, um rendimento líquido mensal de R\$ 2.663,61, equivalente a 3,93 salários mínimos no ano da pesquisa.

O caso dos agricultores de Garrafão, porém, é diferente, uma vez que seus plantios ainda não atingiram a fase de maturidade produtiva. Por isso Sr. Guamá demonstrou a diferença entre a renda bruta e a líquida para argumentar como o dendê ainda não lhe permite grandes retornos monetários. Assim, afirma que não há como adquirir muitos bens com os valores atuais, devido às elevadas subtrações com o pagamento de diaristas, frete, adubos e em especial com a parcela da dívida do financiamento, que custa R\$ 10.000,00. Ao mesmo tempo, o entrevistado diz gostar de trabalhar com o cultivo e possui o sonho que os cachos aumentem de peso, diante da previsão da empresa de 200 toneladas por ano. Sr. Tapajós raciocina de forma semelhante: “Eu penso que vai melhorar. Até agora eu não posso falar nada. ‘tá achando bom?’ ‘tô’. ‘Tá dando renda?’ ‘não’”. Nesse sentido, a Tabela 15 confirma como a utilização da renda advinda do dendê ainda é em média muito baixa no que se refere a gastos com bens duráveis, criações, gado, educação, pimenta e roça.

Tabela 13: Uso da renda advinda do dendê.

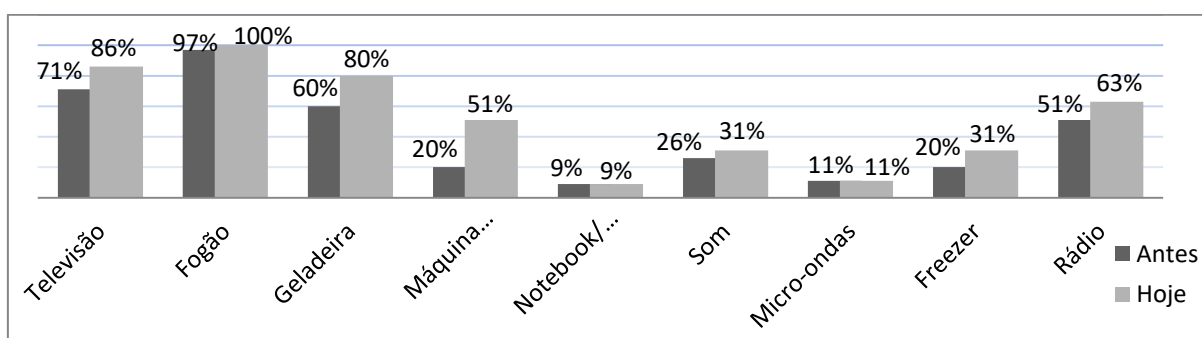
Finalidade	Grau de intensidade	
	Média	D. padr.
Alimentação	3,85	±3,46
Bens duráveis	2,37	±2,71
Criações	1,20	±0,67
Educação	2,08	±2,31
Gado	1,31	±0,83
Pimenta do reino	1,51	±1,44
Roça (mandioca)	2,37	±2,42

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Ainda de acordo com a Tabela 13, apenas o gasto médio com alimentação é um pouco maior, devido tanto à imprescindibilidade dos agricultores garantirem a reprodução social de

suas unidades domésticas quanto à diminuição de suas áreas de roça, conforme veremos no próximo tópico. Diante disso, os entrevistados atribuem apenas uma pequena participação da renda advinda do cultivo da oleaginosa nas aquisições de eletrodomésticos. No Gráfico 10, destaca-se o aumento no número de agricultores que adquiriram televisores, geladeiras e em especial máquinas de lavar. Este último bem tem a capacidade específica de reduzir a penosidade do trabalho de uma das principais tarefas da “casa”, geralmente realizado pelas mulheres (sendo essa uma das razões para comprá-lo quando há a possibilidade). Também houve um leve aumento na quantidade de entrevistados com sons, rádios e freezers.

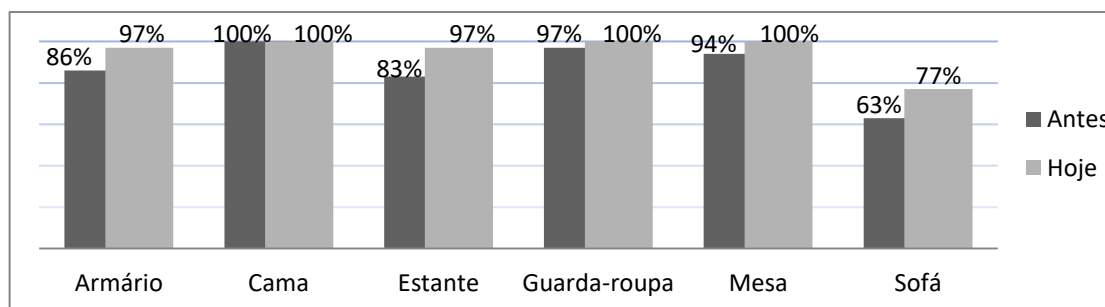
Gráfico 10: Percentual de entrevistados com acesso a diferentes tipos de eletrodomésticos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

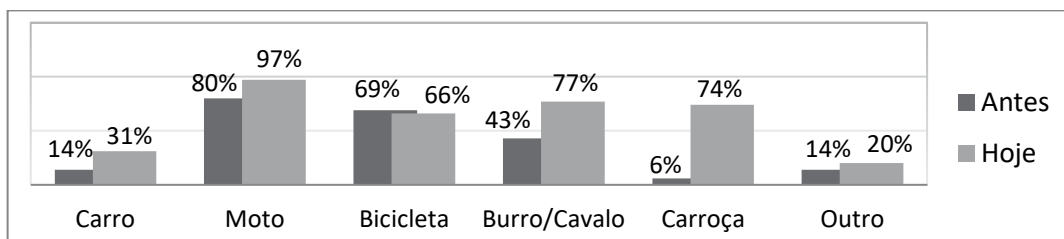
A aquisição de móveis mostrou-se menor, uma vez que os entrevistados possuíam muitos deles antes de produzir dendê. De todo modo, houve um leve aumento na obtenção de estantes, guarda-roupas e mesas (Gráfico 11). As maiores mudanças foram as aquisições de armários e sofás⁸¹, móveis que normalmente não são percebidos como de primeira necessidade pelas famílias, mas que proporcionam conforto quando obtidos. Como no caso dos eletrodomésticos, os colonos atribuem, em média, uma participação muito pequena dos recursos advindos do dendê na compra desses objetos.

Gráfico 11: Percentual de entrevistados com acesso a diferentes tipos de móveis.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

⁸¹ Ao visitar os entrevistados, visualizamos que as cadeiras de plásticos eram bastante utilizadas e normalmente supriam a função do sofá.

Gráfico 12: Percentual de entrevistados com acesso aos meios de transportes.

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A quantidade de agricultores que obteve motocicletas é um dos destaques do Gráfico 12. Antes mesmo da integração à agroindústria de dendê, 80% deles já possuíam esse meio de transporte. Já a posse de carros é menor, devido especialmente aos custos mais elevados para adquiri-los. Segundo os entrevistados, o acréscimo na aquisição desses dois tipos veículos advém não dos ganhos com o cultivo do dendê, mas, sobretudo, com os resultados de outros cultivos, como a pimenta-do-reino. Por outro lado, a grande quantidade de colonos que obteve burros, cavalos e, sobretudo, carroças, o fez diretamente com os recursos do financiamento bancário advindos da integração com a agroindústria local, que os aconselhara a adquirirem os animais e o meio de transporte para carregar os cachos de dendê (Figura 5).

Figura 5: Cachos de dendê transportados com uma carroça de burro até à beira do ramal.

Fonte: Pesquisa de campo, realizada em fevereiro de 2017.

“Outros” meios de transportes são principalmente os tratores. Na relação passado-presente, o número de entrevistados que os possuíam “antes” (14%) e os que possuem “hoje” (20%) aumentou. Quando questionados sobre o que gostariam de adquirir no futuro com a

renda do dendê, muitos agricultores responderam que desejam comprar esse tipo de veículo. Alguns dos motivos estão expressos nos dizeres a seguir.

Os planos que a gente tem mais na frente de comprar, eu tenho muita vontade de comprar, é um trator. E se Deus quiser eu vou conseguir comprar, sim. Meu plano é esse. É porque um trator ajuda muito. Não só no dendê, mas em todos os plantios que a gente mexe ele ajuda. [...] Não vai ter nem frete. Porque quem puder comprar o trator pra levar o seu fruto ali, não tem mais frete não. Vai ser o preço total do quilo e cada um leva o seu coco, que é bem aí a fábrica [que está sendo construída em Garrafão do Norte] (Sr. Jari. Entrevista realizada em julho de 2017).

Rapaz o que eu tinha muita vontade do banco era tirar um trator, financiado. Pra mim e meu filho, sabe? A única vontade que eu tenho é cumprir com o serviço direitinho. Porque é muito difícil ter dois plantios desse sem ter uma ajuda assim de um trator, né? Nem que seja pequeno, pra juntar alguma coisa. [...] Eu sempre falo isso, que eu não tenho ambição, eu não tenho vontade de ter muita coisa não, porque não serve pra gente; se eu pudesse deixar para os filhos... Mas o trator daria uma solução pra gente. Eu sempre converso com meu menino, se tivesse como a gente tirar um trator pra nós dois era bom demais, ia ajudar muito, pra puxar, pra roçar... Você ganha dinheiro com trator, ajuda muito. Dá de pagar o trator e ganhar dinheiro ainda. Faz o da gente, ganhava fazendo para os outros e é uma forma de pagar também, já tem como ajudar um pouco a entrada, né? (Sr. Iriri. Entrevista realizada em julho de 2017).

O que eu tinha vontade antes mesmo era um trator. Agora que eu consegui, é comprar um carro, ajeitar a casa, isso aí. Isso daí é porque eu plantei uma roça dentro do dendê, aí eu fui, aproveitei e comprei [o trator]. Não comprei esse [atual], comprei o outro. Só que o outro quase me deixa lá em baixo. Só que eu fui e troquei nesse daí, aí voltei um dinheiro também para o homem. Daí esse daí [o trator atual] veio foi pra ajudar mesmo. Tanto que até agora eu comecei a prestar serviço lá com eles [da empresa] também, pra roçar lá pra eles. Eu vou uma semana lá pra eles. Aí eu vou e faço o meu aqui dia de sábado, de domingo. Tá ajudando (Sr. Itacaiunas. Entrevista realizada em julho de 2017).

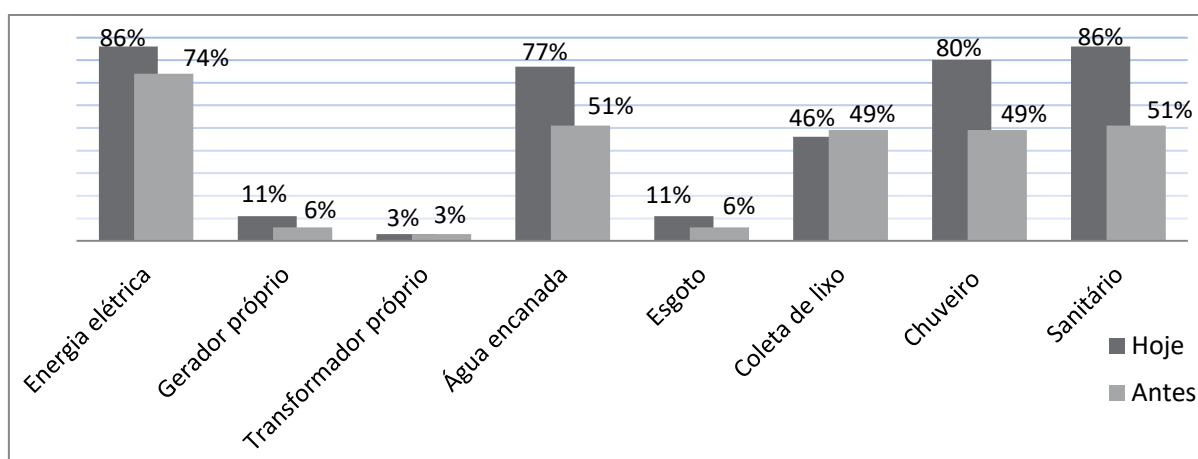
Para os entrevistados, além da capacidade de reduzir a penosidade do trabalho⁸² e as despesas com mão de obra ou maquinário, o trator lhes possibilitaria poupar tempo em algumas atividades para que então trabalhassem em outras, como confirmado por colonos que possuem esses veículos. Além disso, poderia ser emprestado para familiares, alugado a outros agricultores e utilizado na prestação de serviços à empresa, como no caso específico do Sr. Itacaiunas. No entanto, nota-se que dois dos informantes reconhecem que a obtenção de um trator maior, de custo elevado, pode ter o efeito contrário, ao criar uma dívida difícil de ser quitada. No que se refere ao cultivo de dendê, ainda que sua principal função seja a roçagem (que permite a limpeza da área do dendezal), o veículo também possibilita o carregamento dos cachos até à empresa, eliminando o valor pago no frete. Uma vez que o aluguel de um trator

⁸² Com a escala de esforço, Sr. Itacaiunas afirmou que hoje o trabalho no dendê é mediano (5,0), enquanto antes, na roça, fora muito penoso (10,0). O entrevistado atribui a mudança justamente à aquisição do trator (a média das notas de todos os entrevistados referentes ao volume e a penosidade do trabalho estão expostas mais à frente).

custa em média R\$ 140/h, a sua obtenção tem como propósito, portanto, diminuir gastos que afetam consideravelmente a renda líquida obtida com o plantio⁸³.

Ainda quanto aos indicadores referentes às posses dos colonos, cerca de 14% permanecem sem energia elétrica em suas residências, apesar do aumento na quantidade daqueles que a possuem. Dos entrevistados, 31% tiveram sua localidade beneficiada pelo programa Luz Para Todos, 11% possuem geradores e 3% transformadores de energia. Já o aumento considerável no acesso a chuveiros, sanitários e água encanada demonstra como os agricultores priorizam a aquisição de bens que permitam melhorar o bem-estar de suas famílias, conforme aconteceu com aqueles que não recebem energia elétrica pública e necessitaram comprar geradores (Gráfico 13).

Gráfico 13: Percentual de entrevistados com acesso a serviços na residência.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Por outro lado, os agricultores (46%) que são atendidos pela coleta de lixo da prefeitura definiram-na como precária, uma vez que o serviço só ocorre mensalmente. Ao mesmo tempo, o pequeno percentual de entrevistados (11%) com esgoto corrobora os dados de que apenas 1% dos domicílios de Garrafão do Norte possui esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2017a). Neste quesito, o município é um dos piores do país⁸⁴. A Tabela 14 expõe quais as modificações na conservação dos patrimônios das localidades em que vivem os entrevistados após a chegada da empresa de dendê.

⁸³ O aluguel de tratores é uma prática comum daqueles que não os possuem e precisam roçar a sua área. Podemos conhecer agricultores que alugam um trator por até sete horas por dia. Como demonstrou Silva (2014), a limpeza de área ocorre no mínimo duas vezes ao ano.

⁸⁴ O município “[...] apresenta 1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado. [...] Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 140 de 144 [...] Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 5428 de 5570”. (IBGE, 2017a).

Tabela 14: Conservação dos patrimônios das localidades.

Patrimônio	Antes		Hoje		Teste T
	Média	D. padr.	Média	D. padr.	
Campos de futebol	5,15	±3,10	5,93	±3,32	p=0,0820 ^{NS}
Clubes	1,34	±1,43	1,57	±1,89	p=0,2105 ^{NS}
Casas de farinha	3,62	±3,14	3,00	±3,10	p=0,1174 ^{NS}
Escolas	5,97	±2,72	6,88	±2,87	p=0,0287*
Igrejas	6,91	±2,34	8,05	±2,56	p=0,0017**
Postos de saúde	5,45	±3,22	5,71	±3,38	p=0,4250 ^{NS}
Quadras	2,61	±2,02	4,29	±3,24	p=0,0005**
Salões comunitários	3,36	±2,78	3,81	±3,22	p=0,0372*

Nota: (**) Significativo a 1%; (*) Significativo a 5%; (^{NS}) Não significativo. Notas atribuídas com a escala de satisfação.

Os dados demonstram mudanças significativas na conservação dos salões comunitários e das escolas, e muito significativas quanto às igrejas e quadras esportivas. Em ambos os casos, os entrevistados não atribuem tais alterações à dendeicultura, mas a ações pontuais de políticos, mudanças na gestão municipal e em especial às ações dos próprios moradores (a maior nota média, referente às igrejas, foi constantemente citada como resultado da organização dos fiéis que se organizam para revitalizar os templos).

Diferente do promulgado pelas empresas, pelo Estado e por outros autores (ALVES, 2011; MONTEIRO, 2013; PARÁ, 2014), a mudança ou inércia das infraestruturas locais não possuem, portanto, relações significativas com a produção de dendê no município. Por outro lado, a aquisição de móveis, eletrodomésticos e outros bens tem uma participação muito pequena da renda obtida com o cultivo até o momento, uma vez que os agricultores priorizam a utilização do pouco que lhes resta na obtenção de alimentos – produtos com menor prazo de renovação, demandados diariamente (GARCIA JÚNIOR, 1983). A exceção é a obtenção de burros e carroças, que foram adquiridos por meio do financiamento para auxiliar o trabalho no plantio de dendê.

5.2 “O DENDÊ É PROMESSA”

A frase acima, expressa por Sr. Gurupi, resume o sentimento dos agricultores que produzem dendê em Garrafão do Norte. Independente do ano em que iniciaram o cultivo, todos esperam que suas produções aumentem no decorrer do tempo, sobretudo a partir do oitavo ano, e que as parcelas da dívida do financiamento sejam quitadas (à priori no décimo terceiro ano), para então obterem retornos monetários efetivos. Assim, a palavra promessa associa-se à expectativa de que a oleaginosa lhes seja um vetor de geração de renda, como a empresa e o Estado asseguraram.

Para embasar sua proposta, a Marborges utilizou como exemplo o caso de agricultores que produzem dendê há mais tempo em Moju, e que por isso teriam alcançando melhorias significativas por meio do cultivo. Percebemos em campo que muitos entrevistados apoiam suas esperanças nessa experiência, pois conhecem habitantes do município que atestam mudanças positivas na vida dos colonos que lá residem. De forma mais concreta, os agricultores mantêm suas expectativas ao observarem suas produções aumentando a cada ano, motivo pelo qual acreditam na previsão da empresa de que seus 10 ha de dendê podem proporcionar cerca de 200 toneladas por ano no futuro.

Já tivemos assim meio em dúvida, mas agora a gente tá vendo que tá... É porque assim, ele [o dendê] começou fraco, né? Com cachinho pequeno. Então a gente via muito cacho numa carreira quando a gente cortava, mas a gente via “égua, olha o tamanho de um cacho desse...”, um cachinho só dava um quilo e pouco, mas vamos dizer, eu vou de cacho hoje pra oito, dez quilos, quanto não vai dar, né? Aí já mudou, porque aquele mesmo trabalho que a gente tinha de cortar aqueles cachinhos, de juntar e tudo, é a mesma coisa do grande agora. E o grande, quanto mais vai ficando grande, vai ficando melhor de se trabalhar com ele. Pra cortar, pra juntar, pra encher o saco, encher um “caçambão” daquele, tudo é melhor. A desconfiança era só essa, mas agora já passou (Sr. Itacaiunas. Entrevista realizada em julho de 2017).

Eu já vi muitas [reportagens]... Até uma vez passou no [Jornal] Liberal pessoal lá do Moju, lá “pro” rumo de Tailândia, dando entrevista com agricultor, com aqueles pequenos. Tinha um lá com um “tratorzão” de baixo da garagem, era caminhonete, só no dendê. Eles disseram que era bom de mais (Sr. Jari. Entrevista realizada em julho de 2017).

Primeiro, Sr. Itacaiunas argumenta como o aumento no tamanho dos cachos facilita não só o trabalho com o produto, mas a obtenção de mais dinheiro ao preencher as caçambas dos caminhões que realizam o frete até à agroindústria. Alguns agricultores que hoje estão com seus cachos pequenos, se baseiam em experiências como a do entrevistado para crer que os gastos atuais serão recompensados no futuro. Sr. Jari, por sua vez, expõe como o principal jornal televisivo do estado também influencia na percepção de que a oleaginosa é capaz de proporcionar a aquisição de muitos bens aos agricultores.

Em campo, era comum que os colonos argumentassem a escolha por produzir dendê comparando-o com suas formas anteriores de produção, para evidenciar a penosidade do trabalho e os poucos retornos monetários delas provenientes. Como no relato do Sr. Jari, eles esperam que o dendê lhes oportunize a obtenção de melhorias que outras culturas não permitiam. A narrativa a seguir exemplifica os principais argumentos:

A expectativa é que a gente possa ter um retorno melhor do que as outras atividades que a gente fazia antes, né? Porque o dendê, a gente sabe, que até vinte a vinte e cinco anos ele dá o fruto. [...] No caso da mandioca, todo ano a gente tem aquele gasto. Planta e arranca, planta e arranca. Por exemplo, eu tenho por experiência própria, que eu comecei a trabalhar quando eu tinha uns dez anos, doze anos, com meu pai, e ele tá com sessenta e seis anos e trabalhando direto com esse produto que é a mandi-

oca. Até hoje não tem nada. Todo tempo gastando. Põem o roçado, gasta, vende a farinha, aí gasta com aquele outro pra plantar. Porque aqui a gente não tem... a prefeitura de Garrafão não dá o suporte pra gente. Tipo, um trator pra gradear a terra... vai de braço mesmo, na foice. Daí se torna muito mais difícil porque o gasto é muito maior. [...] Vende a farinha de um roçado pra gastar no outro, todo tempo assim. Não tem aquele retorno... é uma planta que todo ano tem que refazer ela. Planta e arranca, planta e arranca, todo tempo. E o dendê não, tá plantando ali é só colher, só zelando e colhendo (Sr. Bacajá. Entrevista realizada em Julho de 2017).

Como na entrevista, os agricultores usualmente demonstram-se insatisfeitos com outras culturas que produzem há mais tempo. Porém, apenas 6% dos entrevistados citam esse fato como um motivo que os influenciara a assinar o contrato com a empresa. Segundo argumentam, a decepção não se relaciona com as culturas em si, mas à dificuldade para comercializar suas produções e recompensar, monetariamente, esforços como os despendidos na roça, sobretudo sem apoio governamental e crédito.

Nesse contexto, os colonos afirmam que as principais justificativas que os levaram a produzir dendê foram a garantia da comercialização da produção à empresa (89%), a esperança de bons rendimentos (71%) e o acesso ao financiamento bancário (60%). Em conjunto, os três motivos confirmam como a opção pela oleaginosa deve ser compreendida de forma relacional às privações que os agricultores historicamente enfrentam, como a carência de políticas públicas, créditos agrícolas e cadeias estruturadas que os permitam comercializar outras culturas com maior eficiência. Ademais, é significativo o fato da segurança na venda dos cachos à agroindústria ter sido mais citada que a esperança de bons rendimentos. Os entrevistados a seguir explicam por quê. O contexto refere-se ao questionamento: “Se você pudesse voltar no tempo, plantaria dendê?”.

Sim. Só de ter a garantia de colher e ter pra quem vende é bom, né? Já é seguro. E ele é um plantio que dá no verão. Único plantio que eu vejo que dá renda no verão é o dendê (Sr. Jari. Entrevista realizada em julho de 2017).

Sim. Porque eu acho que é uma produção que dá. A roça nós planta um ano, no mesmo ano começa arrancar. O dendê não, nós colhe um pé e continua até vinte e cinco anos só naquele pé, não vamos arrancar ele pra plantar outra coisa (Sr. Tefé. Entrevista realizada em julho de 2017).

Sim. Aqui no município eu não vejo outro plantio melhor que ele não, porque ele não tem fim, sô. Agora todo o mês ele solta dinheiro no seu bolso, nem que seja bem pouquinho, mas vai. Agora a pimenta é de ano e ano, a mandioca tu planta e depois fica só a terra, aí já acabou (Sr. Tocantins. Entrevista realizada em julho de 2017).

As respostas se assemelharam quando perguntamos: “Você aconselharia um parente ou um amigo a fazer o contrato de integração com as empresas de dendê?”.

Sim. É uma coisa que todo ano você tem. Aquele “valorzinho” que você acha pouco, duzentos e pouco a tonelada, mas você tem a esperança “aquilo ali vai me dá”, entendeu? Diferente de uma agricultura que você vai fazer e não sabe quando vai vender (Sr. Humaitá. Entrevista realizada em julho de 2017).

Sim. Sempre eu digo. Porque a gente hoje na colônia não tem outra coisa. A gente planta pimenta, é de ano em ano, a laranja é de ano em ano, porque tem a temporada lá que é coisinha pouca, a roça em ano em ano, então o dendê não. Quando ele começa a dar é de quinze em quinze dias que a gente corta, e mês em mês a gente tem aquele dinheirinho, né? Então é uma coisa que a gente já se sente mais... sabendo o que tá fazendo (Sr. Itacaiunas. Entrevista realizada em julho de 2017).

Sim. Já aconselhamos e até já plantaram. Porque é um produto bom, é todo mês né, direto que dá, né? Às vezes enfraquece, mas depois vai aumentando, né? Mas não para, a gente fica cortando ali, seja pouco, mas a gente tá cortando, todo mês a gente tem um dinheirinho, né? E trabalha menos do que antes. E aí [com o tempo livre] eu planto roça (Sr. Caeté. Entrevista realizada em julho de 2017).

Por ora, limitaremos à análise aos entrevistados (63%) que responderam “sim” a ambas as perguntas. Primeiro, os relatos confirmam como a garantia da comercialização à agroindústria é vista como um fator positivo se comparado com a venda de outras culturas. Associado a isso, os colonos estimam o contrato de longa duração com a empresa e a durabilidade da planta, que pode produzir cachos por até vinte e cinco anos, além da satisfação com o fato da colheita acontecer quinzenalmente, na safra e na entressafra⁸⁵. Ao mesmo tempo em que os agricultores utilizam expressões no diminutivo para referirem-se aos retornos monetários advindos das suas produções, eles os valorizam por estarem sendo depositados regularmente em suas contas e, sobretudo, baseiam suas expectativas no aumento dos cachos, para que lhes permita desfrutar de fato da segurança de venda durante todo o ano e por um extenso período de tempo.

Outros agricultores que responderam “sim” aos questionamentos também citaram a produção da oleaginosa por contrato como uma oportunidade que antes não possuíam. E apesar de conceberem como baixo o valor pago pela tonelada do dendê, afirmam que a constância no preço ao menos não lhes causa prejuízos como os que colonos tiveram ao investir na pimenta-do-reino depois de 2016. Porém, somente Sr. Caeté argumentou que com o dendê se “trabalha menos que antes”. Os outros não negam que o cultivo também é um trabalho penoso, pois necessita de cuidados constantes para que se produza e obtenha os retornos esperados (apesar dos relatos de que a sombra proporcionada pela palmeira lhes facilita os afazeres, diminuindo o desgaste por não se trabalhar “de baixo do sol”).

Do mesmo modo, poucos colonos (6%) citaram como motivação inicial para assinar o contrato a ideia de que o trabalho para produzir dendê seria menos pesado, tampouco por falta de alternativas (9%), por possuírem terra suficiente (11%) ou degradada (6%). Em maior quantidade, alguns entrevistados (17%) visualizaram no dendê uma forma de experimento. Diferente do constatado por Mota et al. (2015) e Silva (2016), raríssimos agricultores (3%)

⁸⁵ Isto é, a partir do terceiro ano de cultivo. Interessante notar que por esse motivo, alguns agricultores denominam a cultura perene como “anual”.

apontaram a podridão radicular das raízes de mandioca como um estímulo para cultivarem a oleaginosa, apesar da doença também ocorrer em Garrafão do Norte. Aliás, percebemos que uma parte deles continua fazendo roça, porém de forma diferente que outrora.

Agora que o nosso dendê já tá mais alto, a gente tá cuidando de outras coisas. A pimenta agora não tá falando nada, a mandioca a gente planta mesmo só pra comer. Vender a gente vende só quando a precisão pega, mas dá muito pouco. [...] É porque na entressafra o dendê dá pouco, assim, o dinheiro, então a gente tem que botar outro cultivo pra ver se não fica com precisão. Agora no tempo da colheita, não. No tempo da colheita o dinheiro vem bem (Sr. Gurupi. Entrevista realizada em julho de 2017).

Só produzo farinha e feijão mesmo. Mas é pouquinho, eu “tô” fazendo farinha só pra comer mesmo, só pra boia, pra vender eu não fiz mais não. Tudo o que eu vou comer tem que ter farinha. É com fruta, com comida, é tudo. [...] Antes eu tinha mais liberdade, porque hoje são dois serviços, né? A gente trabalha no dendê e trabalha em outro serviço, aí a tarefa aumenta mais. A gente não tem tanta liberdade como tinha antes (Sr. Paru. Entrevista realizada em julho de 2017).

Eu tenho a pimentinha e agora o dendê. A roça eu dei uma parada, mas vou plantar de volta. Tá com dois anos. Foi porque [com o dendê] é muito serviço, e a nossa condição é pouca, não dá conta, né? Tem que ser pouco serviço. Mais antes cuidar mais dele [do dendê] do que fazer muito e deixar tudo se perder, é pior deixar maltratado. Eu cuidei mais do dendê do que das outras coisas. Porque aí a gente tem um compromisso sério de serviço. Aí quando eu preciso de um feijão eu faço é comprar, a farinha, né? Quase tudo. O que vem da roça agora é pouco. Eu tenho plano, se Deus quiser, de plantar uma roça, uma coisa pra gente comer, um feijão. Vou deixar ele [o dendê] amansar mais, aí vou começar de novo. Não vou abandonar não. Ficar tirando só da taberna também é complicado (Sr. Iriri. Entrevista realizada em julho de 2017).

Como nas entrevistas, percebemos que os colonos reduziram ou extinguiram suas áreas de roça devido à obrigação contratual com a empresa, que lhes dificulta a manutenção de mais de uma atividade agrícola. Isso porque a penosidade e o volume médio do trabalho⁸⁶ aumentaram depois que iniciaram o cultivo do dendê (Tabela 15), que possui 10 ha e precisa de cuidados constantes para que a produção gere os retornos almejados. A diminuição da liberdade para produzir outra cultura, citada por Sr. Paru, reside justamente no acréscimo das tarefas.

Tabela 15: Volume e penosidade do trabalho nos lotes.

Categoria	Antes		Hoje		Teste T
	Média	D. padr.	Média	D. padr.	
Volume do trabalho	6,54	±2,01	7,81	±1,89	p=0,0006**
Penosidade do trabalho	6,00	±2,33	6,83	±1,63	p=0,0428*

Nota: (**) Significativo a 1%; (*) Significativo a 5%. Notas atribuídas com as escalas de intensidade e esforço, respectivamente.

⁸⁶ A penosidade do trabalho refere-se ao esforço que o agricultor e sua família despendem para realizar as atividades agrícolas; e o volume, à quantidade de trabalho realizada.

Ressalta-se que, diferente do estudo de Nogueira e Jesus (2012), os agricultores não diminuíram suas atividades de lazer após o início do cultivo da oleaginosa, mesmo diante do aumento do volume e da penosidade do trabalho, tampouco houve alteração significativa na autonomia para ir à igreja ou ajudar parentes e vizinhos (Tabela 16). De modo geral, os entrevistados não relacionam o controle na decisão no uso do tempo, ou a falta dele, à interferência externa do contrato com a empresa. Eles o associam à autoexploração do trabalho que necessitam realizar para garantir a reprodução social de suas unidades domésticas. Feito isso, o tempo restante, e por consequência com notas médias menores, pode ser utilizado no lazer e nas outras atividades.

Tabela 16: Liberdade no uso do tempo para realizar atividades cotidianas.

Atividade	Antes		Hoje		Teste T
	Média	D. padr.	Média	D. padr.	
Trabalho	7,02	±2,70	8,14	±2,22	p=0,0134*
Lazer	6,11	±3,03	6,57	±2,76	p=0,1180 ^{NS}
Descanso	6,20	±2,74	7,00	±2,41	p=0,0031**
Ir à igreja	6,65	±2,89	6,82	±2,95	p=0,5393 ^{NS}
Ajudar parentes e vizinhos	6,82	±2,62	6,97	±2,72	p=0,3038 ^{NS}

Nota: (**) Significativo a 1%; (*) Significativo a 5%; (^{NS}) Não significativo. Notas atribuídas com a escala de satisfação.

Ainda na Tabela 16, percebe-se que houve um aumento significativo na autonomia para decidir sobre quando trabalhar ou descansar, que os entrevistados também atribuem a outras razões que não ao cultivo de dendê. Há casos como o do Sr. Acará e o do Sr. Caeté que, no mesmo período que assinaram o contrato com a empresa, receberam a responsabilidade de conduzir o trabalho nos lotes dos pais, que estão com idade avançada. Outros exemplos são Sr. Camará e Sr. Humaitá, que também ganharam dos pais a permissão do uso dos lotes, deixando assim de trabalhar de diarista e de empregado na empresa de dendê Agropalma, respectivamente.

Em síntese, diante do aumento do volume e da penosidade do trabalho, os colonos buscam priorizar o cultivo da oleaginosa, diminuir suas áreas de roça e contratar mais diaristas, mas não sacrificam o tempo destinado para outras atividades. A constatação difere do estudo de caso de Sampaio (2014), que visualizou uma redução da autonomia na realização de afazeres de agricultores que produzem dendê no município de Tomé-Açu (PA). Distingue-se, ainda, do trabalho assalariado nas empresas de dendê, pois são os colonos que determinam o tempo dedicado ao labor em seus lotes, uma vez que trabalham em terra própria e com o auxílio da mão de obra familiar. Diante desta diferença de natureza, não podemos atribuir comparações de grau em relação ao trabalho nos dendeais das agroindústrias, definido como muito

penoso por outros autores (MACEDO; SOUSA, 2015; SAAVEDRA, 2017; VILMAR et al., 2014).

De todo modo, embora em menores áreas, a maioria dos entrevistados (71%) continua fazendo roças, uma vez que lhes permite a alimentação de suas unidades domésticas e a aquisição de renda em momentos de precisão. Segundo Garcia Júnior (1983; 1989), essa é uma das qualidades das lavouras de subsistência⁸⁷, cuja condição de alternatividade permite aos agricultores atuar diante das flutuações do mercado para atender as necessidades do consumo familiar. Como observa o autor, pode-se optar tanto por consumi-las diretamente quanto por vendê-las, sobretudo se apresentarem um preço de mercado que possibilite aos agricultores obterem o que necessitam.

Diante do aumento do volume e da penosidade do trabalho, a prioridade por se produzir mandioca para o autoconsumo também leva em consideração o baixo retorno econômico que hoje a cultura possui em Garrafão do Norte. Com isso, os colonos procuram garantir parte do necessário às suas unidades domésticas a partir da relação com o mercado, por meio da lavoura comercial do dendê. Esse é o caso da família de Sr. Iriri, que obtém alimentos advindos da roça, mas na maioria das vezes precisa comprar farinha de mandioca, feijão, etc. Como outros agricultores, o colono pretende aumentar sua roça no futuro para diminuir a dependência atual com compras em mercearias. Em sua percepção, isso será possível quando seu dendê estiver maior e não demandar tanto trabalho como atualmente.

Com os dados, constatamos que não houve alteração no consumo médio de alimentos advindos de agricultores vizinhos, de feiras ou dos próprios lotes dos entrevistados (Tabela 17). Neste último caso, a inalterabilidade tem íntima relação com a permanência da realização da roça para o autoconsumo pela maioria. Aliás, os lotes continuam como o principal fornecedor dos mantimentos das suas unidades domésticas. Já as aquisições de alimentos em supermercados e mercearias apresentaram aumento com alto nível de significância, que podem, ao mesmo tempo, ser atribuídas à diminuição das áreas destinadas às culturas alimentares, à utilização da renda advinda do dendê na compra de alimentos⁸⁸ e à necessidade de preparar almoço para diaristas que trabalham em suas propriedades.

⁸⁷ Em especial da mandioca. Como resumem Mota et al. (2015), “[...] o dendê não possibilita a condição de alternatividade que a mandioca permite ao ser colhida em tempo mais flexível e, após transformada em farinha, puder ser armazenada para esperar um melhor preço para ser vendida”.

⁸⁸ Lembremos que apesar da baixa utilização da renda do dendê em outras finalidades que não o próprio cultivo, os entrevistados atribuíram a maior nota média (3,85) à aquisição de alimentos.

Tabela 17: Procedência dos alimentos consumidos pelos agricultores em seus lotes.

Fonte dos alimentos	Antes		Hoje		Teste T
	Média	D. padr.	Média	D. padr.	
Próprio lote	5,94	±2,38	6,00	±2,54	p=0,8626 ^{NS}
Feira	4,02	±2,47	4,72	±2,70	p=0,8997 ^{NS}
Supermercado	4,80	±2,71	5,34	±2,67	p=0,0013**
Agricultores vizinhos	1,85	±1,68	1,97	±1,61	p=0,2539 ^{NS}
Mercearias	4,88	±2,54	5,51	±2,61	p=0,0042**

Nota: (**) Significativo a 1%; (^{NS}) Não significativo. Notas atribuídas com a escala de intensidade.

Não obstante a quantidade fornecida por cada atividade agrícola, os dados da Tabela 18 confirmam que não houve alterações significativas no consumo de alimentos advindos dos lotes dos colonos, seja da agricultura, da avicultura, do extrativismo vegetal, da pesca ou da pecuária. A exceção é justamente o menor consumo de alimentos processados, que os entrevistados atribuem à fabricação da farinha de mandioca, produto básico das refeições das famílias do Nordeste paraense. Isso decorre do maior volume de trabalho que hoje possuem com o cultivo de dendê, mas também do baixo preço oferecido pelo produto, que não recompensa os valores, a penosidade e o tempo gasto em seu processamento, situação que Santos (2015) também constatou no município de Moju⁸⁹.

Tabela 18: Frequência semanal de consumo de produtos dos estabelecimentos.

Fonte dos alimentos	Antes		Hoje		Teste T
	Média	D. padr.	Média	D. padr.	
Agricultura	6,22	±2,49	6,60	±2,51	p=1,8461 ^{NS}
Avicultura	5,08	±2,86	4,45	±3,07	p=0,0937 ^{NS}
Extrativismo vegetal	3,40	±2,52	3,42	±2,40	p=0,8308 ^{NS}
Pecuária	3,20	±2,74	3,02	±2,92	p=0,6905 ^{NS}
Pesca	3,00	±2,77	2,85	±2,31	p=0,5548 ^{NS}
Processados	6,25	±3,14	5,20	±3,52	p=0,0356*

Nota: (*) Significativo a 5%; (^{NS}) Não significativo. Notas atribuídas com a escala de intensidade.

Percebe-se, porém, que o consumo médio da farinha não diminuiu. Pelo contrário, continua como um dos principais alimentos da mesa dos agricultores, junto com o arroz e o feijão, que tampouco apresentaram alterações significativas (Tabela 19). O baixo valor pago pela farinha também facilita sua obtenção por meio do mercado, além de continuar sendo cultivada para o autoconsumo, como os outros dois produtos. De outro modo, houve acréscimo na obtenção de carne, frango e macarrão, pois, como os três primeiros alimentos, são consumidos no almoço e no jantar, mas não são produzidos com a mesma quantidade nos lotes,

⁸⁹ “[...] No cultivo da mandioca a mão-de-obra destina-se ao preparo de área, plantio, limpeza, colheita e feitura da farinha nos retiros. Todas essas atividades são realizadas manualmente e muitas vezes contratam-se pessoas para ajudar nas tarefas, aumentando custo.” (SILVA, 2016, p. 74).

conforme exposto na tabela anterior⁹⁰. Dos mantimentos que não são tidos como de primeira necessidade, apenas a obtenção de bolachas e biscoitos aumentou. O restante não sofreu alterações.

Tabela 19: Frequência semanal no consumo de alimentos.

Alimentos	Antes		Hoje		Teste T
	Média	D. padr.	Média	D. padr.	
Açúcar	6,17	±2,80	6,51	±2,93	p=0,1662 ^{NS}
Arroz	7,48	±2,84	7,75	±2,89	p=0,1356 ^{NS}
Biscoitos e bolachas	4,77	±2,94	5,11	±2,83	p=0,0120*
Café	6,65	±3,23	6,94	±3,10	p=0,0670 ^{NS}
Carne	5,48	±2,29	5,91	±2,36	p=0,0336*
Enlatados	3,11	±2,23	3,22	±2,23	p=0,5006 ^{NS}
Farinha	6,74	±3,06	7,00	±3,08	p=0,3303 ^{NS}
Feijão	6,97	±3,12	7,20	±2,96	p=0,2330 ^{NS}
Frango	5,37	±2,36	5,80	±2,43	p=0,0492*
Frutas	5,20	±2,79	5,37	±2,72	p=0,2796 ^{NS}
Hortaliças	4,57	±2,91	4,80	±2,84	p=0,0581 ^{NS}
Leite	5,34	±2,87	5,65	±2,86	p=0,1542 ^{NS}
Macarrão	4,40	±2,39	4,74	±2,53	p=0,0261*
Margarina/Manteiga	4,22	±2,78	4,34	±2,80	p=0,6861 ^{NS}
Pão	4,37	±2,75	5,11	±2,78	p=0,0736 ^{NS}
Peixes	3,74	±2,25	4,05	±2,37	p=0,1174 ^{NS}
Refrigerante	2,65	±1,93	2,85	±1,92	p=0,4205 ^{NS}

Nota: (*) Significativo a 5%; (^{NS}) Não significativo. Notas atribuídas com a escala de intensidade.

Apesar de na prática a integração dos agricultores à cadeia produtiva do dendê não valorizar suas culturas tradicionais, eles permanecem cultivando-as e equilibrando o aprovisionamento de suas unidades domésticas. Simultaneamente, há um aumento na compra de alimentos vindos de mercearias e supermercados, influenciado pela redução de suas áreas de roça devido ao maior volume e penosidade do trabalho com o cultivo da oleaginosa. O principal efeito desse processo é a diminuição da fabricação da farinha de mandioca, que passa a ser adquirida em maior quantidade a partir da relação com o mercado. Lembremos que a integração de agricultores às agroindústrias de dendê no Nordeste paraense, e a priorização no cultivo da oleaginosa por eles, foi um dos motivos para o desabastecimento da farinha na região nos anos de 2012 e 2013, elevando seu preço e dificultando sua aquisição (HOMMA; VIEIRA, 2012; MODESTO JÚNIOR; ALVES; NASCIMENTO JÚNIOR, 2017).

Não houve, no entanto, reclamações quanto à maior dependência de alimentos advindos de fora do lote por agricultores que não voltariam a plantar dendê nem aconselhariam a um amigo fazê-lo. Eles somam 34% dos entrevistados e apresentam outros motivos para sua

⁹⁰ O macarrão (trigo), em especial, não é produzido pelos colonos.

insatisfação. Primeiro, afirmam que o aumento do volume e da penosidade do trabalho com o cultivo não lhes oferece o retorno esperado. Associado a esse sentimento, lamentam a indisponibilidade de mão de obra familiar para suprir as tarefas do lote, o que lhes ajudaria a economizar gastos com a contratação de diaristas. De forma semelhante, alguns lastimam não possuir trator⁹¹, pois o maquinário auxiliaria no trabalho e na disponibilidade de tempo para outras atividades, bem como reduziria despesas com diárias e com o frete dos cachos até à empresa. Há ainda o arrependimento de outros por não terem plantado pimenta ou mandioca, por conta do dendê, justamente no período de valorização das culturas. E, também, a insatisfação com a necessidade de destinarem recursos de outras atividades para quitar dívidas relacionadas à oleaginosa, como a parcela do financiamento.

Quando perguntado: “Se pudesse você voltar no tempo, plantaria dendê?”, Sr. Acará respondeu que “Não. Dá muito serviço. O cara não tem folga para fazer outro serviço”. Sra. Amazonas, por sua vez, também afirmou que “Não. Dá muito serviço, precisa de muita mão de obra”. Agricultores que também responderam “não” ao questionamento opinaram das seguintes formas:

Se eu tivesse a experiência que eu tenho hoje de dendê, eu não plantaria na minha área nem um pé de dendê, porque é muito trabalhoso. Eu, da idade que eu “tô” [sessenta e sete anos], plantei já visando meus filhos pra trabalhar, e trabalhar um período de tempo sem ter lucro, investindo do nosso dinheiro pra ir controlando... Porque não tá bom do jeito que deveria ser. Já estamos investindo do nosso dinheiro, e é uma perda. Pimenta deu trinta reais o quilo, trinta e dois aqui pra nós, farinha deu muito dinheiro, e a nossa área ficou improdutiva com esse negócio, o dendê. [...] Todo serviço de dendê até agora a gente tem trabalhado de graça e é muito ruim, oh. Eu fico observando que é melhor ganhar bem pouquinho, mas pelo menos ganhar um pouco, do que trabalhar muito e no final tá trabalhando de graça. Porque é muito barato o dendê (Sr. Trombetas. Entrevista realiza em 27 de julho de 2017).

Sabendo como é hoje não plantava dendê. Porque eu deixo a terra ali só pra isso. Eu acho assim, que eu plantei ele e dei a terra pro dendê. Então na minha expectativa, meus dez hectares de terra, se não fosse o dendê, eu “tava” com a terra disponível para o que eu quisesse... Com a roça, laranja... Pra cultura que aparecesse no momento que eu achasse que tivesse melhor, né? (Sr. Juruá. Entrevista realizada em julho de 2017).

Não é problema do dendê, é por causa desse negócio de trabalhar numa coisa que é junto com empresa. A empresa... Não acho que ela responda a expectativa daquilo que eles... Promete uma coisa muito grande. Ele [o dendê] não é ruim não, mas acho que tem outras coisas até melhor pra gente mexer na colônia. Coisas que a gente trabalha com as posses da gente, não precisa tá devendo (Sr. Guajará. Entrevista realizada em julho de 2017).

Primeiro, Sr. Trombetas contrapõe a avaliação sobre o plantio de dendê com as culturas tradicionais da região, porém no sentido inverso dos que voltariam a cultivá-lo. Ele atribui

⁹¹ No entanto, pelo menos dois entrevistados que possuem trator afirmaram que não plantariam dendê se pudessem voltar no tempo tampouco aconselhariam a um amigo.

valor – econômico, aliás – de maneira comparativa entre “antes” e “hoje”. Em síntese, seu desgosto com a oleaginosa perpassa o aumento na penosidade do trabalho, mas especialmente o insucesso da produção, pois até o momento está “trabalhando de graça”, utilizando outras fontes de renda para quitar a dívida do financiamento. Em sua percepção, seria mais proveitoso ganhar pouco, como outrora, do que trabalhar mais sem obter retornos.

A sua motivação para plantar dendê baseou-se em uma reciprocidade ternária unilateral (SABOURIN, 2009). Isto é, na responsabilidade de planejar, por meio de uma cultura perene, e do contrato de longa duração, o sustento dos seus filhos no futuro. O pensamento em longo prazo, de que a produção se estabilizará a partir do oitavo ano, faz com que outros agricultores acreditem que o cultivo ainda lhes trará os resultados esperados. Já no caso do Sr. Trombetas, há o receio de que ao invés de garantir estabilidade aos seus filhos, a integração à cadeia produtiva do dendê continue a decepcioná-los por um longo período. Põe-se em xeque, assim, a honra do chefe de família, pois foi segundo sua decisão que seus herdeiros iniciaram o plantio.

Sr. Juruá também aponta como insatisfação o fato de destinar sua terra para a produção de dendê durante um longo período de tempo. Em sua opinião, caso não tivesse iniciado o cultivo, poderia optar pela cultura que estivesse com melhor preço em cada temporada. Como o Sr. Trombetas, o entrevistado necessitou utilizar outras fontes de renda pra quitar a parcela do financiamento, motivo pelo qual lamenta não poder dedicar totalmente seu tempo e seu lote a culturas que poderiam lhe proporcionar retornos monetários. De sua parte, Sr. Guajará argumenta que o melhor seria não depender das promessas da empresa, mas trabalhar com suas posses e sem preocupações com a dívida do subsídio bancário. Apesar das reclamações, no entanto, este grupo de colonos não atribui uma nota média ruim aos indicadores que sintetizam o grau de satisfação com a produção de dendê (Tabela 20).

Tabela 20: Sentimentos quanto à produção de dendê.

Aspecto	Voltariam a produzir		Não voltariam a produzir		Geral	
	Média	D. padr.	Média	D.padr.	Média	D. padr.
Ser produtor de dendê com contrato	8,60	±1,46	7,00	±1,47	8,05	±1,91
Remuneração da produção	6,82	±2,53	6,08	±1,55	6,57	±2,19
Renda durante todo o ano	7,18	±2,85	6,54	±1,67	6,96	±1,91

Fonte: Pesquisa de campo, 2017. Notas atribuídas com a escala de satisfação.

Nos três itens, constata-se uma diferença entre as notas médias dos dois grupos, que são influenciadas pelas satisfações ou pelos descontentamentos expostos anteriormente. Porém, tanto os agricultores que voltariam a produzir dendê se pudessem voltar no tempo (63%),

como os que não o fariam (37%), afirmam que o reconhecimento que obtiveram, como o acesso ao financiamento bancário, influencia na percepção positiva referente ao fato de serem agricultores que produzem dendê por contrato. Outro motivo muito citado para justificar o grau de satisfação é a segurança da comercialização possibilitada pela integração à agroindústria local. Com isso, mesmo o grupo mais insatisfeito, atribui, em média, uma nota regular para a remuneração da produção e à renda obtida durante o ano todo, uma vez que a colheita dos cachos de dendê acontece quinzenalmente, na safra e na entressafra.

Diante da obtenção de renda líquida ainda incipiente, a principal expectativa de ambos os segmentos é que seus plantios atinjam o estágio de maturidade produtiva, para que possam quitar a dívida do financiamento e então aproveitar a garantia da comercialização da produção até o vigésimo quinto ano de contrato. Outro fator comum, na percepção dos entrevistados, refere-se ao elevado grau de satisfação com a chegada da empresa Marborges no município. Em especial, com a geração de postos de trabalho.

5.3 A GERAÇÃO DE EMPREGOS

Pudemos conversar em campo com dois jovens que trabalham como diaristas. Um deles presta serviço no lote de Sr. Trombetas, em especial quando seus filhos necessitam de ajuda nos tratos com dendê. Em sua opinião, “bom patrão” é aquele perceptivo não somente às horas/trabalho realizadas, mas ao peso e a produtividade de cada tarefa. Nesse sentido, comentou alguns bônus que recebe de colonos que valorizam seus esforços quando ultrapassa a meta estabelecida para determinado dia, e admitiu, emocionado e lacrimoso, que só “arranjaria” mulher quando tivesse condições de sustentá-la, com um emprego estável ou com uma produção agrícola própria.

Em um contexto em que apenas 4,9% da população de Garrafão encontra-se formalmente ocupada, os entrevistados percebem como muito boa a chegada da Marborges no município (Tabela 21), sobretudo porque a empresa usualmente contrata habitantes locais para trabalhar em seu empreendimento. Diferente de outros lugares nos quais realizamos as oficinas do AFInS, não se reclamou, portanto, do não conhecimento de vizinhos⁹² ou de pessoas que trabalham na empresa de dendê⁹³, pois os colonos geralmente os conhecem. Como afirma Sr. Guamá: “só pra essa turma de gente que era desempregado, que hoje ela acolhe o desemprego, é uma *melhoria*, né? Até porque ela exigiu só gente da região”. No ano de 2015, a em-

⁹² Os dados apontam melhora significativa no conhecimento de vizinhos, que os entrevistados atribuem ao melhor relacionamento que adquirem no decorrer dos anos.

⁹³ Nas oficinas do AFInS, vários agricultores atribuíam o aumento da quantidade de bares em seus municípios à atração massiva de jovens migrantes para trabalhar nas fazendas das empresas. Eles viam isto como um problema, relacionando-o a brigas, confusões e roubos.

presa possuía 78 funcionários, cerca de 7% do total de empregos formais do município (FA-PESPA, 2016).

Tabela 21: Sentimento dos agricultores quanto alguns aspectos das localidades.

Sentimento	Antes		Hoje		Teste T
	Média	D. padr.	Média	D. padr.	
Conhecer os vizinhos	8,31	±2,01	8,62	±1,76	p=0,0321*
Trabalhadores da empresa	Não se aplica		7,59	±2,19	
Chegada de empreendimentos	Não se aplica		8,93	±1,53	
Atuação do setor público	4,91	±2,67	5,32	±2,80	p=0,0326*
Circulação de dinheiro	5,77	±2,20	6,68	±1,90	p=0,0203*
Tranquilidade	7,71	±2,19	7,85	±2,07	p=0,6902 ^{NS}
Segurança	5,28	±2,86	5,42	±2,83	p=0,5904 ^{NS}

Nota: (*) Significativo a 5%; (^{NS}) Não significativo. Notas atribuídas com a escala de satisfação.

Ainda na Tabela 21, percebe-se que também não houve alteração significativa na percepção dos agricultores sobre a segurança e a tranquilidade de se viver em suas localidades. Mas ocorreu na maior circulação de dinheiro, relacionada aos gastos com alimentação que hoje possuem e despendem nas mercearias locais. Quanto à maior atuação do setor público, os colonos atribuem-na a mudanças na gestão da prefeitura, mas não à parceria público-privada que, segundo o Protocolo de Intenções Socioambiental da Palma, proporcionaria melhorias em educação, saúde e saneamento básico às suas localidades (PARÁ, 2014).

De acordo com os entrevistados, há uma ampla expectativa com a geração de postos de trabalho na fábrica que a Marborges está construindo em Garrafão. O desejo é que a empresa continue assalariando os habitantes do próprio município. Se possível, seus familiares. 17% dos informantes afirmam, por exemplo, possuir parentes que residiam em outros locais e depois retornaram para se empregar na empresa. Outros (17%) relatam possuir familiares que voltaram para trabalhar nos lotes de vizinhos, na localidade (11%) e também na sede municipal (17%). De modo geral, existe uma mudança muito significativa na percepção dos colonos sobre a disponibilidade de vagas de emprego desde a instalação do empreendimento no município, sobretudo na empresa de dendê (Tabela 22).

Tabela 22: Percepção dos agricultores sobre a disponibilidade de vagas de trabalho.

Local	Antes		Hoje		Teste T
	Média	D. padr.	Média	D. padr.	
Empresas	2,68	±2,70	6,61	±2,49	p<0,0001**
Localidades	3,58	±2,29	4,93	±3,06	p=0,0016**
Lotes	2,79	±1,97	3,58	±2,69	p=0,0021**
Sede municipal	4,40	±2,44	5,40	±3,17	p=0,0036**

Nota: (**) Significativo a 1%; Notas atribuídas com a escala de intensidade.

A privação referente a vagas formais de trabalho, como a baixa oferta de políticas agrícolas, tem efeito direto na percepção dos colonos em relação à empresa. Assim, apesar dos cultivos por contrato ainda não lhes ter proporcionado efetiva renda líquida, os entrevistados possuem uma boa satisfação com a agroindústria, devido, entre outros motivos, à geração de empregos a parentes, vizinhos e conhecidos seus. Conforme argumenta Boneti (2006), possuir uma ocupação pode ser um parâmetro para que os sujeitos se considerem em condições de privações ou não, sobretudo em municípios como o aqui estudado, onde grande parte das pessoas encontra-se desempregada ou sem terras para desenvolver atividade agrícola própria, como no caso do diarista que descrevemos no início deste tópico.

Apesar do maior número de pessoas trabalhando na empresa, os entrevistados não perceberam, porém, diminuição na disponibilidade de diaristas para contratar quando necessitam ($p = 7351$). Em média, eles atribuem uma nota regular para essa questão, tanto para “antes” (6,16) quanto para “hoje” (6,06). Assim, a situação mostra-se diferente de municípios como Tomé-Açu e Tailândia, onde se contratou uma quantidade consideravelmente maior de pessoas para se assalariar nas empresas de dendê e em suas terceirizadas, gerando concorrência entre agroindústrias e agricultores pela mão de obra local (CHAVES; MAGALHÃES, 2014; SAMPAIO, 2014).

Diante do aumento no volume e na penosidade do trabalho com o cultivo da oleaginosa, as contratações temporárias também aumentaram em Garrafão. Se antes 71% dos entrevistados pagavam diaristas para trabalhar na roça, hoje 91% o faz para suprir às necessidades nos tratamentos com o dendê. A quantidade varia segundo os serviços. Na fase de preparo da área e do plantio das mudas são pagas em média três a quatro pessoas, respectivamente, e pelo menos dois trabalhadores para fazer a adubação, a poda, a limpeza da área e o coroamento. As diárias para a realização destas tarefas custam em média R\$ 40,00.

As agroindústrias de dendê usualmente definem que a adubação aconteça duas vezes ao ano, a poda uma e a limpeza da área e o coroamento três (SILVA, 2016). Ressalta-se, contudo, que o tempo necessário para a realização desses serviços nos 10 ha de dendê varia de acordo com a composição dos estabelecimentos familiares. As unidades domésticas de Garrafão, em específico, são compostas em média por quatro pessoas, o que influencia mais da metade dos entrevistados (57%) a afirmar que não possuem mão de obra familiar suficiente para suprir as tarefas realizadas nos lotes. Antes da integração à cadeia produtiva do dendê esse número era menor (44%).

Tabela 23: Quantidade média da contratação de diárias e o valor gasto anualmente.

Atividade	Diária/trabalhador		Valor (R\$)	
	Unidade	Total	Unidade	Total
Adubação (2x/ano)	02	04	40	160
Limpeza de área (3x/ano)	02	06	40	240
Poda (1x/ano)	02	02	40	80
Coroamento (3x/ano)	02	06	40	240
Colheita (24x/ano)	02	48	50	2.400
Total	-	66	-	3.120

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Até o momento, as principais tarefas relativas ao cultivo de dendê exigem que os entrevistados contratem, em média, sessenta e seis diárias por ano, equivalente a R\$ 3.120,00 (Tabela 23). A principal despesa ocorre nos momentos de colheita, que acontecem de quinze em quinze dias e demandam em média dois diaristas. O valor pago aos trabalhadores também é maior (R\$ 50,00), pois os colonos afirmam que a atividade é mais penosa. Ainda assim, os informantes não percebem a remuneração atual diferente daquela que pagavam antes de produzirem dendê (Tabela 24). Diante de dispêndios com adubo, frete e o pagamento do financiamento, Sr. Juruá resume o sentimento dos outros agricultores: “Considero o valor baixo, mas é o que eu posso”.

Tabela 24: Percepção sobre os valores pagos para se trabalhar nos lotes.

Modalidade	Antes		Hoje		Teste T
	Média	D. padr.	Média	D. padr.	
Diária nos lotes	5,78	±3,49	6,61	±2,05	p=0,0709 ^{NS}

Nota: (^{NS}) Não significativo. Notas atribuídas com a escala de satisfação.

Os limites resultantes da falta de uma efetiva proteção social a esses sujeitos, considerado na concepção de inclusão do PNBP, mais especificamente no parâmetro sobre a geração de empregos, não são ignorados pelos entrevistados, pois muitos deles já trabalharam de diaristas e conhecem as dificuldades desta atividade⁹⁴. Ao mesmo tempo, os colonos concebem as contratações temporárias como uma forma de “ajuda” a conhecidos, vizinhos e parentes, diante das poucas alternativas de postos de emprego no município. A percepção dos agricultores em relação ao pagamento de diárias resume-se, assim, em dois sentimentos simultâneos: a satisfação em proporcionar trabalho a parentes, vizinhos e conhecidos; e a insatisfação em despender gastos que depois precisam quitar com as parcelas da dívida do financiamento.

⁹⁴ A condição dos trabalhadores temporários rurais do Brasil caracteriza-se, normalmente, pela desregulamentação da atividade que, embora possibilite receitas complementares a alguns, se constitui como única fonte de renda para outros (NEVES, 2014).

5.4 PERCEPÇÕES SOBRE INCLUSÃO SOCIAL

Diferente das categorias locais, como melhoria, a expressão inclusão social não costuma ser utilizada pelos agricultores aqui estudados. Sabendo disso, decidimos questioná-los o que lhes vinha à mente quando a ouviam, com o intuito de entender o que percebiam por ela. Alguns conseguiram elaborar uma resposta, outros não. A narrativa daqueles que o fizeram oferecem elementos importantes para a reflexão.

Renda pra não ficar excluído. Quando a condição do cara tá pouca ele fica meio excluído da sociedade, né? Se ele tem uma “rendazinha” pra ele se manter, aí eu acho que ele tem como se manter bem, se alimentar bem, ter uma casinha. Eu entendo assim. Porque quando o cara não tem quase nada ele fica meio excluído, né? (Sr. Guajará. Entrevista realizada em julho de 2017).

Vida melhor, né? Aumento de renda, ter uma vida melhor... Lazer (Sr. Juruá. Entrevista realizada em julho de 2017).

Inclusão social é que a gente precisa e tem que tá no meio do conteúdo, né? Que é saber como é que tá acontecendo... Tipo assim, bem informado... Inclusão social no meu modo de pensar é que sempre seja *melhora* pra nós (Sr. Parauapebas. Entrevista realizada em julho de 2017).

Inclusão social pra mim foi isso... Por exemplo, tem o Seu H. aqui do lado, ele nunca tinha ido no banco. Aí ele foi, fomos todos nós, lá no Banco da Amazônia, nós “tava” uma galera lá, aí se reunia aquele povo. Porque depois do dendê, todos nós entra no banco, pra sacar um dinheiro, pra fazer um pagamento e tudo. A inclusão social que eu vejo é isso (Sr. Arapiuns. Entrevista realizada em julho de 2017).

As quatro entrevistas são representativas das outras respostas dos colonos. Percebemos nas duas primeiras como o fator renda é visto como essencial para que possam ter uma “vida melhor”, sobretudo em relação aos padrões de consumo socialmente necessário às unidades domésticas, como o comer e o habitar (GARCIA JÚNIOR, 1983). Sr. Guajará utilizou ainda o termo “exclusão” para argumentar que é necessária ao menos uma “rendazinha” para que o sujeito possa se manter razoavelmente bem.

Já Sr. Parauapebas compreende inclusão social como maior participação e conhecimento acerca de oportunidades. E, sobretudo, associa-a a um processo constante de melhoria. Sr. Arapiuns, por sua vez, cita um dos temas recorrentemente acionados pelos agricultores para referir-se à expressão: o acesso ao banco. Como tratamos anteriormente, são comuns os relatos de que o cultivo de dendê por contrato lhes possibilitou esse direito, que lhes fora negado assim como outras políticas públicas.

Após as respostas, perguntamos se os entrevistados se consideram incluídos socialmente. 40% afirmaram que sim, 3% que não e os outros não souberam responder. Os que se percebem incluídos atribuíram uma nota média de satisfação de 4,2 para “antes” e 7,1 para

“hoje”. Alguns dos motivos para a mudança, com alto nível de significância ($p=0,0003$), podem ser visualizados a seguir.

Sim. Não muito, mas eu me considero assim, porque eu vivo... Assim... Não sou dependente... Vivo às minhas custas, trabalho no que é meu, meus filhos trabalham tudo no que é nosso (Sr. Guajará. Entrevista realizada em julho de 2017).

Sim. Porque pelo menos tinha o carro pra andar, não tinha antes, né? Tomar banho no chuveiro que antes não tomava, né? Nesse caso foi com a pimenta (Sr. Juruá. Entrevista realizada em julho de 2017).

Sim. Porque primeiro, a gente entrou em um projeto, né? E segundo que a gente tá tendo conhecimento sobre a área do dendê que é um projeto novo que tá vindo, que tá dando facilidade para o agricultor, e a oportunidade de poder ter o seu próprio negócio, uma agricultura sustentável, né? (Sr. Parauapebas. Entrevista realizada em julho de 2017).

Sim. Eu sempre andava no banco, eu trabalhei na Agropalma e tudo, já tive uma inclusão social. Agora sim, meu pai e outro pessoal por aí que nunca tiveram (Sr. Arapiuns. Entrevista realizada em julho de 2017).

As concepções dos entrevistados sobre ser incluído ou não estão conectadas com suas respostas antecedentes sobre inclusão social. Primeiro, Sr. Guajará relaciona sua condição com a dos seus filhos, ao estimar a autonomia que sua família possui em trabalhar em terra própria, sem depender de terceiros. Ainda assim, o colono reconhece que existem privações que não o fazem se sentir “muito” incluído. Sr. Juruá, por sua vez, relaciona inclusão a um processo de melhoria pelo qual passou ao obter retornos significativos com a pimenta-do-reino. Em síntese, a aquisição de renda, exposta em suas duas argumentações, lhe permitiu a obtenção de bens que tem efeitos diretos no bem-estar de sua família. Segundo informou, a compra do carro, por exemplo, lhe possibilita levar sua esposa e seus filhos com mais frequência à missa que acontece em uma das vilas.

Os dois últimos entrevistados percebem a questão de forma diferente dos dois primeiros e semelhante entre si. Sr. Guajará, em específico, relaciona sua inclusão diretamente ao projeto de dendê, pois o vê como uma oportunidade que antes não possuía, pois lhe oferece conhecimento, facilidades e a chance de ter um negócio próprio. Já Sr. Arapiuns continua a relacionar inclusão ao acesso ao banco, por isso pensa que já a tinha antes, quando trabalhava na empresa de dendê Agropalma e possuía conta bancária. Em sua opinião, quem pôde ser incluído recentemente com o plantio de dendê foi seu pai, que nunca tivera apoio creditício.

Assim, enquanto os dois primeiros entrevistados identificam “inclusão social” e o “ser incluído” a motivos que não o dendê, os dois últimos relacionam as questões justamente ao cultivo da oleaginosa por contrato. Apesar das diferentes argumentações, há um fator partilhado por todos: a melhoria. Não obstante o contexto estudo por Boneti (2006), aqui o “aces-

so” também é percebido como importante para que ela concretize-se. Seja o acesso a renda, a bens ou ao apoio bancário com o projeto de dendê de modo geral. Os itens não são excludentes entre si. O que há em comum é o desejo de mudanças sociais positivas, mediante a superação ou amenização de privações, que permitam o razoável bem-estar de suas famílias.

Ainda nesse contexto, tal como acontece com as percepções sobre pobreza (BONETTI, 2006), constatamos que as ideias referentes à inclusão social também mudam de acordo com os grupos sociais. Ao entrevistar alguns funcionários da empresa de dendê de Garrafão do Norte, repetimos as perguntas anteriormente feitas aos agricultores. Como respostas, todos afirmaram que se consideram socialmente incluídos e ofereceram os seguintes relatos:

Inclusão social é reunir as partes sociais, né, por exemplo, o nível social elevado, médio, pequeno, trazer pra que ele [agricultor] possa se sentir... é bem na sociedade através da economia, gerando, ter o seu dinheiro. É estar bem na sociedade, isso é inclusão social, poder estar é... Comendo bem junto com sua família, podendo se divertir, podendo ter os ambientes bons, ter um bom tratamento de saúde, se ele puder ter plano de saúde (Técnico 1. Entrevista realizada em julho de 2017).

Desenvolvimento (Técnico 2. Entrevista realizada em julho de 2017)

Pra mim, assim, pela parte que nós podemos ver é que a gente tá dando uma oportunidade pras mulheres, na criação de um negócio, oportunidade melhor pra educação dos filhos, tira mais ele da visão de plantar só as culturas anuais (Técnico estagiário. Entrevista realizada em julho de 2017).

Inclusão o próprio nome já diz: incluir, trazer né, a sociedade no meio de um objetivo, um plano, algo que vamos dizer, uma empresa queira fazer, né, projeto e incluir a sociedade no meio de si pra participar, interagir do que tá acontecendo, saber como funciona. Em questão de, vamos dizer, curso treinamento, aí pra incluir você vai agir no meio do que está acontecendo ao redor (Assistente social. Entrevista realizada em julho de 2017).

Eu ajudo, eu contribuo né. A gente tem que incluir o pessoal, nós estamos do outro lado, a gente tem que tentar *melhora* pra eles em todos os aspectos, não só o aspecto social, aspecto financeiro, aspecto do conhecimento, o aspecto geral o conjunto, entendeu? (Funcionário 1. Entrevista realizada em julho de 2017).

Percebe-se que a forma de exposição sobre inclusão social aproxima-se bastante das definições oficiais, pois os relatos perpassam temas como saúde, educação e igualdade de gênero. Além disso, todos os funcionários entrevistados relacionam, direta ou indiretamente, inclusão a um processo de maior bem-estar. O interessante é notar como este seria promovido. Expressões como “trazer”, “estamos do outro lado”, “a gente tem que incluir” demonstram que os funcionários da empresa veem a si próprios como socialmente incluídos e agentes que devem promover a inclusão dos agricultores, concebidos enquanto excluídos.

Uma vez que as representações desses sujeitos baseiam-se não só em suas trajetórias individuais, mas também na forma de percepção da empresa em que trabalham (CASTRO; CASTRO, 2017), seus relatos reproduzem muito da lógica de inclusão por meio da integração

às agroindústrias. Assim, as expressões confirmam que os parâmetros sobre inclusão apoiam-se na racionalidade daqueles que se consideram incluídos. Conforme Cameron (2006) acertadamente argumenta, essa forma de conceber a noção, como via de mão única, produz efeitos práticos aos sujeitos tidos como excluídos, pois cabe a eles adequar-se às exigências da sociedade que são obrigados a juntar-se. Não é a toa que a assistência técnica da empresa destine-se somente ao cultivo de dendê, ou que a prioridade governamental resida em destinar 87% do apoio creditício para agricultura familiar de Garrafão do Norte ao Pronaf Eco.

Arelado a isso, constata-se nos dizeres a promoção da inclusão social mediante especialmente o fator econômico, ao pensar melhorias, como no aspecto da saúde, a partir do acesso a serviços privados. Conforme constatamos em campo, os agricultores também percebem que só alcançarão maiores mudanças com a produção de dendê se aumentarem o peso de seus cachos e quitarem a dívida do financiamento. E a própria empresa busca estender-lhes um sentimento de meritocracia, ao promover descontos no valor do frete aos que alcançam uma produção elevada, objetivando estimular um espírito de concorrência segundo uma racionalidade empresarial.

Como afirmou o último grupo de entrevistados, a inclusão dar-se-ia a partir de uma maior participação do agricultor junto ao restante da sociedade, para “interagir no que tá acontecendo, saber como funciona”. Discursos como esses retratam não uma mudança do entorno societário para auxiliar os sujeitos a maximizar seu bem-estar segundo seus modos de viver, mas a visão de que são os grupos tidos como excluídos que devem integrar-se à ordem vigente (PLAISANCE, 2010). Interpretamos, assim, que as narrativas dos funcionários da empresa possuem íntima relação com os limites da inclusão mediante a integração dos colonos à cadeia produtiva do dendê, conforme sistematizamos nas considerações finais.

Em suma, enquanto os colonos desejam transpor limites que os impedem de obter melhorias, as empresas se autopromovem como vetor de possibilidades, discurso também materializado nas falas de seus funcionários. O próprio Estado, que deveria promover os direitos dos agricultores, foi quem estabeleceu oficialmente às agroindústrias o papel de lhes possibilitar a inclusão social. Com isso, transmitiu não só suas responsabilidades para o setor privado, mas a ideia aos colonos de que precisão se integrar à cadeia produtiva da oleaginosa para modificar suas condições de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos analisar na presente dissertação um dos objetivos do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel em relação à expansão do monocultivo do dendê no Pará: a “inclusão social” de agricultores integrados às agroindústrias. Como a promulgada sustentabilidade do projeto, as empresas que se instalaram no estado propuseram-se integrá-los à sua cadeia produtiva, garantir segurança na comercialização da matéria prima, apoio creditício, assistência e capacitação técnica. Oficialmente, são esses os principais parâmetros de inclusão estabelecidos pelas políticas públicas de promoção do cultivo, que também possuem como objetivo a geração de renda aos agricultores.

Em conjunto com os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de vários municípios e amparados na literatura pertinente sobre a temática, realizamos atividades conjuntas com os agricultores para que construíssemos indicadores que permitissem analisar que tipo de inclusão ocorre mediante a integração à cadeia produtiva do dendê. Por conseguinte, elaboramos uma proposta de estudo sobre inclusão social, em diálogo com os sujeitos da pesquisa, que englobasse outras variáveis importantes como o acesso a políticas públicas, a qualidade da assistência técnica a eles oferecida e o grau de satisfação com questões relativas ao contrato de integração.

De início, devemos pontuar que a opção da agroindústria local por integrar agricultores à sua cadeia produtiva lhe traz alguns benefícios que transcendem a aquisição do Selo Combustível Social, como inicialmente programado pelo PNPB. Isso porque a Marborges pode se eximir de obter novas posses fundiárias ou contratar funcionários para trabalhar em seus dendeais, transferindo parte da responsabilidade da produção aos sujeitos que mantêm o cultivo em suas próprias terras, com o auxílio da mão de obra familiar ou com a contratação de diaristas. Assim, a inclusão social voltada aos agricultores perpassa, primeiramente, a redução de gastos pela empresa, como é habitual na integração de agricultores familiares por agroindústrias.

Quanto aos parâmetros de inclusão do PNPB, contatamos que a geração de empregos é concebida como muito positiva pelos entrevistados, diante das privações na quantidade de postos de trabalho no município e porque a empresa usualmente contrata habitantes locais para trabalhar em seus dendeais. Além disso, com o cultivo de dendê, os agricultores estimam proporcionar trabalho temporário em seus lotes para parentes, vizinhos e conhecidos. A garantia da comercialização também é interpretada como um dos principais benefícios da integração e foi a principal razão para que os agricultores optassem inicialmente pelo cultivo.

No que se refere à assistência técnica da empresa, os entrevistados lhe atribuem uma nota média boa, porém lamentam seu caráter fiscalizatório e sua destinação somente ao plantio de dendê. A oferta de créditos, embora importante, também se configura como parcial, uma vez que é direcionada somente ao cultivo da oleaginosa, enquanto as outras culturas permanecem recebendo poucos subsídios. Nesse sentido, a possibilidade de obter o financiamento a partir do Pronaf Eco Dendê foi o terceiro maior motivo para que os agricultores optassem por se integrar à agroindústria local.

A geração de renda, em específico, mostrou-se incipiente até o momento, uma vez que os plantios ainda não se encontram no estágio de maturidade produtiva e há várias subtrações que os agricultores necessitam realizar para mantê-los, como as contratações de mão de obra, o aluguel de tratores e a compra dos adubos. O desejo dos entrevistados é que possam, no futuro, aumentar suas produções e superar as despesas, sobretudo a dívida do financiamento, para então desfrutar de forma mais efetiva da venda dos cachos de dendê à agroindústria por até vinte e cinco anos.

Nas oficinas do AFInS, os agricultores também apontaram outros indicadores importantes para a compreensão da temática da inclusão social, como o acesso à saúde, educação, segurança, tranquilidade e a infraestrutura de suas localidades. Diferente de outros estudos sobre a dendeicultura no Nordeste paraense, constatamos que as mudanças ocorridas quanto a esses parâmetros em Garrafão do Norte não apresentaram relação com a produção de dendê. De todo modo, eles demarcam a necessidade de considerá-los como essenciais para tratar do tema da inclusão, uma vez que permitem avaliar possíveis modificações nas condições de vida dos sujeitos da pesquisa.

Ademais, sem repetir os outros indicadores expostos durante o trabalho, percebemos que as ideias sobre inclusão social emitidas pelos agricultores traduzem o desejo de mudanças sociais positivas, mediante a superação ou amenização de privações, que permitam o razoável bem-estar de suas famílias. Exatamente por isso, buscamos analisar não só as suas relações com a empresa, mas as satisfações, os descontentamentos e as expectativas que possuem com o plantio de dendê, para então visualizar como a inclusão social a eles direcionada evidencia-se.

Os principais elementos por eles percebidos enquanto melhorias, depois da integração à cadeia produtiva do dendê, foram a obtenção de mais reconhecimento ao se tornarem produtores com contrato, pois lhes possibilitou facilidades outrora inexistentes, como o acesso ao subsídio bancário; o apoio mais incisivo do poder público para que pudessem iniciar o cultivo da oleaginosa; a geração de postos de trabalho, a partir da instalação da empresa no municí-

pio; e a segurança da comercialização da produção, na qual apoiam a expectativa de obter bons rendimentos no futuro.

Conforme argumentamos no decorrer do trabalho, esses elementos devem ser visualizados de forma relacional às privações que os agricultores historicamente enfrentam, pois foi especialmente devido à garantia da comercialização e o acesso ao apoio creditício que eles optaram pelo cultivo. Isso em um contexto em que a destinação dos recursos do Basa ao Pronaf Eco é sete vezes maior que os valores direcionados a todas as outras culturas de Garrafão de Norte e diante da ausência de cadeias estruturadas que lhes permitam comercializar suas culturas alimentares de forma mais efetiva. Muitos agricultores passam, desse modo, a visualizar a integração à cadeia produtiva da oleaginosa como única alternativa capaz de lhes proporcionar melhorias.

A crítica de Cameron (2006) referente ao fato da inclusão social ser concebida como uma via de mão única concretiza-se, portanto, em nosso lócus empírico, pois os agricultores necessitam se integrar à cadeia produtiva do dendê para que possam acessar direitos como financiamentos ou assistência técnica. Conforme pontua o autor, é importante lembrar os processos que ocasionam tais situações (como a prioridade governamental ao cultivo da oleaginosa e a simultânea negligência às culturas de autoconsumo), para que não se legitime a ideia de que são os próprios sujeitos os responsáveis por suas condições de privações, que resultam de processos históricos e mantêm-se na atualidade.

Em suma, os limites da inclusão, título do presente trabalho, residem tanto na forma marginal com que esta ainda acontece para os agricultores, pois desconsidera suas culturas tradicionais e segue prioritariamente a lógica da cadeia produtiva do dendê; quanto nos efeitos práticos que limitam o acesso a créditos, assistência técnica e cursos ao atendimento das demandas da produção da oleaginosa, sem considerar o estabelecimento todo como um sistema de produção. A obtenção de outras políticas agrícolas, ademais, permanece irrisória e a renda proporcionada com o dendê permite, sobretudo, a manutenção do cultivo e a compra de alimentos até o momento.

Diante de processos anteriores e atuais de exclusão, a inclusão marginal atual é percebida pelos agricultores como uma oportunidade que lhes foi historicamente negada. E o próprio Estado, que tem o dever de promover os direitos desses sujeitos, foi quem transmitiu suas responsabilidades, oficialmente chamada de inclusão social, para as agroindústrias e aos agricultores. Na prática, são os últimos que devem optar pela alternativa a eles direcionada, caso contrário dificilmente possuirão subsídios às suas culturas tradicionais.

Frente a essas restrições, os agricultores visualizam na integração à agroindústria local não só a oportunidade de adquirirem melhorias, mas de manter o modo de vida de suas famílias enquanto agricultoras. Por isso estimam poder gerar trabalho de maneira indireta para parentes, vizinhos e conhecidos. Por isso continuam fazendo roças ou planejam realizá-las em um futuro próximo. A insistência do consorciamento por parte dos entrevistados, e a sua posterior permissão pela empresa, ilustra como o cultivo de dendê é um meio, mas não o fim último dos projetos que têm para si.

Por fim, argumentamos que a análise da inclusão social contraposta aos sistemas de integração produtiva, ou a outras formas de políticas voltadas à agricultura familiar, pode oferecer elementos que permitem visualizar os reais efeitos aos sujeitos a quem se pretende incluir, sem perder de vista, de forma relacional, os interesses daqueles que formulam a inclusão que será realizada. Essa forma de compreensão procura transcender aquelas em que os sujeitos são tidos como previamente excluídos ou as que consideram a noção como sinônimo de inserção à política pública. Isso porque a inclusão, ainda que se pretenda como via de mão única, comumente proporciona efeitos para ambos os “lados”. Caberá ao leitor julgar se a presente dissertação permitiu provocar tal reflexão e se ela pode auxiliar no entendimento de outros estudos de caso. Desejamos que sim.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. **O acesso dos agricultores familiares aos mercados do biodiesel**: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais. Texto exp. na Conferência da Associação Internacional de Economia Alimentar e Agroindustrial (AIEA2), Londrina/PR, 22 a 27.07.2007. Disponível em: <<http://www.fea.usp.br>>. Acesso em: 31 ago. 2016.
- ABRAPALMA. **Planilha de mapeamento da palma de óleo no Brasil**. Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma. 2014.
- ACEVEDO MARIN, R. E. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. **Paper do NAEA**, Belém, n. 153, p. 1-26, 2000.
- ALVES, S. A. O. **Sustentabilidade da agroindústria da palma no Pará**. 2011. 161 f. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.
- AQUINO, S. L. **Sobre agricultores, cultivo de eucalipto e estratégias agroindustriais**: resistir e adaptar-se ao sistema de produção integrada. 2013. 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- ARAÚJO, A. Z.; SILVA, R. F. C. A agricultura familiar e a expansão das relações sociais inerentes à empresa. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 85-112, 2016.
- ATKINSON, A. B.; MARLIER, E. **Analysing and measuring social inclusion in a global context**. New York: United Nations, 2010.
- BACKHOUSE, M. **A desapropriação sustentável da Amazônia**: o caso dos investimentos em dendê no Pará. Berlin: Freie Universität Berlin, 2013. 32p. Fair Fuels? Working Paper.
- BARTBETTA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 9. ed. – Florianópolis: Editora UFSC, 2017.
- BASA. **Recursos Pronaf e Pronaf Eco Dendê Agricultura Familiar 2002-2016**. Belém: Banco da Amazônia S/A, 2016.
- BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar utilizando dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BECKER, B. K. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)? **Confins** [Online], Paris, n. 10, [s.p.], 2010. Disponível em: <<http://confins.revues.org/> 6609>. Acesso em: 05 Jul. 2013.
- BOARI, A. J. **Estudos realizados sobre o amarelecimento fatal do dendezeiro (Elais Guineensis Jacq)**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2008.
- BOMBARDI, L. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Data Luta**, Presidente Prudente, n. 45, p. 1-21, 2011.

BONETI, L. W. Exclusão e inclusão social: teoria e método. **Contexto e Educação**, Ijuí, Ano 21, n. 75, p. 187-206, 2006.

BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. D. L. (Org.). **Inclusão digital**: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 11-27, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Decreto nº 5.297 de 6 de dezembro de 2004. Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão de uso do Selo Combustível Social. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 dez. 2004. Seção 1.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2011. **Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. Inclusão Social e Desenvolvimento Territorial**, 2011. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf>. Acesso em: 26 jul 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **PRONAF Eco Dendê**, 2012a. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Palma_de_oleo/7RO/App_Eco_Dende_Palma.pdf>. Acesso em: 5 dez 2016.

BRASIL. **Novo Código Florestal**. Lei Nº 12.651, De 25 de Maio de 2012b. Disponível em: <<http://saema.com.br/files/Novo%20Codigo%20Florestal.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria nº 81, de 26 de novembro de 2014. Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 nov. 2014. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Diagnóstico da Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil**. Brasília: Mapa/ACE, 2018. Disponível em: <http://www.abrapalma.org/pt/wp-content/uploads/2018/06/DIAGNOSTICO_PALMA1.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2018.

BRUMER, A. et al. A elaboração do projeto de pesquisa em Ciências Sociais. In: GUZZELLI, C. A.; PINTO, C. R. J. B. (Org.). **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 125-147.

BRUNO, R. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 142-160, 2016.

BUTLER, R. A.; LAURANCE, W. F. Is oil palm the next emerging threat to the Amazon? **Tropical Conservation Science**, v. 2, n. 1, p. 1-10, 2009.

CAMERON, A. Geographies of welfare and exclusion: social inclusion and exception. **Progress in Human Geography**, v. 30, n. 3, p. 396-404, 2006.

- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: CARDOSO DE OLIVEIRA. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp: Paralelo 15, 2000. p. 17-35.
- CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, B.M. et al. (Org.). **Desigualdade e a questão social**. - 4 ed. rev. e ampliada. São Paulo: EDUC, 2013. p. 27-60.
- CASTRO, E. Terras de Pretos entre igarapés e rios. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2., 2004. Indaiatuba – SP. **Anais...** Indaiatuba – SP: ANPPAS, 2004. p. 1-23.
- CASTRO, E. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. (Org.). **Amazônia. Região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Editora Globo, 2010. p. 105-122.
- CASTRO, R. A.; CASTRO, E. Os ritos empresariais na relação com comunidades rurais da Amazônia Maranhense. **Caderno CRH**, Salvador, v. 30, n. 79, p. 175-188, 2017.
- CHAVES, G. P.; MAGALHÃES, S. B. O uso de agrotóxico na dendeicultura por colonos da comunidade Nova Paz, Município de Tailândia, Pará. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. 10, n. 19, p. 43-56, 2014.
- CHIES, V. **Projeto quer valorizar a cadeia produtiva do dendê**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2418358/projeto-quer-valorizar-acadeia-produtiva-do-dende>>. Acesso em: 23 set. 2017.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de ação nacionais para a inclusão social (2003-05), Bruxelas, 12/12/2003, COM (2003) 773 Final, 2003.
- CONCEIÇÃO, M. F. C. Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária no nordeste paraense. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira**. Belém: EDUFPA, 2002. p. 133-171.
- CRUZ, B. E. V. **Territorialização e organização espacial do Grupo Agropalma**. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- EUFRÁSIO, M. G.; FIGUEREDO, M. A. P. C. **Garrafão do Norte: sua gente... sua história... ocorrências**. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 1997.
- FAPESPA. **Estatísticas municipais paraenses: Garrafão do Norte**. Belém: Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da informação, 2016.
- FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial. **Espaço aberto**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 21-43, 2011.
- GARCIA JÚNIOR, A. Trabalho familiar no roçado. In: GARCIA JÚNIOR, A. **Terra de Trabalho, Trabalho Familiar e Pequenos Produtores**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983. p. 101-158.

GARCIA JÚNIOR, A. **O Sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB, 1989.

GARCIA JÚNIOR, A.; HEREDIA, B. A. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, M. A. M.; MENEZES, M.A.; ACEVEDO MARIN, R. E. (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**, v. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 213-243.

GARCIA, R. M. C. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira**. 2004. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GOMES, D. L.; SILVA, F. C.; MACEDO, C. O. Expansão territorial do dendê e resistência camponesa no nordeste paraense. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 17, n. 57, p. 191-200, 2016.

GOMES, L. S.; MAGALHÃES, S. B. Agricultores integrados do dendê e questões relativas ao sistema de produção no PA, Terra Nova. **Ecodebate**, Mangaratiba, v. n/d, p. n/p-n/p, 2016.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. 2º Ed. – Manaus: Valer, 2007.

GRAZIANO, X.; NAVARRO, Z. **Novo mundo rural: A antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HÉBETTE, J.; ALVES, J. M.; QUINTELA, R. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira**. Belém: EDUFPA, 2002. p. 175-202.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, 2002.

HOMMA, A. O. K.; VIEIRA, I. C. G. Colóquio sobre dendezeiro: Prioridades de pesquisas econômicas, sociais e ambientais na Amazônia. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. 8, n. 15, p. 79-90, jul./dez. 2012.

IBGE. **Produção agrícola municipal**. 2016. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44>. Acesso em: 10 dez. 2017.

IBGE. **Garrafão do Norte (PA). Panorama Geral**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pa/garrao-do-norte/panorama>>. Acesso em: 05 dez. 2017a.

IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=15&dados=0>>. Acesso em: 17 mar. 2017b.

IBGE. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/centso-agropecuario/centso-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>. Acesso em 09 fev. 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2015**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149>. Acesso em 15 fev. 2018.

IDE. **Indicadores Demográficos e Educacionais**: Garrafão do Norte. Disponível em: <<http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/1503077>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.

JORNAL DE BRASÍLIA. **Anatel**: novas concessões de telefonia fixa devem ter redução de orelhões. Disponível em: <<http://www.jornaldebrasil.com.br/economia/anatel-novas-concessoes-de-telefonia-fixa-devem-ter-reducao-de-orelhoes/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

LANDINI, F. P. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. **Ciência rural**, Santa Maria, v. 45, n.2, p. 371-377, 2015.

LEAL, G. F. Exclusão como ruptura de laços sociais: uma crítica do conceito. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.1, p. 260-274, 2009.

LEAL, G. F. Abordagens da exclusão social no Brasil na virada do milênio. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 16, n. 1, p. 137-156, 2010.

LEAL, P. F. Políticas públicas e conversões sociais: os beneficiários em cena. In: NEVES, D. P.; GOMES, R. A.; LEAL, P. F. (Org.). **Quadros e programas institucionais em políticas públicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 211-218.

LEES, A. C.; MOURA, N. G.; ALMEIDA, A. S.; VIEIRA, I. C. G. Poor Prospects for Avian Biodiversity in Amazonian Oil Palm. **Plos One**, v. 10, n. 5, p. n/p-n/p, 2015.

LOUREIRO, V. R. **Estado, bandidos e heróis**: utopia e luta na Amazônia. 2 ed. – Belém: Cejup, 2001.

MACEDO, C. O.; SOUSA, R. B. Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 19, n.1, p. 303-331, 2015.

MAGALHÃES, S. B. Tempo e trajetórias: reflexões sobre representações camponesas. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira**. Belém: EDUFPA, 2002a. p. 235-274.

MAGALHÃES, S. B. Associações Camponesas: reflexões sobre organização social e participação política. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira**. Belém: EDUFPA, 2002b. p. 277-289.

MALUF, R.; MATTEI, L.; ZIMMERMANN, S.; WESZ JUNIOR, V. **Pobreza Rural**: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. Brasília: IICA, 2011.

MANN, P. H. Etapas básicas da investigação sociológica. In: MANN, P. H. **Métodos de investigação sociológica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 40-61.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, J. S. **Frenteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MDA. **Matéria prima da agricultura familiar é utilizada na produção de biodiesel**. 24 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mat%C3%A9ria-prima-da-agricultura-familiar-%C3%A9-utilizada-na-produ%C3%A7%C3%A3o-de-biodiesel>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. (Org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5 ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

MODESTO JÚNIOR, M. S.; ALVES, R. N. B.; NASCIMENTO JÚNIOR, J. D. B. **Farinha de mandioca**: da subsistência ao consumo de luxo. Disponível em: <<http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=28103&secao=Artigos%20Especiais>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

MONTEIRO, K. F. G. **Análise de indicadores de sustentabilidade socioambiental em diferentes sistemas produtivos com palma de óleo no estado do Pará**. 2013. 205 f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2013.

MOTA, D. M. Família e grupos domésticos na Amazônia paraense. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 289-314, 2014.

MOTA, D. M.; SILVA, E. M.; SCHMITZ, H.; ALVES, L. N.; FERREIRA, M. S. G. Produção de culturas alimentares e dendê nos estabelecimentos familiares no Nordeste Paraense. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA, 2015, Belém. **Anais...** Belém: NAEA/UFPA, 2015. p. 119-125.

MPPA. **Instituto Evandro Chagas detecta contaminação por agrotóxicos na Região de Expansão do Dendê**. Belém, 2014. Disponível em: <<http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.interna&id=4380&class=N>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

MÜLLER, A. A.; FURLAN JÚNIOR, J. (Org.). **Agronegócio do dendê**: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001.

MÜLLER, A. A. **A cultura do dendê**. Belém: Embrapa-CPATU, 1980.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. Uma interpretação geográfica da dendeicultura na Amazônia paraense. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v.11, n.15, p. 309-331, 2015.

NEVES, D. P. **Agricultura familiar**: quantos ancoradouros! 2006. Disponível em: <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Bernardo2006_bibliografia/Agricultura_Familiar.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2016.

NEVES, D. P. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, D. P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 21-44.

NEVES, J. A. S. Diaristas agrícolas: entre o assalariamento e o ser camponês. **Ruris**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-25, 2014.

NOGUEIRA, C. M.; JESUS, E. A pequena produção avícola familiar e o sistema de integração no oeste catarinense: uma prisão de portas abertas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 123-138, 2013.

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Coord.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela/ Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

O'REILLY, D. Social inclusion: a philosophical anthropology. **Politics**, v. 25, n. 2, p. 80-88, 2005.

PARÁ. **Protocolo de intenções socioambiental da Palma de óleo**. 2014. Disponível em: <<http://www.abrapalma.org/pt/protocolo-socioambiental-2/>>. Acesso em: 13 set. 2017.

PAUGAM, S. O homem socialmente desqualificado. In: WANDERLEY, B.M. et al. (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. 4. ed. rev. e ampliada. São Paulo: EDUC, 2013. p. 313-347.

PAULI, J.; LEITE, E. S.; ROSENFELD, C. L. Entre o oikos e a firma: a influência do crédito na transição socioeconômica da agricultura familiar brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 28-42, 2016.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e de uso da terra na Região Bragantina do Estado do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, v. 1, 1967.

PICANÇO FILHO, A. F.; MARIN, J. O. B. Contratos de fornecimento de cana-de-açúcar: as assimetrias de poder entre os agentes. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 191-202, 2012.

PIRES, V. B. L. **Impacto social do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) no Nordeste**: 2008/2013. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

PLAISANCE, E.; BELMONT, B.; VÉRILLON, A.; SCHNEIDER, C. Integration ou inclusion? Eléments pour contribuer au débat. **La Nouvelle Revue de l'Adaptation et la Scolarisation**, Paris, n. 37, p. 159-164, 2007.

PLAISANCE, E. Ética e inclusão. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 13-43, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

RAMALHO FILHO, A. et al. **Zoneamento agroecológico, produção e manejo da cultura de palma de óleo na Amazônia**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010.

RAWAL, N. Social inclusion and exclusion: a review. **Dhaulagiri Journal of Sociology and Anthropology**, Nepal, v. 2, p. 161-180, 2008.

REPÓRTER BRASIL. **Expansão do dendê na Amazônia brasileira**: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará. São Paulo: Centro de Monitoramento de Agrocombustível, 2013.

RIBEIRO, L. B. **O trabalho sob influência da dendeicultura em vilas rurais paraenses**. 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

ROBERT, M. Desigualdad e inclusión social en las Américas: elementos clave, tendencias recientes y caminos hacia el futuro. In: ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS (Org.). **Desigualdad e inclusión social en las Américas** : 14 ensayos. Washington: OEA, 2014. p. 35-52.

SAAVEDRA, M. P. C. **O “ir” para o assalariamento na agroindústria de dendê e o “voltar” para a comunidade quilombola**: o caso de Santo Antônio em Concórdia do Pará. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAMPAIO, I. C. **A agricultura familiar e a agroindústria do dendê no Município de Tomé-Açu (PA)**: efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar. 2014. 197 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SANTOS, J. C. et al. **Desempenho socioeconômico do sistema produtivo familiar de dendê em Moju, estado do Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2014.

SANTOS, M. A. S. et al. **Comportamento do mercado do óleo de palma no Brasil e na Amazônia**. Belém: Banco da Amazônia S.A. – Coordenadoria de Estudos Especiais COESP, Estudos Setoriais 11. 1998. Consultoria técnica.

SANTOS, C. B. **Dendeicultura e comunidades camponesas na Amazônia paraense**: uma análise do município de Moju. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SCHMITZ, H. A transição da agricultura itinerante na Amazônia para novos sistemas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 46-49, fev. 2007.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 164-184, 2001.

SILVA, J. M. C. Políticas públicas como instrumento de inclusão social. **Prismas: Dir., Pol. Publ. e Mundial.**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 161-211, jul./dez., 2010.

SILVA, F. C.; SILVA, J. M. O.; MACEDO, C. O. Quilombolas e agronegócio do dendê em disputa pelo território no Alto Acará-PA. In: MACEDO, C. O.; BRINGEL, F. O.; SOUSA, R. B.; MARCOS, R. M. S. (Org.). **Os “nós” da questão agrária na Amazônia**. Belém: Editora Açaí, 2016. p. 169-189.

SILVA, E. M. **Expansão da dendeicultura e transformações nos sistemas de produção familiares na Amazônia Oriental**. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SILVA, E. P.; MAGALHÃES, S. B.; FARIAS, A. L. A. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia paraense. **Campo-território**, Uberlândia, v. 11, n. 23, p. 165-195, 2016.

SILVER, H. Social exclusion and social solidarity: three paradigms. In: **Discussion paper series 69**. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1994. p. 1-76.

SILVER, H. The contexts of social inclusion. **DESA Working Paper**, n. 144, p. 1-30, 2015.

SOLIGO, V. Indicadores: conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 12-25, 2012.

SOUSA, R. B. As brechas camponesas na cadeia produtiva do agronegócio do dendê na Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 12., 2017, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Anpege, 2017. p. 10910-10924.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez, p. 20-45, 2006.

SPOSATI, A. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: SEMINÁRIO DE EXCLUSÃO SOCIAL - PUC/SP, com Sergé Paugam e Lúcio Kowarick, 23 abr. 1998. (digitado).

SPOSATI, A. A fluidez da inclusão/exclusão social. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 4-5, 2006.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para relocalizar o debate da luta de classes no Brasil. **Scripta nova**, Barcelona, v.11, n. 245 (46), [s.p.], 2007.

TREMACOLDI, C. R. Manejo das principais doenças da cultura da mandioca no estado do Pará. In: MODESTO JÚNIOR, M. S.; ALVES, R. N. B. (Org.). **Cultura da mandioca: Aspectos socioeconômicos, melhoramento genético, sistemas de cultivo, manejo de pragas e doenças e agroindústria**. Brasília: Embrapa, 2016. p. 162-170.

VIEIRA, A. C. C. **A integração camponesa ao monocultivo do dendê**: subordinação e transformação do campesinato amazônico. 2015. 144 f. Dissertação (mestrado em Agricul-turas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

VILMAR, M. L. et al. **O comportamento sócio-trabalhista na produção do óleo de palma do dendê no Estado do Pará com foco nas empresas Agropalma, Biovale/Biopalma, Petrobras Combustíveis**. São Paulo: Instituto Observatório Social, 2014. Relatório final.

WANDERLEY, L. E. W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: WANDERLEY, B.M. et al. (Org.). **Desigualdade e a questão social**. 4 ed. rev. e ampliada. São Paulo: EDUC, 2013. p. 27-172.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20.,1996, Caxambu (MG). **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1996.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, 2003.

WILCOVE, D. S.; KOH, L. P. Addressing the threats to biodiversity from oil-palm agriculture. **Biodiversity and Conservation**, v. 19, n. 4, p. 999-1007, 2010.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia” - o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990. p. 11-73.

XU, Y. Politics of inclusion and exclusion in the Chinese industrial tree plantation sector: the global resource rush seen from inside China. **The Journal Of Peasant Studies**, p. 1-25, 2018.

APÊNDICE I – Identificação dos participantes das oficinas do AFINS.

Município/Participantes	Lideranças	Agricultores (as)		Outros	Comunidades dos Participantes
		H	M		
Acará	3	8	1	1	6
Garrafão do Norte	0	15	1	1	9
Irituia	3	15	2	0	5
S. Domingos do Capim	2	10	2	0	9
Tailândia	3	19	6	0	15
Concórdia do Pará	1	7	3	1	7
Moju	1	15	4	0	5
Tomé-Açu	1	7	3	0	3
TOTAL	14	96	22	03	59

APÊNDICE II – Indicadores de Inclusão social resultantes das oficinas do AFInS.

TEMA: Acesso a serviços e infraestrutura
Infraestrutura
Estradas
Pontes
Escola
Posto de saúde
Serviços
Transporte
Escolar
Em geral
ATER
Frequência de visitas
Assistência às necessidades do lote
Competência dos técnicos
Resolução de problemas
Tratamento igualitário com os agricultores
Respeito aos acordos
Assistência gratuita
Capacitação e Informação
Agrotóxicos
Adubação química e orgânica
Questões ambientais
Capacitação de agricultores/as sobre leis trabalhistas
Técnicas de cultivo de dendê
Melhoria do nível de informação
TEMA: Família e Bem-estar
Patrimônio
Infraestrutura da residência
Móveis e eletrodomésticos
Meios próprios de locomoção
Meios de comunicação
Alimentos
Produção da alimentação da família no lote
Qualidade dos alimentos
Dependência da compra de alimentos

Condições sanitárias e de higiene
Acesso à água potável
Instalações sanitárias: vaso e chuveiro
Lazer
Acesso ao lazer na comunidade/fora
Tipo de lazer
Satisfação com o lazer

TEMA: Comunidade
Solidariedade
Ajudas de um para o outro
Treinamentos
Igualdade no acesso
Políticas públicas
Acesso igualitário
Habitantes
Interconhecimento
Segurança e tranquilidade
Informação quanto ao futuro
Confiança setor público
Insegurança pela chegada de estranhos
Problemas ambientais
Uso de agrotóxicos (consequências)
Desmatamento/conservação da floresta
Desmatamento margem dos Igarapés
Diminuição de peixes
Conservação animais silvestres

TEMA: Trabalho
Trabalho no estabelecimento
Trabalho para os diferentes membros
Ocupação de mulheres
Quantidade / Volume de trabalho
Peso do trabalho
Disponibilidade força de trabalho

Retorno de membros da família para trabalhar no estabelecimento
Troca de serviços
Contratação de diaristas
Valor pago pelo trabalho comparado com outras culturas
Trabalho assalariado
Emprego local
Aproveitamento mão de obra local
Disponibilidade mão de obra para contratar
Remuneração do trabalho
Diálogo agricultor/empresa
TEMA: Relação com a empresa
Contatos
Abertura ao diálogo
Tratamento igualitário ao agricultor
Clareza do diálogo
Cumprimento de acordos/promessas aos agricultores e a comunidade
Participação dos agricultores e de suas organizações nas decisões e procedimentos envolvendo suas áreas
Contratos de produção
Contratos
Abrangência das partes dos contratos
Adequação dos contratos
Diálogo com a empresa sobre os contratos
Conhecimento do contrato pelos agricultores
Cumprimento/respeito do contrato (fornecimento de mudas, transporte, insumos e ATER)
Participação dos agricultores e suas representações na elaboração do contrato
Acesso ao contrato pelo agricultor
Transparência nas contas (dívidas e saldos do agricultor nos arquivos da empresa)

ANEXO I – Escalas de satisfação (E), esforço (A) e intensidade (D).

